



**UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARÁ
INSTITUTO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL**

ANA CLAUDIA FILGUEIRAS GUEDES

**ADESÃO DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS À PRODUÇÃO DA PALMA
DE ÓLEO NOS MUNICÍPIOS DE MOJU E CONCÓRDIA DO PARÁ:
ESTRATÉGIA DE PARCERIA DAS EMPRESAS AGROPALMA E
BIOPALMA.**

Belém, PA
2014

ANA CLAUDIA FILGUEIRAS GUEDES

**ADESÃO DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS À PRODUÇÃO DA PALMA
DE ÓLEO NOS MUNICÍPIOS DE MOJU E CONCÓRDIA DO PARÁ:
ESTRATÉGIA DE PARCERIA DAS EMPRESAS AGROPALMA E
BIOPALMA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, do Instituto de Ciências Sócias Aplicadas-ICSA, da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Serviço Social.
Orientadora: Prof^a. Dr^a Joana Valente Santana.

Belém, PA
2014

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
Sistema de Bibliotecas da UFPA

Guedes, Ana Claudia Filgueiras, 1970-

Adesão das famílias camponesas à produção da palma de óleo nos municípios de Moju e Concórdia do Pará: estratégia de parceria AGROPALMA e BIOPALMA / Ana Cláudia Filgueiras Guedes. – 2014.

131 f. : il. ; 30 cm

Inclui bibliografias

Orientadora: Prof^a. Dr^a Joana Valente Santana.

Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal do Pará, Instituto de Ciências Sociais Aplicadas, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social, Belém, 2014.

1. Palmeira oleaginosa - Cultivo - Pará. 2. Agricultura familiar - Pará. 3. Economia agrícola. I. Título.

CDD 22.633.851

ANA CLAUDIA FILGUEIRAS GUEDES

**ADESÃO DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS À PRODUÇÃO DA PALMA
DE ÓLEO NOS MUNICÍPIOS DE MOJU E CONCÓRDIA DO PARÁ:
ESTRATÉGIA DE PARCERIA DAS EMPRESAS AGROPALMA E
BIOPALMA.**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social do Instituto de Ciências Sócias Aplicadas- ICSA da Universidade Federal do Pará, como requisito parcial para obtenção do grau de Mestre em Economia.
Orientadora: Prof^a. Dr^a. Joana Valente Santana.

Aprovado em: ____/____/____

Banca Examinadora

Orientadora
Prof^a. Dr^a Joana Valente Santana.
Universidade Federal do Pará

Examinador
Prof. Dr. Gilberto de Sousa Marques.
Universidade Federal do Pará

Examinadora
Prof^a. Dr^a Solange Maria Gayoso da Costa
Universidade Federal do Pará

Aos camponeses e camponesas familiares que com trabalho penoso, tem persistido por dias melhores de vida as suas famílias e as suas comunidades.

AGRADECIMENTOS

Esta dissertação é produto de meu trabalho solitário e árduo, mas também é resultado de uma rede de solidariedade de amigos e amigas cooperadores que consideram minha vitória como suas respectivas vitórias. Assim, agradeço:

Ao Senhor Jesus de Nazaré;

Minha mãe e filhos: Gabriel, Daniel e Davi;

Meu esposo Dayvison Daniel;

Minhas amigas: Ângela Costa e Socorro Albuquerque;

Minha Orientadora: Prof^a. Dr^a Joana Valente Santana;

As lideranças do assentamento Calmaria II;

Ao agricultor Ronaldo por seu apoio e disposição permanente para cooperar;

Ao Bolsa Amazônia pela valorosa ajuda no trabalho de campo.

Resumo

O objetivo desse trabalho é analisar a adesão das famílias camponesas à produção da palma de óleo a partir de parcerias dos agricultores com a Agropalma e Biopalma nos municípios do Moju e Concórdia do Pará. Para tanto, foram entrevistados agricultores familiares que apresentaram os limites e possibilidades das relações de parceria com as empresas privadas, sendo subsidiadas pelo Estado.

Palavra chave

Adesão, agricultura familiar, palma de óleo.

ABSTRACT

The aim of this paper is to analyze the membership of peasant production of palm oil from partnerships with farmers and Agropalma Biopalma the municipalities of Pará Moju and Concord families. Therefore, farmers who showed the limits and possibilities were interviewed partnership arrangements with private companies being subsidized by the state.

KEYWORDS:

Membership, family farming, palm oil.

“O dendê mudou um pouco, pouca mudança, mas estou tranqüilo, estou feliz, estou ainda com esperança.” (Ronaldo – camponês familiar de Concórdia do Pará)

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1- Quantidade colhida (t) de produtos selecionados de 1985 a 2006	63
Gráfico 2 - Área (ha) colhida (t) de produtos selecionados de 1985 a 2006.	64
Gráfico 3 - Crescimento da palma de óleo de 1999 a 2012 no Pará	75
Gráfico 4 - Lavoura permanente e temporária no município de Moju	87
Gráfico 5 - Lavoura permanente e temporária no município de Concórdia do Pará	88
Gráfico 6 - Porte das famílias que participaram da pesquisa de campo em setembro de 2013	99
Gráfico 7- Produção alimentar das famílias entrevistadas em setembro de 2013	101

LISTA DE FIGURAS

Figura 1-	43 países produtores de óleo de palma no mundo (2006).....	69
Figura 2 -	Empresas de dendecultura na Microrregião de Tomé Açú.....	85
Figura 3 -	Fluxo dos eixos do PAF/ Biopalma.....	97

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 -	Número de contratos de financiamento de custeio pelo PRONAF entre 2000 a 2012	61
Tabela 2 -	Comparativa entre os produtos e financiamentos entre os agricultores familiares e patronais	63
Tabela 3 -	Demonstração da agricultura familiar por Região do Brasil	65
Tabela 4 -	Financiamento do dendê ente 2002 a 2006	76
Tabela 5 -	Empresas agroindústrias da Palma de óleo na Microrregião de Tome Açú	84
Tabela 6 -	Projeto de Produção de Palma de Óleo de 2002 – 2006 – Agropalma	100
Tabela 7 -	Produção da palma de óleo pelos agricultores parceiros da AGROPALMA	117
Tabela 8 -	Produção da palma de óleo pelos agricultores parceiros da BIOPALMA	119

LISTA DE SIGLAS E ABREVIATURAS

AGROMENDES	Empresa Mendes Júnior Agrícola S/A
AGROPAR	Companhia Agroindustrial do Pará
ALCOA	Aluminium Company Of Americam
ANP	Agencia Nacional de Petróleo
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico Social
CADIN	Cadastro de Inadimplente ao Tesouro Nacional
CAR	Cadastro Ambiental Rural
CEIB	Comissão Executiva Interministerial
CESUPA	Centro Universitário do Pará
CFF	Cacho de Fruto Fresco
CGNA	Coordenação-Geral de Cooperação de Agropecuária, Energia, B combustíveis e Meio Ambiente.
CIOB	Cadastro de Impedidos de Operar com o Banco
CONFINS	Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social
CPF	Cadastro de Pessoa Física
CRA	Companhia Refinadora da Amazônia
CRAI	Companhia Real Agroindustrial S/A
DAP	Declaração de Aptidão do PRONAF
DRN	Divisão de Recursos Energéticos novos e Renováveis
DENPASA	Empresa de Dendê do Pará S/A
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
EMATER	Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará
FAO	Organização Das Nações Unidas Para Alimentação Agricultura
FETRAF	Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
FNO	Fundo Institucional do Norte
FUNAI	Fundação Nacional do Índio

IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística
INCRA	Instituto de Colonização e Reforma Agrária
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
MDA	Ministério de Desenvolvimento Agrário
MRE	Ministério das Relações Exteriores
NAFTA	Tratado Norte-Americano de Livre Comércio
OMC	Organização Mundial de Comércio
ONU	Organização das Nações Unidas
OPEP	Organização dos Países Produtores de Petróleo
PAA	Programa de Aquisição de Alimento
PAF	Programa de Agricultura Familiar
PNPB	Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel
PPSPO	Programa de Produção Sustentável de Palma no Brasil
PROAGRO	Programa de Garantia da Atividade Agropecuária
PASP	Programa de Formação do Patrimônio do Servidor
PIS	Programa de Integração Social
PROGER	Programa para Geração de Emprego e Renda
PRONAF	Programa Nacional de Agricultura Familiar
RG	Registro Geral
SCS	Selo Combustível Social
SPC	Serviço de Proteção ao Crédito
UFPA	Universidade Federal do Pará
UFRA	Universidade Federal Rural da Amazônia
VBP	Valor Bruto Da Produção
ZAE	Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	16
2	AGRICULTURA CAMPONESA, AGRONEGÓCIO MUNDIALIZAÇÃO: DEBATE TEÓRICO.....	22
2.1	Reflexões teóricas sobre o mundo Rural	23
2.2	Campesinato na contemporaneidade	26
2.3	O agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo	34
2.4	Estado como protagonista da modernização do campo	39
2.5	Crise e mundialização do capital na reformulação agrária	43
3	AGRICULTURA CAMPONESA E O AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA: ELEMENTOS HISTÓRICOS.....	50
3.1	Período expansionista: da colonização ao imperialismo capitalista	50
3.2	As mudanças do capital nos séculos XIX e XX no Brasil	54
3.3	Avanço das fronteiras do agronegócio e seu impacto na agricultura brasileira	58
3.4	Uma caracterização do campesinato familiar na agricultura	62
3.5	Por que produzir a palma de óleo?	67
3.6	As políticas internas e externas de expansão dos agrocombustíveis.....	70
3.7	A expansão da cadeia produtiva da palma de óleo no Pará.....	74
4	ADESÃO DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS À PARCERIA COM AS EMPRESAS AGROPALMA E BIOPALMA NA PRODUÇÃO DA PALMA DE ÓLEO NOS MUNICÍPIOS DE MOJU E CONCÓRDIA DO PARÁ	78
4.1	A Mesorregião do Nordeste Paraense e a Microrregião de Tomé Açú na produção da palma de óleo	79
4.1.1	Microrregião de Tomé-Açú: Moju e Concórdia do Pará	84

4.1.1.1	<i>Moju</i>	84
4.1.1.2	<i>Concórdia do Pará</i>	87
4.2	Estratégia das empresas Agropalma e Biopalma para parceria com as famílias camponesas na produção da palma de óleo	89
4.2.1	Estratégia da Empresa Agropalma S.A para adesão das famílias do Moju.....	89
4.2.2	Estratégia da Empresa Biopalma, Uma Empresa Vale para adesão das famílias de Concórdia do Pará.....	91
4.2.2.1	<i>Adesão de famílias AF/BIOPALMA</i>	92
4.3	Adesão das famílias camponesas à produção da palma de óleo: resultados da pesquisa de campo nos municípios de Moju e Concórdia do Pará.....	97
4.3.1	Caracterização das famílias pesquisadas	98
4.3.2.	As estratégias das empresas para adesão da agricultura familiar na produção da palma de óleo no Moju e Concórdia do Pará	103
4.3.2.1	<i>As estratégias de adesão da Agropalma junto aos agricultores do município do Moju</i>	105
4.3.2	As estratégias de adesão da Biopalma junto aos agricultores do município do Moju de Concórdia do Pará	112
4.3.3	A renda familiar das famílias parceiras	117
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	123
6	REFERÊNCIAS	127
7	Apêndice 1	132
8	ANEXOS	133

1 INTRODUÇÃO

O interesse pela temática da presente dissertação decorre da trajetória profissional da autora como assistente social, em aproximadamente 17 (dezesete) anos de profissão. A partir de 2008, passou a desenvolver ações no meio rural mediante atuação no Instituto Peabiru, organização não governamental que efetiva ação de natureza social e ambiental no Estado do Pará e Amapá. Esse processo se iniciou com uma experiência como mediadora em trabalhos grupais de gestão coletiva com 08 (oito) comunidades quilombolas no Estado do Amapá e 6 (seis) comunidades de pescadores no Município de Curuçá, no Pará.

Em 2011, houve um retorno da profissional para trabalhar com abordagens na área rural, agora como consultora de oferta no Projeto Nutre – Pará, executado pelo instituto Sócio-Ambiental Florianativa – ISAF e Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA, em que foi realizado um mapeamento acerca da gestão organizacional das organizações associativistas do Nordeste Paraense e Região Bragantina. Essa ação teve a intenção institucional de introduzir um processo de colaboração junto a essas organizações para articulação de tecnologias de gestão que contribuíssem num melhor desempenho de venda dos produtos da agricultura familiar à alimentação escolar nas prefeituras.

Em meados de 2012, vem o ingresso na Empresa BIOPALMA Amazônia S.A¹ Reflorestamento, Indústria e Comércio, uma empresa da Vale², para atuação como analista de desenvolvimento social, na Coordenação de Desenvolvimento Social, junto ao Programa de Agricultura Familiar - PAF/BIOPALMA, em um período de 7 (sete) meses, com atuação direta junto a formação de grupos de diálogo com agricultores parceiros da Biopalma no Municípios do Moju, Concórdia do Pará e Tomé Açu.

A experiência vivenciada na Empresa Biopalma permitiu a problematização sobre a adesão das famílias camponesas à produção da palma de óleo a partir de parcerias dos agricultores com a Agropalma e Biopalma nos Municípios do Moju e

1 BIOPALMA – Empresa BIOPALMA - Reflorestamento, Indústria e Comércio S/A - empresa da Vale que trabalha com a produção e beneficiamento do óleo de palma dendê na Mesorregião do nordeste Paraense.

2 VALE – Empresa Vale S/A, Empresa Mineradora brasileira.

Concórdia do Pará. O projeto de pesquisa foi problematizado a partir da seguinte questão: quais as razões que tem impulsionado as famílias camponesas a aderirem aos programas de parcerias das empresas Agropalma e Biopalma para a produção da palma (dendê) em suas propriedades nos municípios de Moju e Concórdia do Pará.

Como hipótese se destacou que as relações de parceria das Empresas a Agropalma e Biopalma com a agricultura camponesa familiar são pautadas no discurso de que a produção do óleo de palma é uma possibilidade de aumento de renda e qualidade de vida de suas famílias. Todavia, essa lógica de relação integra uma política mundial de reestruturação produtiva no campo que se sustenta no maior aprofundamento da ausência de autonomia do agricultor em sua dinâmica produtiva, gerando maior subalternidade da agricultura familiar ao capital.

A presente pesquisa teve como referencial teórico o método dialético, tendo como base a teoria social Marxiana, que analisa as contribuições teóricas como a reprodução racional do real, ou seja, é a reprodução do objeto, do real no pensamento humano, considerando a existência objetiva do objeto que não depende do sujeito que pesquisa. Essa reprodução genuína do real exige que o pesquisador tenha a aparência como ponto de partida, mas avance à essência do objeto, indo além das formas e da imediaticidade apresentada. A partir da apreensão das determinações e complexidade, numa descoberta e captura sistemática da estrutura e dinâmica da realidade estudada. (NETTO, 2011, pag. 22)

Uma análise que tenha a intenção de produção de uma teoria social da sociedade capitalista deve ter como ponto de partida para estudo “a produção das condições materiais da vida social”. Isso não representa uma preferência do pesquisador, mas uma condição para o bom andamento da pesquisa e conhecimento do objeto, pois não existe possibilidade de captura do real, ou seja, de sua gênese, estrutura, dinâmica e desenvolvimento se não for a partir do próprio e vivo real. (NETTO, 2011, p. 48)

Outro elemento importante ao processo de pesquisa foi a decisão do caminho a tomar. Para tanto, partiu-se da premissa de que tudo começa pelo real e pelo concreto, que se apresenta como dado, como caos, síntese e totalidade histórica. Esse concreto é um núcleo do real formado por “múltiplas determinações, isto é, a unidade de diversos” (PAULO NETTO, 2011, p. 44).

A partir de análises desse concreto, com suas múltiplas determinações são realizados abstrações que levam aos conceitos, ou seja, determinações as mais simples. Essa abstração se caracteriza em processos reflexivos do pesquisador em que do contexto retira elementos para serem isolados e estudados. O processo de abstração permite a apreensão das determinações simples e complexas. (NETTO, 2011)

Segundo Netto (2011), uma pesquisa que se intitule marxiana precisa ter sua centralidade num processo de produção do conhecimento rigoroso e crítico das categorias que compõem seu objeto. A categoria explicita a forma de ser, a existência histórica da do objeto determinado. Para tanto, deve ser real e viva, onde o processo intelectual do pensamento humano reproduz teoricamente, as categorias ontológicas e reflexivas do objeto pesquisado. As categorias como são o ser histórico do objeto, não podem ser fixas, mas carregam características transitórias em mudança junto com o real. Diante disso, essas categorias devem trazer a unidade de análises anacrônicas (gênese e desenvolvimento) e sincrônicas (estrutura e função na organização atual) do real.

A pesquisa foi de natureza qualitativa, foi realizada a partir dos seguintes momentos metodológicos: pesquisa bibliográfica, documental e de campo³.

Para a pesquisa documental foram trabalhados poucos materiais documentais, pois como a adesão dos agricultores é uma atividade feita pelas empresas agroindustriais, assim a maioria dos documentos são internos e não disponibilizados para uso público. Ainda assim, foi possível encontrar em *sites* os seguintes documentos que foram utilizados no presente trabalho, dentre eles, destacam-se:

- PowerPoint Programa de Agricultura Familiar Biopalma;
- Diagnóstico Socioeconômico Biopalma;
- Jornal Eletrônico Infor Palma;
- Materiais de comunicação utilizados na campanha de adesão da empresa Agropalma e Biopalma.

O trabalho de campo foi realizado em dois Municípios, Moju e Concórdia do Pará, com famílias agricultoras que estabelecem parcerias com a empresa Agropalma e Biopalma. Para cada município foi escolhido de forma aleatória 10 agricultores que estabelecem parcerias com as empresas para produção do óleo de

3 Importante destacar que muitas das informações apresentadas na Dissertação são relatos da experiência profissional da autora na Biopalma, como agente de desenvolvimento social da empresa.

palma em sua propriedade. Assim, foram organizados dois grupos para a coleta de dados:

- *Grupo 01:* agricultores que têm em sua propriedade o projeto de dendê há 7 anos, inseridos no Programa da Empresa Agropalma, que residem no Assentamento Calmaria II, na divisa do Moju e Tailândia. Nesse Grupo foram entrevistados 10 (dez) agricultores.
- *Grupo 2:* agricultores que têm em sua propriedade o projeto de dendê a 3 anos, inseridos no Programa da Empresa Biopalma/Vale, que moram no Município de Concórdia do Pará. Foram entrevistados 08 (oito) agricultores.

A pesquisa de campo foi realizada no período de 16 a 26 de setembro de 2013, com base em entrevistas semi-estruturadas e gravadas (Apêndice 1: Roteiro das entrevistas).

Após a coleta de dados realizou-se a transcrição e tabulação das respostas fornecidas por cada agricultor, seguida das análises dos dados. A partir da síntese de cada pergunta foi possível preparar um texto sinopse que apontasse as principais categorias ontológicas retiradas do real objeto de pesquisa e que seriam trabalhadas na elaboração da dissertação, cujas categorias são destacadas abaixo:

Reflexões teóricas sobre o mundo rural, em que se trabalhou a partir de Silva (2013) que aborda os velhos e novos mitos acerca do rural brasileiro, Lefebvre (1999) em *A Cidade do Capital* em que trata o papel das cidades e do campo para o desenvolvimento das forças produtivas e Alentejano (2000), trazendo cerne do debate o que há de novo no rural brasileiro.

Campesinato na contemporaneidade estará sendo feita uma análise das mudanças e razões dessas mudanças em relação ao camponês familiar e os conceitos que o envolvem, aqui foi trabalhado a partir das contribuições Fernandes (2013) que trás um debate crítico acerca das alterações no nome de camponês familiar para agricultor familiar, destacando que essa mudança não se trata unicamente em alterações semânticas, mas faz parte de um processo de reestruturação da divisão social do trabalho no campo, também foi pontuado as considerações de Abromovay (1992) que aborda acerca do debate do capitalismo agrário em questão, onde faz a defesa das mudanças processadas na contemporaneidade à agricultura camponesa como elemento necessário para a sua modernização e entrada no mercado, Costa (2012) com uma caracterização do campesinato familiar na Amazônia e Lustosa (2012) que localiza as mudanças

atuais no campo como um processo de reestruturação produtiva com características de uma modernização conservadora.

Outra categoria foi o agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo que vem sendo propagado pelo Estado e sociedade civil, para tanto, contou-se com as contribuições novamente com Fernandes (2005) e de Delgado (2013) que fazem uma análise crítica do que tem sido o agronegócio, num processo de expressão do seu fundo ideológico de expansão do capital no campo e Frederico (2013) que faz uma abordagem do agronegócio como uma agricultura científica e globalizada.

Estado como protagonista da modernização do campo está se trabalhando com as análises de Poulantzas (2000) que argumenta claramente as razões do Estado como elemento estratégico para expansão do capital, mas explicita que o Estado é também um espaço de lutas e disputas por um projeto hegemônico de sociedade, em que o campo está no cerne a partir de políticas públicas.

Por último vai ser tratado sobre a crise e mundialização do capital na reformulação agrária, sendo isto o pano de fundo para todas as mudanças imprimidas no mundo rural e para adesão do campesinato familiar aos grandes projetos. Para tanto, temos as contribuições de Motta (2009) que aborda o teor do conceito de crise e seu contexto no capitalismo, Oliveira (2013) e Stedile (2013) que vem tratar acerca do processo de mundialização do capital.

Na composição da dissertação, o primeiro capítulo aborda a questão da agricultura camponesa, agronegócio e mundialização, com destaque aos tópicos sobre reflexões teóricas sobre o mundo rural, campesinato na contemporaneidade, o agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo; o Estado como protagonista da modernização do campo, crise e mundialização do capital na reformulação agrária.

O segundo capítulo trata sobre a agricultura camponesa e o agronegócio na Amazônia, com uma abordagem histórica tratando do período expansionista: da colonização ao imperialismo capitalista; as mudanças do capital nos séculos XIX e XX no Brasil; avanço das fronteiras do agronegócio e seu impacto na agricultura brasileira; realiza uma caracterização do campesinato familiar na agricultura e reflete sobre os seguintes motivos que levam os agricultores a produzirem a palma de óleo. Aborda ainda as políticas internas e externas de expansão dos agrocombustíveis e a expansão da cadeia produtiva da palma de óleo no Pará.

O terceiro capítulo apresenta os resultados da pesquisa sobre a adesão da agricultura camponesa à parceria com as empresas agroindustriais na produção da palma de óleo no Nordeste Paraense, tendo como tópicos: A Mesorregião do Nordeste Paraense e a Microrregião de Tomé Açu na produção da palma de óleo; Estratégia das empresas Agropalma e Biopalma para parceria com as famílias camponesas na produção da palma de óleo. Aponta quem são os camponeses familiares participantes da pesquisa e por fim, discute sobre a adesão da agricultura camponesa à produção de palma de óleo.

Diante disso, o trabalho aqui exposto é uma perspectiva que tem a intenção de abordar um tema como a adesão dos agricultores na produção da palma de óleo com as empresas agroindustriais, de forma crítica, para que processo possa ser vitalizado com suas implicações imediatas e mediatas da realidade.

2 AGRICULTURA CAMPONESA, AGRONEGÓCIO MUNDIALIZAÇÃO: DEBATE TÉORICO.

O cenário rural contemporâneo tem sido espaço de significativas mudanças nas relações econômicas, políticas e sociais, pois até os anos de 1990 não se observava o reconhecimento da participação e importância do campesinato familiar no desenvolvimento do campo. Atualmente percebe-se o setor público e privado num movimento intenso de proclamação do papel protagonista e necessário desse segmento para modernização do meio rural. Nesse sentido, tanto o Estado quanto às empresas capitalistas passaram a dispor esforços para “convidar” a agricultura familiar a se incorporar em mega projetos agroindustriais capitalistas.

O discurso ideológico desses projetos tem como pano fundo a modernização do campo e o desenvolvimento sustentável do meio rural, com preservação ambiental, qualidade de vida, geração de emprego e renda para as famílias agricultoras, numa afirmação categórica e quase messiânica que eles salvarão os “pobres” agricultores da fome e miséria se aderirem aos seus suntuosos empreendimentos. Como exemplo disso, destaca-se o fenômeno que vem se desenvolvendo no meio rural do Nordeste Paraense, em que camponeses familiares são impulsionados por empresas, pelo Estado e por alguns setores dos movimentos sociais a aderirem ao cultivo da palma de óleo (dendê) em suas propriedades para geração de biodiesel. Todavia, nem todos os camponeses são considerados sujeitos potenciais para serem incorporados nesses novos processos do capital, mas somente aqueles minimamente capitalizados que conseguem rapidamente responder às prerrogativas capitalistas.

A segurança energética está na ordem do dia na política econômica mundial em que a geração de biodiesel, é considerada por investidores empresariais e pelo Estado brasileiro como um produto de forte potencial econômico, político e social. Ambientalmente é uma fonte energética renovável oriunda de produtos naturais como: babaçu, soja, mamona, dendê, entre outros, podendo contribuir na redução de 78% na emissão de gás carbônico, de 90% a emissão de fumaça, com a eliminação do óxido de enxofre, em que as áreas degradadas são seu local prioritário para o plantio da matéria-prima. Na dimensão econômica, o biodiesel

impulsionaria a exportação, podendo garantir independência energética nacional e, na dimensão social, a possibilidade de geração de emprego e renda para a agricultura familiar. (RAMBO; FILIPPI; LIMA, 2008).

Schlesinger (2012), no Segundo Mapeamento da Cooperação e Investimentos Internacionais do Brasil, pontua que o biodiesel é elemento estratégico de um programa brasileiro de produção de agrocombustíveis com a finalidade de substituição dos derivados do petróleo, por seus elevados preços. Atualmente, o mercado mundial constrói estratégias para que lideranças dos agrocombustíveis sejam absolutas, para suprir demandas dos países desenvolvidos e emergentes que não dispõem mais de recursos naturais renováveis.

A caracterização desse movimento de cooperação internacional vem com investimento e construção de estratégias conjuntas com empresas transnacionais, em que nos processos de produção, financiamento, fornecimentos de insumos, máquinas, equipamentos e escoamento as empresas brasileiras são poucas em comparação com as transnacionais (SCHLESINGER, 2012).

Como parte desse processo de mudanças, o campesinato familiar, a partir da Lei nº 11.326/2006, recebe uma nova caracterização chamada de agricultura familiar, sendo considerado com um segmento do campo de fundamental importância à segurança alimentar e ao desenvolvimento rural.

Segundo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006), a partir dos anos de 1990 se passou a registrar no meio rural o surgimento de diversas políticas públicas implantadas na perspectiva de fortalecimento à agricultura familiar.

A partir desse panorama se observa que muitos elementos vêm ocorrendo no mundo rural que podem ser considerados propulsores ao envolvimento dos camponeses familiares na produção da palma de óleo, cultura e atividade que agrega tantas diferenças em relação as suas práticas produtivas tradicionais. A interpretação do objeto da pesquisa exige que se discorra sobre as categorias teóricas para sua análise. Assim esse capítulo irá discutir acerca do mundo rural.

2.1 Reflexões teóricas sobre o mundo Rural

Segundo Silva (2013) o mundo rural tem sido espaço ainda de atrasos e de diferenças com a realidade urbana, mas também vem se constituindo no que se chama de o novo rural, representado por um processo de modernização da

agricultura patronal (ou agricultura capitalista) e parte da agricultura familiar, com destaque às famílias das Regiões Centro-oeste, Sul e Sudeste do Brasil. Na composição desse cenário, está presente o agronegócio como modelo agroindustrial, as populações residentes de condomínios rurais de alto padrão, as áreas ocupadas de forma clandestina, os aposentados que com seus salários mínimos não conseguem viver nas cidades, os agricultores familiares, pluriativos, empregados agrícolas, não agrícolas, ribeirinhos, indígenas, entre outros; o crescimento das propriedades de pequeno porte (02 hectares) se estabelecendo mais como residências rurais do que estabelecimentos agropecuários produtivos; as atividades agrícolas que vêm diminuindo combinadas por um baixo rendimento das ocupações agrícolas existentes.

Nesse caso, o motor de crescimento do *emprego rural não agrícola* (Erna) não são as mudanças internas do setor agrícola, mas sim as demandas urbanas por bens e serviços não agrícolas: é isso, em essência, o que há de novo no rural brasileiro e latino-americano (SILVA, 2013, p. 249).

Segundo Silva (2013) esses fenômenos postos no mundo rural não estão relacionados à dinâmica interna agrícola, mas as demandas de bens e serviços das áreas urbanas num novo rural brasileiro. Quando observado esse processo no Brasil acerca do emprego e ocupação rural não agrícola se percebe que é um fenômeno mais frequente nas regiões consideradas mais desenvolvidas do país, como o Centro-oeste, sudeste e sul, ainda sendo identificado o fenômeno entre as populações das regiões chamadas mais atrasadas como Nordeste e Norte, pois nessas áreas estariam presente com maior preponderância as atividades tradicionais de subsistência e as políticas compensatórias como o Programa Bolsa Família, a aposentadoria, pensão, entre outros.

Essas mudanças na composição do emprego e a ocupação das populações rurais tem gerado modificações na dinâmica produtiva dos estabelecimentos familiares, pois com a saída de membros para atividades fora do estabelecimento, tanto para ações agrícolas como não agrícolas, tem modificado o processo de gestão do trabalho do núcleo familiar produtivo com a redução de mão de obra, passando a ter um caráter mais individualizado, com a participação de alguns membros da família, enquanto os demais membros estão envolvidos em processos externos aos estabelecimentos. Para efetivação das atividades produtivas na família o (a) camponês (a) se vê obrigado a contratar mão de obra externa e isso vem

tornando oneroso os custos de suas atividades produtivas. “A família rural típica não se reúne mais entorno da exploração agropecuária”. (SILVA, 2013, 250).

Segundo Lefebvre (1999), a cidade apresenta um papel fundamental no desenvolvimento das forças produtivas⁴ de uma sociedade, ou seja, no crescimento da organização, produtividade do trabalho, das técnicas, entre outros, mas também essas forças produtivas impulsionam o crescimento da população e da importância das cidades. Quanto ao campo esse desenvolvimento das forças produtivas com a industrialização agrícola leva ao desaparecimento do campesinato, a destruição da terra e da natureza, assim a cidade absorve o campo, pois as empresas industriais fomentam em seu entorno aglomerados urbanos que junto com as cidades passam a concentrar uma rede de serviços.

Para Alentejano (2000), na caracterização do rural é importante romper com certos estereótipos estabelecidos como rural sinônimo de atraso e urbano, sinônimo de moderno. O campo relacionado com atividade agrícola e cidade com atividade industrial, entre outras perspectivas que mais fortalecem fossos entre cidade e campo, do que permitem compreensões das semelhanças e diferenças entre essas realidades. Assim, a compreensão do rural também passa pelo entendimento das relações econômicas, sociais e espaciais dos sujeitos com a terra. O econômico no que diz respeito à produção, reprodução e valorização; o social em relação ao simbólico, afetivo, cultural; o espaço, quanto à ocupação da terra, moradia e infraestrutura.

Assim, independente das atividades desenvolvidas, sejam elas industriais, agrícolas, artesanais ou de serviços, das relações de trabalho existe, sejam assalariadas pré-capitalistas ou familiares e do maior ou menor desenvolvimento tecnológico, temos a terra como elemento que perpassa e dá unidade a todas estas relações, muito diferente do que acontece nas cidades, onde a importância econômica, social e espacial desta é muito mais reduzida. (ALENTEJANO, 2000, p. 105).

1 As forças produtivas são a unidade, o conjunto dos meios de trabalho (“tudo que se vale o homem para trabalhar”), objeto de trabalho (“tudo aquilo sobre que incide o trabalho humano”) e a força de trabalho (energia humana utilizada, valendo dos meios para transformação do objeto), sabendo que os meios e objeto formam os meios de produção. No processo de produção a força de trabalho é o que apresenta destaque e faz a diferença entre as forças produtivas, pois é ela que imprime o elemento histórico do crescimento da produtividade do trabalho (PAULO NETTO; BRAZ, 2011).

Segundo Lefebvre (1999), a propriedade da terra⁵ se constitui como propriedade privada importante ao capital, pois ainda que exista a propriedade mobiliária, o dinheiro, o capital, a terra permanece sendo um elemento de compra, venda e arrendamento da classe dominante que a enriquece, constituindo suas propriedades fundiárias.

Diante do exposto, para o avanço efetivo de um novo mundo rural seria necessário partir de uma percepção dialética acerca do rural e urbano, da cidade e do campo, rompendo com estereótipos e dicotomias entre essas realidades, entendendo-as em suas particularidades, mas também considerando suas unidades que compõe uma totalidade em processo. Outro ponto de destaque seria também refletir um novo rural que pautasse a priori um processo de reforma agrária que modificasse a estrutura de propriedade da terra, por meio da extinção do latifúndio, com a garantia de infraestrutura, bens e serviços públicos com qualidade na perspectiva de multiplicação da população rural (ALENTEJANO, 2000).

Mesmo não estando posto um novo mundo rural favorável a maioria das populações que lá vivem, mudanças tem sido observadas que vem envolvendo essas pessoas gerando resultados e apontando tendências. Entre esses segmentos do campo impactos pelas alterações temos a campesinato familiar que vem sido envolvido por um caloroso debate. Assim, a seguir serão feitas algumas reflexões sobre o campesinato e como ele se encontra na realidade rural contemporânea.

2.2 Campesinato na contemporaneidade

Segundo Fernandes (2013) as apreciações teóricas e políticas a cerca do mundo rural no século XXI devem ser observadas à luz dos debates a respeito da *questão agrária*, que remonta suas contribuições desde o início do século XX, e do *capitalismo agrário*, que surge em meados dos anos de 1990. Esses debates colocam na ordem do dia elementos e questões veementes sobre os conceitos que norteiam a definição de campesinato e agricultura familiar, dialogando acerca das possibilidades de vida ou morte do campesinato a partir dos avanços do capital.

^{2A} propriedade da terra se trata do domínio e monopólio que possibilita o direito a certas pessoas de deterem partes de terra do país de caráter absolutamente privado em que só se pode utilizar a partir de autorização dessas pessoas (GUANZIROLI, 2000)

Segundo Abramovay (1992), as duas obras marxistas clássicas que inauguram o debate acerca da questão agrária são as contribuições de Lênin (1899) e Kautsky (1899), em que a Teoria marxiana não desenvolveu explicitamente nenhum elemento sobre a questão agrária. Todavia, o autor destaca que as produções de Lênin e Kautsky são produções circunstanciais que só podem ser compreendidas dentro e estritamente imbricadas com o contexto de lutas políticas em que viviam esses autores. Assim frisa:

O primeiro capítulo tem a missão de desfazer a armadilha da universalidade teórica: não existe, rigorosamente falando, uma teoria marxista da questão agrária, além das anotações de Marx sobre o problema da renda fundiária. (ABRAMOVAY, 1992, p. 250)

Fernandes (2013) aponta que as contribuições de Kautsky (1899) e de Lênin (1899), pontuam a questão agrária como um problema estrutural, pois a tendência de futuro da sociedade mundial seria a transformação do capitalismo ao socialismo, em que a dinâmica do campesinato nesse processo seria sujeição ao processo de proletarização e ao estado socialista. Aqui estava subscrito que o desenvolvimento do capitalismo no mundo agrário geraria o desaparecimento do campesinato, pois com a penetração das relações de produção capitalista no campo levaria a um processo eminente de assalariamento e proletarização do camponês. Nessa perspectiva, o camponês é visto como um sujeito condicionado à subalternidade na relação com o capital, mas tem forte potencial de resistência, destruindo, criando e recriando novas relações sociais na lógica de apropriação e acumulação de riquezas capitalistas.

Abramovay (1992), no conteste aos limites teóricos dos clássicos marxistas (Lênin e Kautsky) acerca da questão agrária, destaca como alternativa a obra Alexander Chayanov (também contemporâneo de Lênin e Kautsky) de expressiva influência até nossos dias, em que vem "... aprofundar o conhecimento do campesinato sem entrar no mérito das relações sociais mais amplas que o determinam" (ABRAMOVAY, 1992, p. 251).

Chayanov (1925) teria elaborado uma teoria dos sistemas econômicos não capitalistas, entre eles o camponês, em que partia da perspectiva que o campesinato existia para dar respostas a necessidades sociais, mas que para análise de sua forma social era preciso um estudo de seus organismos internos de funcionamento, não sendo importante a análise de suas interações sociais externas.

Isso significaria uma não análise de sua inclusão e papel que iria desempenhar na divisão social do trabalho, mas deveria focar um estudo do comportamento desse camponês (ABRAMOVAY, 1992).

[...] idéias organizacionais, a maquinaria de seu organismo econômico individual que é a unidade subjetiva teleológica da atividade econômica racional, isto é, gestão de seu estabelecimento. (CHAYANOV apud ABRAMOVAY, 1992, p. 60).

Quando Chayanov (apud ABRAMOVAY, 1992) analisa a microeconomia camponesa e discute a sua racionalidade econômica singular, destaca os seguintes elementos descritivos da família campesina: i) para obtenção de recursos como o trabalho, terra e capital, isso se efetiva por meio do trabalho realizado pelo núcleo familiar, sendo a família a única fonte de recursos para esse camponês; ii) não existe no trabalho desenvolvido na propriedade do camponês, a remuneração do trabalho realizado por meio do salário; iii) o objetivo estratégico do trabalho familiar é a obtenção de recursos à subsistência e satisfação das necessidades da família e não o lucro. iv) A renda familiar num todo é indivisível que vem na perspectiva de suprir as necessidades desse coletivo familiar. Assim, a unidade familiar campesina é uma unidade de produção e também de consumo daquilo que produz, tendo a família como prioridade.

A produção familiar no processo de comercialização “vende para comprar”, ou seja, caracteriza uma circulação simples de produtos, tendo como fim a satisfação de necessidades familiares. Quanto maior o número de membros da família como força de trabalho e a disponibilidade de capital, menos trabalharão os membros. Assim, a inclusão de mais recursos no sistema produtivo familiar poderá reduzir a carga horária de trabalho, bem como a redução dessa capacidade significa um processo de super-exploração em escalas superiores. (ABRAMOVAY, 1992).

Chayanov (apud ABRAMOVAY, 1992) reconhece que é impossível que a “penetração” do capitalismo na agricultura não provoque mudanças na estrutura orgânica campesina e Abramovay (1992) continua destacando que o ponto de partida para esse processo de “penetração” são as empresas de agroindústrias, com a inclusão do campesinato na divisão social do trabalho. Assim, essa condição de subalternidade se estabeleceria a partir do controle dessas empresas sobre a quantidade e qualidades dos produtos, momentos de vendas, entre outros.

Segundo Abramovay (1992), nos limites da racionalidade econômica camponesa ele a identifica como incompleta, em virtude de que sua vida é orientada por outras relações humanas e não só a econômica. Família e comunidade, trabalho e vida são dimensões que formam uma unidade de existência ao camponês, assim as suas relações não geram unicamente um meio de vida, mas organizam e dinamizam um modo de vida. O camponês é marcado por significativas relações interpessoais, hierárquica e suas relações mercantis extrapolam as esferas econômicas.

[...] a exposição permanente do campesinato a forças de mercado, sua existência como parte de um conjunto social ao qual se subordina, mas ao mesmo tempo ela aponta para a particularidade da integração social camponesa: ela é parcial, não só no sentido de que parte da subsistência vem da autoprodução, mas também indica uma certa flexibilidade nessa relação com o mercado, do qual o camponês pode freqüentemente se retirar, sem, com isso, comprometer sua reprodução social (ABRAMOVAY, 1992, p.104).

Outros elementos de limite nessa racionalidade econômica camponesa seriam: a) os sistemas de acesso a créditos que são identificados como fragmentados ou inexistentes para determinados grupos de famílias camponesas; b) quando as famílias conseguem acessar o crédito são por meio de comerciantes (atravessadores) que compram seus produtos, ou seja, o recurso é adiantado antes da colheita e quando esta chega já está comprometida ao comerciante que lhe fez o empréstimo ou através de agências financeiras, que em razão de suas burocracias e juros inviabilizam o acesso de uma boa parte de agricultores familiares; c) a aquisição de insumos (adubo, fertilizantes, etc.) se adquire não diretamente no mercado competitivo, mas através dos comerciantes ou/e empresas para quem os camponeses vendem seus produtos; d) as informações e comunicação sobre o mercado e sobre os outros produtores são escassas, tendo um dos motivos importantes o isolamento de certas famílias em áreas de difícil acesso; e) outro elemento também de destaque são as dificuldades de deslocamento e transporte nas localidades rurais (estradas, vicinais e ramais esburacados, longas extensões de viagens fluviais, entre outras) (ABRAMOVAY, 1992).

Abramovay (1992) aponta que a situação de empobrecimento como base social em que se encontra uma expressiva gama de agricultores familiares tem sido um elemento histórico que vem favorecendo o estabelecimento e permanência daquilo que ele chama de mercados incompletos, onde o isolamento dessas

famílias, precariedade na comunicação e transporte vem potencializando a continuidade de comerciantes que formam uma rede de compra e venda de seus produtos, servindo também de barreira para que os agricultores avancem a mercados regionais e nacionais.

Abramovay (1992), no debate acerca do capitalismo agrário, parte como padrão de referência de agricultura familiar moderna, o modelo dos países capitalistas centrais (Estado Unidos da América e Europa), que tiveram o Estado desempenhando um papel estratégico no controle desse desenvolvimento da agricultura, assim possibilitando que a produção familiar apresentasse um forte destaque na oferta agropecuária.

Para o campesinato chegar ao padrão dos países centrais seria necessário a sua transformação a uma nova categoria social, não mais de camponeses, mas de agricultores profissionais, ou seja, tudo que era modo de vida se converte em forma de trabalho, com fisionomia impessoal, competitiva, em que os vínculos comunitários não são mais tão importantes ao processo produtivo, assim os parâmetros para a reprodução social passam a ser a eficiência e competição. (ABRAMOVAY, 1992). Deste modo,

[...] integram-se plenamente a estas estruturas nacionais de mercado, transformam não só sua base técnica, mas, sobretudo o círculo social em que se reproduzem e metamorfoseiam-se numa nova categoria social: de camponeses, tornam-se agricultores profissionais. Aquilo que era antes de tudo um modo de vida converte-se numa profissão, numa forma de trabalho. O mercado adquire fisionomia impessoal aos produtores numa sociedade capitalista. Os laços comunitários perdem seu atributo de condição básica para a reprodução social (ABRAMOVAY, 1992, p. 127).

Segundo Fernandes (2013), na perspectiva de Abramovay, o desenvolvimento do capital no campo poderia ser o propulsor que conduziria e converteria o camponês ao patamar de um agricultor profissional, pois o camponês ficaria *asfixiado* pelas novas relações de produção e de mercado, sendo obrigado a se adaptar a uma nova realidade, pois seu modo de vida seria avaliado como inadequado e atrasado ao padrão de modernização do capital, assim, para sobreviver e não desaparecer, o camponês familiar deveria se integrar e converter plenamente ao mercado completo e impessoal do capitalismo, transformando-se em agricultor familiar.

Esse processo de metamorfose do campesinato à agricultura familiar, de reproduções sociais pautadas em vínculos de parentescos para relações impessoais, eficientes e competitivas e de um mercado incompleto para um

completo se caracteriza em mais uma forma de subordinação do camponês ao capital, em que essas diferenças que possam existir entre o camponês e o agricultor familiar é de sujeitos que fazem parte da mesma classe.

[...] a lógica que Abramovay utiliza para denominar a metamorfose (de camponês a agricultor familiar), explicita o processo de diferenciação do campesinato transformado em dicotomia. Além da redundância, que faz soar estranha a separação em duas categorias, quando de fato eles são sujeitos diferenciados de uma mesma classe. (FERNANDES, 2013, p. 192)

Tanto o campesinato quanto a agricultura familiar apresentam características comuns, entre elas se destacam o papel da família como fundamento da unidade de produção e do modo de vida, pois tanto a propriedade da terra, dos recursos naturais e materiais, quanto do trabalho é familiar. O Campesinato familiar é uma forma de relação, organização e apropriação que se estrutura e se sustenta a partir de uma extensa rede de parentesco que se estabelece entre pais, filhos, netos, primos, tios, agregados, noras, entre outros, isso pode se efetivar em um mesmo estabelecimento familiar (casa), como em uma comunidade ou/em várias comunidades (COSTA, 2012).

Segundo Costa (2012), as unidades familiares são de pequeno porte, com baixo nível tecnológico, tanto em produção quanto em gestão, com uma economia de excedente para a própria subsistência e, em segundo plano, para troca de produtos. Assim, existe uma economia de excedente distinta da economia de mercado, pois não se identifica à produção de mercadorias, existe uma produção de valor de uso que pode, após suprir as necessidades da família, - “aquilo que sobra” - ser transformado em produto para circulação.

Segundo Fernandes (2013), a perspectiva do capitalismo agrário desenvolvido por Abramovay (1992) tem avançado desde a década de 1990 nos espaços das academias, movimentos sociais, sindicais e como orientação às políticas agrícolas efetivadas pelo Estado Brasileiro. O avanço dessa perspectiva relaciona-se diretamente com os processos de reorientação do capital para enfrentamento de suas crises crônicas, sendo referencial teórico e ideológico oportuno às políticas Neoliberais do Fundo Monetário Internacional (FMI) e Banco Mundial, a abertura das economias e mercados nacionais, a expansão do capital de novos mercados, matéria prima e força de trabalho, além das mudanças políticas de muitas lideranças dos movimentos sociais e sindicais para o centro esquerda. “Nessas condições propícias, esses intelectuais construíram novas leituras da realidade tornaram-se

referências e compuseram a *intelligentsia agrária* do Governo FHC”. (FERNANDES, 2013, p. 198).

Segundo Lustosa (2012, p. 48), a partir dos anos 1990, as mudanças implantadas no mundo rural com maiores possibilidades aos camponeses familiares tem se configurado em um “reformismo agrário conservador”, pois não demonstra intencional posição de enfrentamento com os problemas centrais do campo, como exemplo a apropriação da terra. Assim existe um processo de reestruturação da concepção da divisão social do trabalho no campo, mas que aposta em permanecer nos limites de respostas integradas de fortalecimento ao capital.

Esse processo de reestruturação se efetiva nas políticas públicas no Brasil a partir do segundo mandato do Governo de Fernando Henrique Cardoso (1995 a 2002) e se consolida no mandato do Governo Luís Inácio Lula da Silva (2003 – 2010). Como política de afirmação dessas reformas de reestruturação, se destacam as diretrizes do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF⁶), em que a partir de estudo da Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) e o Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), passa a constituir uma nova divisão na agricultura: “Agricultura Patronal e Agricultura Familiar”⁷.

Após essas divisões entre agricultura familiar e agricultura patronal também se efetivará, mas tipologias para estabelecer a diferenciação entre os próprios agricultores, por considerar que entre estes existem características e níveis de desenvolvimentos distintos sobre o universo socioeconômico. Os parâmetros para essa estratificação foram o valor da renda total, considerando aspectos das atividades produtivas das famílias em relação a participação no mercado, a transformação e o beneficiamento de produtos agrícolas no interior do estabelecimento e o autoconsumo. A agricultura familiar está estruturada em quatro tipologias de famílias, sendo: a) famílias capitalizadas, b) em processo de capitalização, c) em descapitalização e d) descapitalizadas ou capitalizadas, mas

6 Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1996, com institucionalidade a partir do Decreto Presidencial nº 1.946, de 28/07/1996. O programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf

7No segundo capítulo dessa dissertação serão aprofundados esses elementos históricos e o papel do Estado brasileiro na configuração contemporânea do cenário rural (LUSTOSA, 2012).

que foram frustradas na safra, ou tiveram baixos preços de seus produtos no mercado ou que investiu, porém sua receita ainda não superaram suas despesas. (GUANZIROLI; CARDIM, 2000).

No cerne desses debates acerca da dinâmica da agricultura camponesa, se constituiu pela primeira vez no Brasil um marco legal específico que intitulou o termo agricultura familiar, com Lei nº 11.326, de 24 de julho de 2006, estabelecendo as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. No Art. 3º da referida Lei se considera agricultor familiar e empreendedor familiar rural aquele que pratica atividades no meio rural, com os seguintes requisitos: “ I. não detenha, a qualquer título, área maior do que 4 (quatro) módulos fiscais; II - utilize predominantemente mão-de-obra da própria família nas atividades econômicas do seu estabelecimento ou empreendimento; III - tenha renda familiar predominantemente originada de atividades econômicas vinculadas ao próprio estabelecimento ou empreendimento; IV - dirija seu estabelecimento ou empreendimento com sua família. Nesses termos estão inclusos os silvicultores, aquicultores, extrativistas e pescadores”.

Essa estratificação entre agricultura patronal, agricultura familiar e entre a própria agricultura familiar se constituiu a partir das diferenças entre as dimensões da produção, gestão e comercialização. Todavia, um dos principais diferenciais utilizado para distingui-los foram os tamanhos dos estabelecimentos familiares. Assim, os agricultores familiares podem ser proprietários de terra, mas seus estabelecimentos são chamados como de pequeno porte, que correspondem a módulos regionais postos a partir de parâmetros institucionais locais. Essas propriedades, por serem pequenas, apresentam uma baixa produção que é insuficiente, inclusive à manutenção da família, sendo necessário que membros da família busquem trabalho assalariado ou trabalho informal, podendo ser agrícola ou não agrícola para complementação da renda familiar (LUSTOSA, 2012).

Por outro lado, a agricultura patronal apresenta estabelecimentos familiares de grande porte, tendo também como diferenciação na dimensão da produção o trabalho assalariado, cuja base de reprodução se situa na exploração da força de trabalho, ações organizadas de forma centralizada e especializada, com práticas padronizadas. Nos estabelecimentos patronais se encontra uma base tecnológica avançada, com propriedade dos meios de produção, forte apoio financeiro de governos, gerando produção para consumo interno, mas fundamentalmente para o

mercado exportador. A agricultura patronal congrega em suas características o agronegócio de base empresarial fundiária. (LUSTOSA, 2012).

No debate que se efetiva sobre modernização do campo e a agricultura familiar está imbricado nesse processo a compreensão do que é agronegócio. Como o agronegócio vem se efetivando como uma estratégia do capital no campo? Assunto tratado a seguir.

2.3 O agronegócio como modelo de desenvolvimento para o campo

Segundo Fernandes (2005) o sistema capitalista vivencia no século XXI um processo de expansão territorial nunca visto na história da humanidade em que as fronteiras nacionais dos países, no mundo, se tornaram meramente virtuais. O plano estratégico nacional tem sido sucumbido por um plano único que tem se apresentado como alternativa e a única alternativa para o desenvolvimento global. O estabelecimento desse único modelo vem apoiado na lógica do consenso em que, paralelamente, se difunde um pensamento ideológico do fim de tudo: do trabalho, da história e de um projeto de sociedade alternativo ao capital, em razão da derrocada do modelo soviético.

O Plano único alternativo instituído pelo capital tem sido a doutrina Neoliberal, imposta por seus ideólogos mais expressivos como: Banco Mundial, FMI e Organização Mundial do Comércio (OMC) que defendem como diretrizes o controle dos gastos públicos, o arrocho salarial, as aberturas comercial e financeira, o desmonte do Estado de Bem-Estar Social, ou seja, o *Welfare State*, privatização e enfrentamento às organizações dos trabalhadores.

Esse modelo único de desenvolvimento tem colocado em cheque a soberania nacional dos países Latino Americanos e criado diversas estratégias ideológicas de descaracterizar qualquer outro modelo que seja opositor ao modelo capitalista. Para tanto, destrói, cria e recria conceitos e termos que venham fortalecer sua ideologia (FERNANDES, 2005).

Para Fernandes (2005) o agronegócio está inserido nesse processo de descaracterização em que o termo é uma expressão vazia e confusa para ser classificada como conceito, pois sua explicação tenta representar relações sociais diferentes como se fossem iguais. Isso que parece confuso no termo agronegócio

pode ser sua função, que objetiva suprimir e ocultar as diferenças a partir de uma lógica que se fundamenta num pensamento consensual.

O agronegócio é um novo nome dado para o modelo de desenvolvimento econômico da agropecuária que se estabelece como um padrão para acumulação e expansão do capital em resposta à crise cambial de 1999, em que cria o ambiente de aliança política entre a propriedade fundiária e o capital financeiro (FERNANDES, 2005).

Segundo Delgado (2013, p. 64) o agronegócio, a partir da acepção brasileira, “[...] é uma associação do grande capital agroindustrial com a grande propriedade privada.” No cerne dessa aliança entre o capital financeiro e a propriedade privada existe o objetivo estratégico de geração frenética de lucro e renda da terra, tendo como patrocinador fundamental as políticas de Estado.

Para Fernandes (2005), o agronegócio não se constitui em um modelo novo, pois ele é oriundo no sistema *plantation* que vem sendo utilizado de várias formas desde o princípio do capitalismo, em que está estruturado em grandes propriedades que produzem para exportação. Agora, a palavra é relativamente nova e foi elaborada desde 1990, tendo a função ideológica de ocultar a imagem de latifúndio da agropecuária capitalista e lhe instituindo um caráter de moderno. Para tanto, tenta velar a natureza predadora, especializada, concentradora, centralizadora de terra, renda e atividades, exploradora e excludente do latifúndio brasileiro.

O agronegócio faz parte de um projeto expansionista a ser implementado em todo o território nacional, com forte caráter produtivista; é sinônimo de aumento da produção, renda e de novas tecnologias. Assim, seria um novo modelo de latifúndio mais amplo que tem domínio não somente sobre a terra, mas também sobre a produção, logística, beneficiamento, tecnologia e comercialização, ou seja, existe o monopólio de toda a cadeia produtiva dos produtos que investe (STEDILE, 2013).

Em resumo, pode-se dizer que o capital e seus proprietários capitalistas, representados pelos grandes proprietários de terra, bancos, empresas nacionais e transnacionais, estão aplicando em todo o mundo o chamado modelo de produção do agronegócio (*agribusiness*), que se caracteriza sucintamente por: organização da produção agrícola na forma de monocultivos (um só produto) em escalas de áreas cada vez maiores; uso intensivo de máquinas agrícolas, também em escala cada vez mais ampla, expulsando a mão de obra do campo...uso intensivo de venenos agrícolas, os agrotóxicos,... uso de sementes transgênicas, padronizadas, e agressão ao meio ambiente com técnicas de produção que buscam apenas a maior taxa de lucro em menor tempo. (STEDILE, 2013, p. 33)

Segundo Frederico (2013), o agronegócio é compreendido como *agricultura científica globalizada* que tem como características a substituição da exportação de produtos industrializados por produtos primários (*commodity*); uma forte presença de novas tecnologias da informação ao meio rural como informática, microeletrônica, biotecnologia, engenharia genética, entre outros; maior presença reguladora das empresas mundiais, isso tudo imbuído numa intensa privatização e desmantelamento de empresas públicas, além do aprimoramento do uso de insumos químicos, biológicos e mecânicos; hegemonia das agroindústrias e *tradings*⁸ no financiamento e fornecimento de insumos, logística e escoamento; especialização e concentração das regiões na produção agrícola.

O autor faz uma distinção entre dois momentos no processo de modernização da agricultura brasileira. O primeiro de 1960-1980, caracterizado pela reformulação da base técnica, política e organizacional com adoção do paradigma da revolução verde; intensa intervenção estatal tanto no fornecimento de crédito quanto de bases técnicas; com a construção de complexos agroindustriais. Nesse processo, a agricultura tem o papel de fornecimento de matéria prima às indústrias e abastecimento alimentar dos centros urbanos.

A agricultura científica globalizada vem como o segundo momento de modernização da agricultura brasileira trazendo uma nova roupagem no padrão agrícola pautado no aperfeiçoamento tecnológico com direta adoção das inovações científicas; redução da intervenção estatal e inclusão das corporações mundiais na regulação da agricultura; um aumento da exportação dos produtos primários, com destaque para a *commodity* agrícola (FREDERICO, 2013).

O agronegócio tem respondido a uma política de reestruturação da agricultura que vem na perspectiva de superação de um modelo anterior de modernização da agricultura com fornecimento de matéria prima para indústria diversificando a exportação, abastecimento de alimentos aos centros urbanos, com significativa intervenção estatal por meio de empresas públicas.

Frederico (2013) destaca também como elemento desse novo cenário para o agronegócio, o processo intenso de especialização das *Commodities* sem produtos e regiões de produção. Tem sua racionalidade no uso da ciência e na padronização de processos e procedimentos, onde os agricultores ficam totalmente subordinados e

8 Tradings são as grandes empresas mundiais que controlam a logística, a comercialização e parte substancial do financiamento agrícola (FREDERICO, 2013).

refêns de mecanismos alheios e externos as suas práticas comumente utilizadas na agricultura.

Segundo Fernandes (2005) o agronegócio tenta convencer ideologicamente a sociedade de que todo resultado da agropecuária é oriundo de suas atividades, enquanto que a produção da agricultura camponesa fica invisível, mesmo sendo responsável por mais da metade daquilo que gera no campo. Assim, busca-se fundar uma falsa homogeneização na agricultura tratando coisas diferentes como iguais, mediante a alegação de todos, agricultura familiar e agricultura patronal (fundada no latifúndio), são iguais perante o mercado. Tanto que se constitui comparação produtiva entre o agronegócio e a agricultura camponesa, ocultando ou/e suprimindo o caráter não produtivista do campesinato, que não é adepto do monocultivo (produzir uma única cultura), da produção exclusivamente para o mercado e de seus plantios a partir de insumos externos, pois sua cultura baseia-se na produção de alimentos na diversidade, potencializando a utilização dos recursos naturais disponíveis, tendo sua produção para suprir as necessidades da família e comunidade.

Outro elemento destacado pelo autor, dessa ideologia ofensiva do agronegócio em relação ao camponês familiar, é a tentativa de fragmentá-la quando se afirma que os camponeses capitalizados devem ser chamados de agricultores familiares, por estarem mais preparados para ingressarem no mundo moderno do mercado, enquanto que as famílias em situação de pobreza e extrema pobreza em virtude do contexto de desigualdade e subalternidade que são sujeitas, são qualificadas como atrasadas e tradicionais para entrarem na modernização e são chamadas de camponesas (FERNANDES, 2005).

Atualmente esse mosaico de construções ideológicas tem convencido e cooptado muitos intelectuais das academias, dirigentes de Estado, inclusive de organizações políticas de esquerda, membros dos movimentos sociais e vários trabalhadores rurais e camponeses familiares de que o agronegócio é o modelo de desenvolvimento e modernização do meio rural.

Diante do exposto, observa-se que as mudanças que ocorrem hoje no campo e o porquê da classe dominante dispor de possibilidades de inclusão do campesinato em modelos de trabalho e produção como o da produção da palma de óleo nos municípios da Região do Nordeste Paraense (Acara, Concórdia do Pará, Moju, Aurora do Pará, São domingos do capim, Tomé-Açu, Acara, Bujaru,

Abaetetuba, Tailândia, entre outros) estão alicerçados nesse arcabouço teórico e ideológico que o justifica com a finalidade clara de fortalecimento do capital num discurso de alternativa à modernização do campo.

Esses conteúdos teóricos ideológicos estão pautados num referencial que aposta no movimento frenético de expansão e maior exploração do capital numa busca de aumento de suas taxas de lucro. A efetivação desse objetivo conta com a participação ativa do Estado na regulação e implementação de políticas agrícolas e sociais que tem facilitado e arregimentado condições para expansão e territorialização do capital em detrimento de mudanças estruturais que venham melhorar a vida de quem mora no meio rural.

No Prefácio do Livro “Economia Camponesa nas Fronteiras do Capitalismo”, Carvalho (apud COSTA, 2012, p. 32), sinaliza a situação de subalternidade do camponês familiar como um fenômeno histórico de imposição do capital ao campesinato, em que a razão única para tal tem sido a “disputa pela apropriação da terra”. Por isso, o capitalismo, em suas diversas formas, tem estabelecido na história da divisão social do trabalho no campo a tarefa, ao campesinato, de oferta de força de trabalho e a produção de alimentos básicos e baratos aos setores urbanos. Isso no limite em que essas famílias camponesas não entrem em disputa pela apropriação da terra com os latifundiários e as frações de classe dominantes. Assim, as relações sociais historicamente permitidas foram de subalternidade ao capital com processos de compra, arrendamento ou de parcerias da terra⁹. Afirma o autor:

[...] Mesmo que o capital crie, recrie e destrua as mais distintas formas de relações sociais com os camponeses, o acesso à terra e nela a reprodução social dos camponeses devem e deverão ocorrer de maneira subalterna, em menor ou maior grau, ao capital (CARVALHO, 2012, p. 32).

Todo esse processo de mudança tem recebido um apoio significativo do Estado que desempenha um papel fundamental na consolidação do capital no campo. A seguir serão tratados elementos importantes acerca da concepção de

9 A partir de pesquisa de campo realizada com camponeses familiares envolvidos na produção da palma de óleo nos Municípios de Concórdia do Pará e Moju foi possível observar que essas mudanças de qualidade de vida e mais renda no mundo rural ainda é irrisória, pois para os camponeses capitalizados houve certa melhoria na renda da família, mas para outros menos capitalizados, que representam um universo expressivo, tem representado mais endividamento, com trabalho exaustivo e pouco retorno de renda. No capítulo 3º será feita uma exposição e análises mais detalhadas sobre essa questão.

Estado e sua importância para o sucesso de modelos de desenvolvimento para o campo, como o agronegócio.

2.4 Estado como protagonista da modernização do campo

A análise da importância que o Estado desempenha no desenvolvimento da reprodução do trabalho e do capital é fundamental para a compreensão da dinâmica das mudanças do meio rural, pois sua participação nesse processo não se efetiva nem de forma pontual e nem residual.

Segundo Lefebvre (1999), a burguesia desenvolve mecanismos de exploração não somente da classe trabalhadora, mas do conjunto de pessoas em uma sociedade, exemplo os não operários, empregados, camponeses, entre outros segmentos. Tudo aquilo que é alcançado por meio da exploração, é distribuído entre a classe dominante e suas frações de classe.

Nesse processo de exploração no modo de produção capitalista, o Estado desempenha um papel fundamental de supervisão e regulação dos excessos, mas também retém para seus cofres uma parte considerável desse lucro, através do sistema fiscal e de impostos que são utilizados para dois fins: a) Para o pagamento geral das despesas da sociedade burguesa, em destaque a manutenção de sua burocracia que cria e recria as condições objetivas à reprodução de acumulação do capital b) Para a administração das respostas às necessidades sociais que vem das pressões e reivindicações dos movimentos organizativos de classe dos trabalhadores, grupos minoritários, entre outros. (LEFEBVRE, 1999)

Segundo Poulantzas (2000, p. 12), o Estado vem acompanhando os momentos de crises e expansão do capitalismo desde muito tempo, em que cada cenário tem exigido mudanças em sua estrutura para efetivação de sua contribuição na reprodução social do trabalho e do capital, gerando como resultado a manutenção hegemônica da classe dominante. Para tanto, o Estado apresenta uma “ossatura material própria” que exige para sua compreensão uma visão ampla de suas múltiplas relações que se estabelecem em terrenos de forças, lutas e contradições na sociedade capitalista.

Para Poulantzas (2000) o primeiro contato do Estado com as relações de produção capitalista se efetiva a partir e através das classes sociais e suas lutas. Como elemento fundamental, o Estado desempenha a papel de concretizar as

relações políticas ideológicas que garantem a exploração, dominação e subordinação das classes dominadas às classes dominantes. Isso garante os lugares e poderes das classes sociais e a dinâmica de suas lutas, assim como na divisão social do trabalho na sociedade capitalista.

O Estado tem um papel essencial nas relações de produção e na delimitação-reprodução das classes sociais, porque não se limita ao exercício da repressão física organizada. O Estado também tem o papel específico na organização das relações ideológicas e da ideologia dominante. (POULANTZAS, 2000, p. 26).

Para Poulantzas (2000) a ideologia não é unicamente ideias e representações, mas também são práticas concretas de sujeitos e grupos que se materializam em hábitos e costumes que são incorporados às diversas práticas sociais, não sendo um elemento neutro e exterior às classes, mas é ideologia de classe. Assim, ela é essencial para constituição do modo de produção capitalista, pois estabelece e legitima práticas que garantem a dominação de classes.

O Estado não é somente um instrumento de coerção que concretiza o domínio da classe dominante pela força e violência, mas utiliza a ideologia que ratifica a violência e articula o consenso com segmentos e setores da classe dominada em relação ao domínio do Estado. A ideologia penetra os aparelhos de Estado para sua difusão, em que o papel deste aparelho é elaborar, apregoar e reproduzir a ideologia (POULANTZAS, 2000).

No cerne dessa discussão Poulantzas (2000) pontua a concepção de Althusser em que expressa o Estado como uma vertente que funciona como quem proíbe, reprime e coage, por outro lado, mediante seus aparelhos ideológicos, doutrina, mente e engana a sociedade. Outro elemento é que considerava a economia em relação ao Estado como auto-reproduzível e auto-reguladora em que apenas desenvolveria o papel de estabelecer as regras negativas ao econômico.

Essa perspectiva dicotômica e maniqueísta de um Estado, ora repressão e ora manipulação ideológica é equivocada e impossível de oferecer elementos para compreensão da relação Estado e classes sociais. O autor afirma que o Estado também efetiva ações positivas, criando e transformando a realidade, pois para garantia da hegemonia da classe dominante, age num ponto de equilíbrio de compromissos entre a classe dominante e dominada, assim o Estado assume

medidas políticas que beneficiam a classe dominada, mesmo quando elas são fruto das pressões sociais das classes dominadas (POULANTZAS, 2000).

Para Poulantzas (2000) o Estado é um *organizador* da classe dominante que efetiva a formulação e difusão das táticas de reprodução de poder e não existe um discurso, mas vários discursos dos diversos aparelhos de Estado que expressam as classes que os dirigem destinados também a classes diferenciadas.

O índice de ideologização do discurso e também das práticas materiais do Estado é, portanto flutuante, variável e diversificado segundo as classes e frações de classes às quais se dirige o Estado e sobre as quais age. A verdade do poder escapa frequentemente às massas populares, não porque o Estado o esconda, mascare expressamente; sim, porque, por razões infinitamente mais complexas as massas não conseguem compreender o discurso do Estado às classes dominantes. (POULANTZAS, 2000, p. 31).

Segundo Poulantzas (2000), o Estado desempenha um papel fundamental em relação às classes dominantes no sentido de organização e unificação dos interesses políticos em longo prazo. No sistema capitalista, a classe burguesa está estruturada por várias frações de classes em que o Estado vem constituir na organização e na unidade política entre as mesmas em todas as esferas, órgãos e instâncias dos aparelhos do Estado.

O Estado enquanto organizador, unificador e condensador de relações de forças das classes e frações de classe, se efetiva em virtude de sua *autonomia relativa* em relação às relações de produção e as lutas políticas pelo poder, em que representa o interesse político em longo prazo de frações da classe dominante que detenha a hegemonia política em um dado momento histórico, sabendo que isso se estabelece em todas as fases do sistema capitalista (POULANTZAS, 2000).

Essa compreensão do Estado enquanto condensador de relações de forças de classe vem de encontro à concepção do Estado enquanto *coisa-instrumento* e enquanto *sujeito* (POULANTZAS, 2000). Ou seja, coisa-instrumento no sentido de total passividade diante das lutas de classes, neutro perante as disputas e alianças das relações das frações de classe, instrumento de manipulação de uma única classe ou fração, sem nenhuma autonomia. Todavia, a perspectiva do Estado enquanto sujeito já o entende como absolutamente autônomo e soberano em suas vontades, como um poder e uma racionalidade própria. Diante disso, essas concepções apresentam o Estado como elemento exterior aos processos de classe,

ora como dominado pelas classes dominantes e ora como do dominado, expressando um bloco monolítico.

Compreender o Estado como condensação de uma relação de forças entre classes e frações de classe tais como elas se expressam, sempre de maneira específica, no seio do Estado, significa que o Estado é constituído-dividido de lado a lado pelas contradições de classe. (POULANTZAS, 2000, p. 134).

Para Poulantzas (2000) o Estado no cumprimento de seu papel como organizador e condensador das forças das frações de classe, em hipótese alguma deve ser considerado como coisa-instrumento ou sujeito que apresenta na estrutura de poder um bloco monolítico da direção política estatal, isso porque os respectivos papéis do Estado, citados anteriormente, estão diretamente ligados às fissuras, divisões e contradições do Estado que são contradições do próprio modelo de desenvolvimento capitalista e suas relações de produção e relações políticas.

Em suma o Estado não deve ser visualizado como um árbitro externo das disputas das frações de classe que ou é manipulado por uma delas ou é totalmente neutro, possuindo a função messiânica de trazer soluções as contradições e conflitos. As contradições estão no cerne de sua formação, pois sua existência tem relação direta e intrínseca com as relações de produção e com a luta de classes. O Estado é um espaço e um processo estratégico onde se entrecruzam redes de poder que num momento estabelecem fortes alianças e em outro, apresentam profundas fissuras e contradições nessas relações.

Segundo Poulantzas (2000) as contradições e fissuras do Estado não são resultados unicamente das relações e lutas entre as frações do poder da classe dominante, mas também da relação de força com as classes ou com setores das classes dominadas. Os aparelhos de Estado efetivam a hegemonia da classe no poder por meio de compromissos pactuados provisoriamente com as classes dominadas.

O Estado trabalha para garantia da hegemonia da classe dominante mediante o auxílio em sua organização e unificação das frações do poder, mas em contrapartida também investe e atua na desorganização e divisão da classe dominada, em que durante os processos de correlação de forças estabelece alianças com segmentos da classe dominada como pequena burguesia e a campesina.

As lutas travadas pela classe dominada não se constituem em processos externos ao Estado, mas fazem parte de sua formação e da trama que o constitui. A classe dominada consegue estabelecer seu próprio poder não mediante a ocupação de aparelhos de Estado, mas pela oposição que firma contra a classe dominante. Assim, as fissuras e contradições do Estado geram pautas e políticas sociais e econômicas que podem, num dado momento histórico, beneficiar as classes populares no sentido de avanço em suas reivindicações (POULANTZAS, 2000).

É nesse processo de contradições do Estado que vem sendo postas as mudanças na agricultura brasileira e na vida dos camponeses familiares a partir de leis como a nº 11.326/200 que tem gerado uma nova caracterização chamada de agricultura familiar, considerada com um segmento do campo de fundamental importância à segurança alimentar e ao desenvolvimento rural.

Essa reconfiguração na caracterização do campesinato como agricultura familiar teve impacto em termos institucionais, tendo como propulsores potenciais os movimentos sociais e sindicais das décadas de 80 e 90 (século XX) numa conjuntura de transformações significativas no Estado brasileiro. Esse processo organizativo da sociedade civil rural, como por exemplo, o Movimento “Grito do Campo” conduzido pelos sindicatos dos trabalhadores e trabalhadoras rurais, entre outras expressões, contribuíram decisivamente para abertura de pautas governamentais que viessem a efetivar políticas públicas no campo na perspectiva de melhoria da população campesina.

Esse movimento de mudança do Estado brasileiro em relação ao mundo rural está diretamente relacionado ao processo de organização dos movimentos sociais do campo, mas também fazem parte da trama contemporânea à acumulação do capital e de enfrentamento de suas crises cíclicas. A seguir serão observados alguns elementos constitutivos desse debate.

2.5 Crise e mundialização do capital na reformulação agrária

Para compreensão dessas mudanças no universo rural, é importante pontuar claramente que não se trata de um fenômeno natural e resultado de um suposto processo evolutivo e inevitável do capital, mas é componente interno da própria dinâmica complexa e contraditória de crises que tem atravessado o sistema capitalista. Assim não se trata de “saltos” muito menos de “etapas de

amadurecimento” do capitalismo, mas são processos e componentes de criação e destruição do modo de produção do capital (MOTTA, 2009).

O campesinato no cenário no século XXI tem galgado várias mudanças no contexto da sociedade capitalista, tanto no que tange a sua participação nos processos produtivos do capital para integrar estratégias de modernização no campo, quanto no debate teórico em que se convergem e divergem asseverações de seu desaparecimento a partir das transformações que o modo capitalista de produção tem provocado no meio rural; como sujeito de resistência e protagonista de conquistas ao segmento campesino ou como camponês que representa uma condição de atraso que precisa avançar à “modernização” capitalista (MOTTA, 2009).

Segundo Motta (2009, p. 02), as crises econômicas, sociais e políticas são inerentes ao capitalismo, possibilitando, quando instaladas, momentos de revisão e reordenamentos estruturais e estratégicos no processo de produção e reprodução social. A natureza das crises, principalmente as econômicas se expressam por instabilidades entre produção e consumo, interferindo num processo decisivo no modo de produção capitalista, a transformação de mais-valia em lucro para o capital. Não é suficiente ao capital produzir mercadorias, pois essas mercadorias precisam ser vendidas para garantia de fechamento do ciclo decisivo de acumulação do capital a “produção/circulação/consumo”.

As crises do modo capitalista de produção não são comportamentos naturais de um processo evolucionista, mas são elementos constitutivos que desvelam as suas significativas contradições entre a socialização da produção e apropriação dos resultados produzidos. Assim, esses momentos desencadeiam um processo de restaurações de condições da dinâmica de acumulação do capital (MOTTA, 2009).

Motta (2009) destaca que no contexto de crise, o Estado realinha suas formas e estratégias de garantias de leis e políticas institucionais que efetivam a reprodução social dos trabalhadores aprofundando a condição de subalternidade, sendo criado e recriado as suas condições de existência.

Trata-se de um meio de atualização da hegemonia das classes dominantes que atinge substantivamente a dinâmica da reprodução social. Do ponto de vista objetivo, este movimento materializa-se na criação de novas formas de produção de mercadorias, mediante a racionalização do trabalho vivo pelo uso da ciência e tecnologia, regido pela implementação de novos métodos de gestão do trabalho que permite às firmas o aumento da produtividade e a redução dos custos de produção. (MOTTA, 1999, p. 4).

No século XX o sistema capitalista experimentou um período expansionista, de crescimento econômico, ampliação de empregos, salários e de forte intervenção do Estado. Para tanto, teve como pano de fundo, no mundo, episódios de instabilidades fundamentais que contribuíram para alguns reordenamentos e restauração do processo de acumulação do capital, como: a Primeira Guerra Mundial, a Grande Depressão (crise econômica) e a Segunda Guerra Mundial (MOTTA, 2009).

A partir desses acontecimentos, o capitalismo reorienta suas estratégias de produção e reprodução social com uma política intervencionista do Estado de Bem-Estar, a partir de fundamentos nas ideias keynesianas, essencialmente nos países hegemônicos, em virtude do alastramento da fome e miséria do pós-guerra e do avanço do comunismo soviético que tinha com conjuntura favorável o aprofundamento das desigualdades sociais mundiais (MOTTA, 2009).

A mesma autora destaca, ainda, que a partir dos anos 80 e 90 o mote econômico, político e social pós-guerra desenvolvido pelo capital começaram a ruir, com a crise da dívida externa dos países periféricos, num movimento frenético de maior endividamento, pois estes realizavam novos empréstimos que custeavam as amortizações e juros das referidas dívidas. Os modelos como fordismo (criado pelo norte-americano Henry Ford) com sua concepção da estrutura produtiva numa linha de montagem em série; o keynesianismo que defendia a intervenção do estado na economia e o Welfare State, ou Estado de Bem-Estar Social começam a não responder a necessidades de acumulação do capital, levando a um reordenamento econômico, político e social do capitalismo no mundo.

Segundo Oliveira (2013), no período dos pós-guerras mundiais se constituíram as formações dos oligopólios internacionais que deram origem às empresas multinacionais que passaram a representar a forma mais avançada do capitalismo, pois trouxeram alternativas para crises como a disputa no mercado e fontes de matéria-prima, reorientando a organização interna, as relações de trabalho e comércio. Esse momento é caracterizado pelo autor como um processo de mundialização do capital, que garante a integração em escala mundial obedecendo ao lema “[...] produzir em qualquer lugar do mundo onde as possibilidades de redução de custo e acesso ao patamar tecnológico vigente sejam possíveis.” (OLIVEIRA, 2013, p. 115).

A mundialização do capital se desenvolveu a partir de três processos essenciais para o fundamento do mercado mundial: primeiro, o movimento internacional do capital que se caracteriza em investimentos diretos dos oligopólios empresariais em suas filiais em diferentes pontos do mundo; segundo, a produção internacionalizada, oriunda das pesquisas e tecnologias dos monopólios que junto com o movimento de capital internacional penetraram nas economias nacionais, formando uma produção em escala mundial com domínio sobre a mão de obra e matéria prima; o poder último e a instituição de ações internacionais de governo, como a constituição de organismos internacionais como Organização das Nações Unidas (ONU), Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional (FMI), blocos econômicos (NAFTA, União Europeia, Tigre Asiáticos, Mercosul) que passam a desempenhar um poder em escala mundial, deliberando e estabelecendo internacionalmente políticas de governo, com exemplo o Projeto Neoliberal. (OLIVEIRA, 2013).

Esse processo da economia mundializada se caracteriza por uma atuação conjunta entre os capitalistas das multinacionais e as empresas nacionais, em um movimento intenso de fusões empresariais que foram constituindo “impérios” e monopolizando cadeias produtivas inteiras, no controle da produção, insumo, logística e comercialização. Outro elemento é que a abrangência de distribuição da produção passou a extrapolar as fronteiras dos países industrializados e ingressou a mercados de médio e pequeno porte industrial de outros países de economia menos desenvolvida.

Segundo Stedile (2013), a mundialização econômica do modo de produção capitalista destinou uma ofensiva sobre a agricultura por meio da expansão do capital financeiro em escala mundial. Para tanto, como mecanismo de controle desse processo se destaca: a compra de médias e grandes empresas de diversos setores e ramos da agricultura (fertilizantes, agroindústria, agrotóxicos, máquinas agrícolas, etc.) a partir do capital financeiro, com grande resultado de lucratividade e sem haver investimento de recursos na própria agricultura.

Outro mecanismo foi a dolarização da economia mundial, possibilitando a compra de empresas nacionais, que foi instituída pelas regras livres de comércio e os acordos multilaterais estabelecidos pelos organismos internacionais como Organização Mundial do Comércio, FMI, entre outros, que orientaram o mercado de produtos agrícolas a partir dos parâmetros das grandes empresas mundiais,

obrigando os governos nacionais a liberarem seus comércios. Outro mecanismo tem sido o processo intenso de dependência da agricultura dos empréstimos bancários. Por último os governos nacionais têm abandonado as políticas públicas de proteção dos mercados agrícolas e da economia camponesa.

Esse mecanismo de controle da economia mundial sobre a agricultura tem contribuído para solidificar um terreno fértil ao estabelecimento do capital financeiro mundial no campo que tem construído uma paisagem do mundo rural com concentração e centralização de terras, produtos, ciência, tecnologia capital e mercado no poder de poucos no mundo.

Outro elemento desse cenário é a perda da soberania alimentar de povos e nações em virtude do processo de “padronização de alimentos” (STEDILE, 2013, p. 35) com a indução da população ao consumo massivo de rações, em detrimento de padrões alimentares culturais saudáveis que essas pessoas possuíam. Outro componente dessas mudanças são as empresas agroindustriais que tem estabelecido em territórios agrícolas práticas de monocultivos, usos intensivos de agrotóxicos e mecanização em detrimentos de cadeias produtivas que historicamente abasteciam os mercados locais, regionais e nacionais.

Nas últimas duas décadas, estamos vivenciando uma nova fase do capitalismo, agora dominada pelo capital financeiro globalizado. Essa fase significa que a acumulação do capital, das riquezas, se concentra basicamente na esfera do capital financeiro. Mas este precisa controlar a produção das mercadorias (na indústria, nos minérios e agricultura) e o comércio em nível mundial para poder apoderar-se da mais-valia produzida pelos trabalhadores agrícolas em geral. (STEDILE, 2013, p. 20-21)

A mundialização do capital em sua dinâmica desigual e contraditória na agricultura teve como pressuposto básico uma nova divisão internacional do trabalho que redimensionou verticalmente as relações entre países produtores de bens industriais e os fornecedores de matéria-prima, pois criou uma configuração em que as empresas multinacionais descentralizaram sua atuação de produção e consumo industrial aos territórios nacionais de países periféricos.

Segundo Oliveira (2013), o capital instala uma nova forma de desenvolvimento na agricultura passando a rever processos que no início de seu surgimento existiam como a separação entre cidade e campo, indústria e agricultura, em que no cenário atual passa a ser uma tênue separação, pois no contexto mundializado as empresas multinacionais se instalaram com seus aparatos

industriais no campo, em que capitalistas começaram a adquirir terra, tornando-se capitalistas latifundiários.

Isso gerou também uma movimentação diferente da força de trabalho territorial das áreas rurais que os trabalhadores rurais começaram a estabelecer novas relações de produção, deixando o trabalho produtivo com a família em seus estabelecimentos para migrar ao assalariamento nas lavouras de monocultivos com a indústria, como no arrendamento de terras e parcerias com empresas para a produção dos produtos agroindustriais.

O que estes processos contraditórios do desenvolvimento capitalista no campo revelam é que, no primeiro caso, o capital se territorializa – trata-se, portanto do processo de territorialização do capital monopolista na agricultura. No segundo, este processo contraditório revela que o capital monopoliza o território sem, entretanto territorializar-se - trata-se, pois, do processo de monopolização do território pelo capital monopolista. (OLIVEIRA, 2013, p. 128).

O autor destaca que o avanço do capital monopolista no campo tem se efetivado a partir das estratégias de territorialização do capital monopolista e monopolização do território pelo mesmo. Ou seja, na primeira estratégia o capitalista monopolista compra milhares de hectares de terras e instala seus complexos agroindustriais se territorializando, isto leva a um movimento dos agricultores de suas áreas rurais para as cidades onde se instalam os complexos.

A outra estratégia se efetiva quando as empresas criam e recriam mecanismos que permitem ao camponês familiar continuar a produzir na área rural, gerando possibilidades de desenvolvimento. Entretanto, todo o resultado da produção é vendendo para a indústria. Essas empresas passam a ter o controle da produção, com a venda de insumos e assistência técnica, intermediação para crédito, mecanização, logística e comercialização dos produtos.

Nesse processo de ofensiva do capital na agricultura se destaca também a existência de multinacionais que executam as duas estratégias em um mesmo território, ou seja, ao mesmo tempo que se territorializam, também efetivam um processo de monopolização da produção agrícola, elevando áreas inteiras a padrões homogêneos de produção de matéria-prima à produção industrial.

Diante disso, a mundialização é um processo de reorientação do capital no enfrentamento das crises que vem se acentuando desde o século XX, onde os limites como cidade e campo vem sendo extrapolados, com novas dimensões de aperfeiçoamento das estratégias de exploração dos trabalhadores e povos excluídos

historicamente. No próximo capítulo será analisado como esses processos vêm se estabelecendo no tempo e no espaço na América Latina e na Amazônia e como as empresas capitalistas na produção da palma de óleo, tem seguido esse receituário, inclusive com envolvimento direto do campesinato familiar.

3 AGRICULTURA CAMPONESA E O AGRONEGÓCIO NA AMAZÔNIA: ELEMENTOS HISTÓRICOS

Neste capítulo serão abordados os elementos históricos que vem constituindo os processos que envolvem o campesinato, o agronegócio e a mundialização. Para tanto, será analisado como o mundo rural e o campesinato vem se estabelecendo na Amazônia, desde o período expansionista colonial ao imperialismo; as mudanças ocorridas nos séculos XIX e XX no Brasil; como as fronteiras do agronegócio vêm se efetivando na agricultura, destacando seus impactos na agricultura camponesa e como e porque a produção da palma vem avançando na Amazônia, inclusive com o envolvimento direto da agricultura familiar.

A América Latina carrega uma história de subdesenvolvimento, de saqueamento de suas riquezas, terras, povos, com longos lastros de pobreza e destruição, integrando a história de desenvolvimento do capitalismo mundial.

3.1 Período expansionista: da colonização ao imperialismo capitalista

Para Bosi (1992), o modo capitalista de produção nas Américas foi de condução expansionista na dimensão territorial, econômica, política e cultural, alicerçado na estratégia de exploração de seus bens, submissão e domínio sobre populações. Quando esse modelo de colonização se estabelecia em uma base territorial, a primeira ordem era a constituição do cultivo da terra e da natureza, assim como o povoamento migratório dos territórios, tendo como princípios básicos: o domínio sobre a natureza para sua subordinação e dominação sobre os povos que estavam nos locais, também para os sujeitarem à condição de subalternidade aos colonizadores de suas terras.

A colonização para o autor é um “projeto totalizante” (BOSI, 1992, p. 15) que tem como finalidade a ocupação de um novo chão, a exploração de seus bens, submissão e domínio sobre sua população. Quando destaca o aspecto totalizante, está pontuando os elementos culturais existentes, os perdidos e/ou redimensionados com as novas culturas trazidas e impostas pelos colonizadores.

Na colonização, foram introduzidos novos processos em cultura e culto, sendo a cultura entendida como um “conjunto das práticas, das técnicas, dos símbolos e dos valores que se devem transmitir às novas gerações para garantir a

reprodução de um estado de coexistência social” (BOSI, 1992, p.16) e o culto foram os rituais da Igreja Católica, religião dominante daquele período. Muito da cultura local foi extinta, perdida ou misturada com as novas formas introduzidas pelo colonizador, sabendo que o culto não teve papel de domínio somente no campo religioso, mas também político e econômico, sendo um aliado forte para os processos de ocupação e saque dos povos nativos existentes nas regiões.

Segundo Galeano (2011), a ocupação territorial dos países da América do Hemisfério Sul, do Brasil e da Amazônia pelas nações européias, em destaque Espanha e Portugal, foi marcada por uma brutal e violenta expropriação e subjugação de povos como os Incas, Astecas, Maias, indígenas, negros, nordestinos, sem aceção de gênero e faixa etária. Quando esses povos não eram mortos por covardes guerras, morriam de fome, por jornadas árduas de trabalho, de doenças proliferadas pelos ocupantes e/ou situações de tortura. O quadro da relação de trabalho para garantia dos lucros era a super-exploração dessas populações.

O derramamento de sangue de povos inteiros era realizado em nome de um movimento nunca visto de expansão e acumulação do capital. Esse processo se formava com um excedente econômico alicerçado nas riquezas¹⁰naturais dos países da América Latina, com total apoio e legitimidade do Estado existente. Nessa forma de ocupação, a produção do camponês familiar era substituída, deixando um rastro profundo de devastação ambiental, ficando para trás um exército de famélicos com terras e solos esgotados sem possibilidades de cultivo ou extração, quando não, tendo que sobreviver de minguadas roças que geravam mal os produtos para subsistência das famílias.

A economia colonial latino-americana valeu-se da maior concentração de força de trabalho até então conhecida, para tornar possível a maior concentração de riqueza com que jamais contou qualquer civilização na história mundial. (GALEANO, 2011, p. 64).

A América Latina, Colônia, particularmente o Brasil, teve uma formação econômica e social de uma classe dominante latifundiária ligada e subordinada aos processos mercantis europeus, principalmente no que diz respeito ao tráfico de escravos para uma produção de monocultura (açúcar, algodão, café, etc.) e extração

10 Exemplos das riquezas retiradas têm: recursos minerais como o ouro e prata, do extrativismo da borracha, da madeira e da produção da monocultura do açúcar, algodão e café, entre outros.

de recursos naturais, gerando uma base econômica bastante desfavorável ao desenvolvimento de suas formas produtivas no País e uma extraordinária acumulação de riquezas para países como Inglaterra, França, Holanda e Estados Unidos. (GALEANO, 2011)

Para Galeano (2011), a base política brasileira era absolutista, numa total submissão à coroa portuguesa que ditava a rota política da Colônia. Não se efetivava nenhum tipo de investimento de Norte a Sul do País que contribuísse ao desenvolvimento econômico e social das forças produtivas local. A classe dominante colonial era parasitária e toda riqueza produzida era conduzida aos mercados europeus, servindo como “moeda” para o pagamento das dívidas portuguesas junto aos países hegemônicos, como Inglaterra e França, e o que ficava de recursos nas Colônias, era investido no financiamento de um padrão de vida da realeza e desperdício para a classe dominante Colonial, como prédios suntuosos, festas, entre outros elementos de luxo importados. Tudo isso, contribuiu para um atraso no desenvolvimento econômico e social do país, em comparação com os processos em andamento na Europa com o avanço do capitalismo industrial e comercial.

Segundo Leal (2010), o século XVIII irá vivenciar o declínio do poderio de Portugal e Espanha, em que assume a posição de liderança mundial como potência capitalista industrial a Inglaterra, desenvolvendo um plano expansionista do capitalismo concorrencial para os países ibéricos num processo intenso de acumulação de riquezas.

No século XIX, estava consolidado a divisão internacional do trabalho delineada pelo imperialismo britânico, por sua acumulação e avanço de tecnologias, ficando responsável pela produção da manufatura, realizando a distribuição para os mercados, enquanto os outros países, menos desenvolvidos, ficavam com o fornecimento da matéria-prima sendo também mercado de escoamento dos produtos manufaturados (BENAION, 2006).

Essa lógica de organização da divisão social do trabalho estava pautada na concepção do subdesenvolvimento, termo considerado como uma forma de desenvolvimento específico ou uma condição (e não uma etapa) dos países que foram ex-colônias, em que passaram a se constituir como nações periféricas, cabendo-lhes, como tarefa, a garantia da matéria-prima e o mercado consumidor para favorecer a acumulação do capital dos países desenvolvidos centrais (BENAION, 2006).

O período do capitalismo concorrencial gesta os processos necessários ao estabelecimento para o capitalismo monopolista, ou a chamada fase superior do Imperialismo, que a partir do século XX já demonstra suas características com as grandes empresas que congregaram ou eliminaram do mercado outras empresas de porte menor, construindo verdadeiros impérios. A junção do capital bancário e industrial, tendo o primeiro um forte poder sobre o segundo, em que no desenvolvimento do mercado financeiro se efetiva um processo intenso de exportação de capital para os países periféricos, construindo uma ciranda de endividamento e maior dependência, inclusive numa profunda interferência na soberania de algumas nações (BENAION, 2006).

Como diz Galeano (2011), a América Latina carrega uma história de subdesenvolvimento, de saqueamento de suas riquezas, terras, povos, com longos lastros de pobreza e destruição, integrando significativa contribuição para uma história de desenvolvimento do capitalismo mundial.

O desenvolvimento desenvolve a desigualdade: em seu discurso a OEA em abril de 1969, Richard Nixon anunciou que ao fim do século XX a renda per capita nos Estados Unidos seria quinze vezes maior do que na América Latina. (GALEANO, 2010, p.19)

Segundo Lênin (1987) a fase superior do imperialismo representa para o capitalismo uma etapa de crescimento do excedente econômico nunca imaginado pela humanidade. As características essenciais dessa etapa é a altíssima concentração da produção e do capital; sendo que este desenvolvimento gerou monopólios empresariais. Outro elemento desse processo é a fusão do capital bancário com capital o industrial, formando uma oligarquia financeira; exportação de capital, principalmente aos países chamados periféricos e fatiamento territorial do globo entre um punhado de grupos econômicos que governam o mundo.

Para a América Latina e para o Brasil, a fase superior do imperialismo representou um maior aprofundamento da desigualdade entre ricos e pobres, entre a dominação e exploração dos países desenvolvidos sobre os países subdesenvolvidos, saindo do império inglês para o império norte americano. Isso foi efetivado a partir da importação de capital internacional pelos países periféricos, abertura de suas fronteiras para entrada de empresas monopolistas e a intensificação da dinâmica exportadora dos recursos naturais existentes nesses países para alimentação e retroalimentação da acumulação do capital.

Assim, os séculos XIX e XX para o Brasil foram decisivos para a consolidação do capitalismo, que instituiu para a nação a condição de ser fonte de recursos naturais para sua acumulação, dando continuidade ao legado colonialista imposto desde a incursão dos primeiros colonizadores.

3.2 As mudanças do capital nos séculos XIX e XX no Brasil

As mudanças ocorridas no Brasil na transição dos séculos XIX e XX foram semelhante ao cenário do restante dos países do hemisfério sul das Américas, tendo como condução econômica e política um retorno integral à ordem imperialista. A economia era essencialmente agroexportadora, com a monocultura do açúcar, café e algodão, o extrativismo do ouro, prata e a onda gomífera, principalmente, no contexto amazônico brasileiro. No século XX o modo de produção capitalista experimenta alguns episódios fundamentais que contribuíram para seu reordenamento, os acontecimentos foram os seguintes: a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918), a Grande Depressão (1929 – 1933) e a Segunda Guerra Mundial (1939 – 1945) (REGO; MARQUES, 2010).

Os acontecimentos do século XX foram propulsores para efetivação de uma política intervencionista do sistema capitalista nos países europeus que se caracterizavam a partir das ideias keynesianas, ou seja, a constituição de um Estado de Bem-estar social nos países hegemônicos, isso em virtude da necessidade imediata de resposta ao alastramento da fome e miséria do pós-guerra e do avanço do comunismo soviético (MOTTA, 2009).

No Brasil, a economia era prioritariamente de produção primária da agricultura para exportação, como: café, algodão, açúcar, borracha e outros, enquanto que os produtos para garantia da subsistência interna do País era oriunda da importação. Outro elemento a destacar era que a Europa e os Estados Unidos da América tinham ricas experiências com a Revolução Industrial, acumulando um acervo de técnicas e avanços nas ciências, enquanto que no Brasil ainda se utilizava instrumentos rudimentares na agricultura herdados dos colonizadores, com profundo atraso educacional e sociocultural (REGO; MARQUES, 2010).

No século XIX a produção de café do Brasil já respondia por três quarto da exportação mundial. Com a revolução de 1930 foi desbancada a hegemonia política

latifundiária do café, em favor da classe industrial ascendente, mas com muitos cafeicultores migrando para a produção industrial (REGO; MARQUES, 2010).

A Grande Depressão de 1929 representou para o País o fim da produção tipo primário-exportador agrícola e a implantação de um modelo de economia voltado para o mercado interno, numa forma de substituição de importação. Esse processo se efetiva a partir do golpe militar por meio de uma política governamental que estabeleceu o fim da descentralização republicana por substituição de um projeto nacional em que o Estado teria como tarefa prioritária o desenvolvimento industrial com a diminuição da importação (REGO; MARQUES, 2010).

O abastecimento do mercado interno por produtos de subsistência estava marcado por um modelo produtivo arcaico e de baixa produtividade, satisfazendo as necessidades de uma baixa parcela da população, enquanto a outra vivia dos produtos importados. Nesse cenário, havia um reduzido desenvolvimento tecnológico, com bens não duráveis de consumo, pois a nação tinha a maioria de sua população analfabeta com reduzido acesso a escola, pois a educação era disponibilizada prioritariamente aos filhos dos latifundiários e comerciantes ricos (REGO; MARQUES, 2010).

Para o desenvolvimento da indústria, a classe dominante escolheu o empréstimo estrangeiro para seu investimento, e a compra de equipamentos usados e obsoletos dos países centrais. Isso também acarretou um desemprego estrutural em virtude da força de trabalho local ser desqualificada e não dispor de habilidade para trabalhar nas empresas. A substituição de importação não investiu no “parque industrial brasileiro”, mas continuou num modelo de endividamento e atraso tecnológico, pois tudo foi adquirido por meio da importação (REGO; MARQUES, 2010, p. 114).

Para Rego e Marques (2010), O Brasil traz em sua trajetória vários elementos na conjuntura nacional, tanto no sentido de governos nacionalistas, como o Governo de Vargas que limitou a circulação de capital internacional, como outros que construíram em suas gestões plataformas de captação de recursos estrangeiros e abertura da nação para investimentos de monopólios, além de patrocínio estatal para facilitação desse processo.

O Brasil na ditadura militar tem como elementos positivos para implementação de seus planos a substituição de importações que foi fundamental ao alargamento do mercado interno, sendo um cenário favorável para atuação das

empresas multinacionais, que passaram a dominar a produção industrial, principalmente os setores mais dinâmicos da indústria de transformação. Destaca-se, também, que os governos alicerçavam-se em uma tríplice aliança: capital nacional (em pequena escala), capital estatal e capital internacional (REGO; MARQUES, 2010).

Segundo Leal (2010), com o fim das Guerras Mundiais, com o acúmulo de conhecimento social adquirido e a definição do domínio hegemônico do bloco imperialista, a burguesia pautou a necessidade de uma nova divisão social do trabalho fundamentada por dois aspectos: que o aparelho produtivo e a industrialização capitalista precisavam avançar para outros territórios, rompendo suas antigas fronteiras existentes antes das guerras; ainda, seria potencializar esse processo como instrumento de contenção do avanço do socialismo. Para tanto, o conceito de desenvolvimento foi o “convite” utilizado pela burguesia mundial para atrair a atenção dos países periféricos a não aderirem ao projeto comunista e seguirem seu projeto capitalista.

As conduções mundiais de acumulação do capital no Brasil foram cumpridas, mediante a formulação de leis e instituições que deram cabo a consolidação do domínio do capital mundial sobre o território nacional, com alvo de “facilitar a livre apropriação e exploração privada de territórios e riquezas naturais que, na sua maior parte estavam na Amazônia” (LEAL, 2010, p. 111). Destaque dessa facilitação, foram a criação do “Estatuto da Terra” que garantiu, a exemplo aos casos Projetos Jary e Ford, espaços de assentamento, com a retirada de agricultores familiares de suas terras, transformando-os em trabalhadores assalariados de força de trabalho barata, entre outras situações. O Código de Mineração de 1967, outro caso emblemático, que possibilitou a abertura ilimitada das reservas patrimoniais brasileiras de mineral ao capital privado e internacional. Isso levou a Amazônia a ser o foco de intervenção principal para empresas multinacionais como, ALCOA, Kaiser, OMNIUM, NALCO, Antunes, Lacombe e outros, doando-os gratuitamente o domínio sobre fontes estratégicas de matéria-prima.

A história da Região Amazônica foi marcada pelo estímulo à migração, em geral, e dos nordestinos, em particular, com políticas governamentais de incentivos fiscais e favores centralizados na figura do grande latifúndio, enquanto os ribeirinhos, indígenas, quilombolas, camponeses familiares se constituíram numa

agricultura de subsistência com praticamente inexistência de incentivos governamentais e desenvolvimento tecnológico (MARQUES, 2012).

No final da década de 1980, o Brasil adere efetivamente à implantação das Políticas Neoliberais que tinham como diretrizes principais a privatização das empresas estatais e a definitiva abertura da economia do país ao capital internacional das multinacionais do mundo. Como conjuntura política desse momento se destaca a saída de Collor de Melo (1990-1992) que foi substituído por Itamar Franco (1992-1994), governo que organizou a vitória eleitoral de Fernando Henrique Cardoso (1994-2002), porta voz estratégico para efetivação das ações neoliberais no País. A bancada parlamentar aprovava nesse período o fim do monopólio dos subsolos, das telecomunicações, entre outros. Como representação categórica da Política Neoliberal frisa-se o exemplo da Empresa Vale do Rio Doce (1997) vendida por R\$ 3,3 bilhões, sendo que só as reservas de ferro em Minas Gerais e na Serra dos Carajás para a empresa davam um retorno de extração no valor de 12,9 bilhões (MARQUES, 2012).

Entre os anos 1970 a 1980 a agricultura nacional Brasileira vivenciou um processo de modernização, mas para Amazônia havia um posicionamento de antirreforma agrária. As mudanças nas forças produtivas só iriam começar tardiamente a partir de 1990, onde se destaca o avanço da política nacional Neoliberal com uma maior presença das empresas transnacionais e o capital financeiro na agropecuária, tanto que se observa um maior incentivo governamental aos setores madeireiros e pecuaristas (MARQUES, 2012).

Esses processos de acumulação do capital renderam para a Amazônia brasileira duas perspectivas básicas que sustentaram sua ocupação e exploração: Primeiro, que o Território seria “vazio” de pessoas possuindo unicamente um reserva de patrimônio natural. Segundo, que seu potencial estava concentrado em sua suposta “missão” de abastecer a acumulação do capital no fornecimento de matéria-prima e força de trabalho barata. Esses discursos ideológicos tem rendido ao desenvolvido da Região Amazônica um lastro de atraso e abandono que se materializa em ausência e/ou precariedade de políticas públicas de infraestrutura e serviços sociais básicos à população que existe e sobrevive nela, acentuando profundas desigualdades regionais no Brasil (REGO; MARQUES, 2010).

Segundo Buainainet *al.* (2005), as diferenças regionais existentes no Brasil são notórias quando se observa que a renda total dos camponeses familiares da

Região Norte e Nordeste são inferiores a R\$ 3 mil reais, podendo chegar a 70% das famílias, enquanto no Sul e Sudeste são superiores a R\$ 3 mil reais, alcançando um percentual de até 50% dos grupos familiares. Outro ponto é a elevada densidade populacional no Sul e Sudeste, com centros urbanos relevantes próximos das comunidades rurais, dispendo de infraestrutura de transporte, eletrificação mais adequada, em comparação com o Norte e Nordeste.

O espaço Amazônico vem sendo um local de implantação de mega projetos de desenvolvimento que ecologicamente contribuem para degradação de suas reservas naturais e desprezam a participação e decisão da população local. Esse modelo de desenvolvimento se constitui pela exploração da madeira em condições ilegais (provavelmente em 90% dos casos), na mineração, com a extração de riquezas minerais (ouro, ferro, cobre, etc.), produção de energia, pois dois terços do potencial hidrelétrico do Brasil estão na Amazônia; as terras agrícolas em que avança a monocultura, como soja e dendê, além dos milhares de hectares de pastos, sabendo-se que se consensua que 17% da superfície de floresta desapareceu e outro 17% está degradado (PIRO, 2008), sendo a Região uma colônia bio-energética-mineral.

É nesse contexto que vimos à expansão de um modelo agroindustrial que vem sendo instituído no campo pelo grande capital, o agronegócio, apresentado como a “salvação da lavoura”, ou seja, a suposta única alternativa para a chegada do tão almejado desenvolvimento no mundo rural. Cabe questionar: o que vem representando o avanço do agronegócio na agricultura brasileira?

3.3 Avanço das fronteiras do agronegócio e seu impacto na agricultura brasileira

O cenário brasileiro a partir dos anos de 1990 tem sido permeado por uma continuidade de mudanças no meio rural, tendo como propulsor as políticas neoliberais que se estabeleceram mediante o modelo de desenvolvimento do agronegócio. Esse padrão tem contribuído para o aprofundamento da presença das empresas transnacionais, inclusive de origem brasileira, na agropecuária, ampliação

de capital e unificação com capital financeiro, gerando uma expansão massiva de *commodities*¹¹(em fase de elaboração)¹².

Nesse contexto, o campesinato familiar também tem alterado seu padrão produtivo com significativas mudanças, principalmente na sua inédita participação nas pastas governamentais como agente estratégico na dinâmica produtiva da agricultura no Brasil, sobretudo para o abastecimento do mercado interno de alimentos. Por esse motivo, é importante que se avalie os dados censitários agropecuários de 1995/1996 a 2006 verificando o panorama da agricultura, partindo de observações acerca da exportação e com análise da agricultura camponesa nesse processo.

Segundo Nunes (2007) a expansão do setor primário (agropecuário extrativista) à exportação não se constitui em novidade para América Latina, pois sempre se desenvolveu os chamados ciclos econômicos que dinamizaram a economia dos países latino americanos, isso em razão da posição de estarem historicamente em subordinação às economias dos países do capitalismo central.

A exportação de produtos primários da agricultura no Brasil tem se estabelecido como estratégia para estabilização de preços e para viabilização de divisas do País, tanto que entre 1990 a 2005 houve um aumento da produção agrícola superior a 100%, mas isso não se expressou no aumento da população ocupada na agricultura, pois a ampliação de aquisição de máquinas, equipamentos tecnológicos modernos e insumos agrícolas garantiram a expansão da produtividade e não de absorção de força de trabalho (NUNES, 2007)

As mercadorias para exportação tem definido a extensão das áreas produtivas, em destaque para a produção de grãos em detrimento de áreas cultiváveis para o mercado interno inclusive de alimento. A título de exemplo destaca-se a soja que hoje no Brasil é o produto agrícola que mais ocupa áreas no País, produzido em grande medida para o mercado mundial, além da pressão sobre biodiversidade com o desmatamento, drenagem de áreas alagadas, diversas formas de contaminação ambiental e saúde com a utilização de diversos insumos agrícolas (agrotóxicos), entre outros (NUNES, 2007).

11 Commodities são mercadorias primárias apresentadas ao Mercado internacional que tem seus preços estabelecidos a partir bolsas de valores.

12Modernização da agricultura Amazônia em questão, de autoria de Gilberto Marques e Indira Rocha Marques, a ser editado.

Para a produção da soja, sua concentração territorial está localizada no centro-oeste e sul do Brasil, correspondendo a 83,59% da produção total, sendo que o Mato Grosso é o Estado de maior área plantada (28,20%) em relação ao Norte, Nordeste e Sudeste. Todavia, o processo de territorialização do produto avançou para o Maranhão, Pará (Município de Santarém) e Rondônia. Atualmente a Amazônia Legal que é formada por Mato Grosso e Maranhão já se apresenta como uma das principais regiões produtoras. Se essa dinâmica permanecer e avançar aos outros Estados amazônicos, no caso Pará e Rondônia, isso poderá representar uma extensão de territorialização da soja na floresta. (em fase de elaboração)¹³.

O setor exportador brasileiro está concentrado no domínio de um punhado de grandes agroindústrias inseridas no mercado mundial. A partir dos anos 1990 houve um movimento de intensa fusão e aquisições de diversas empresas, tanto que as norte-americanas Cargill e Bunge são as principais empresas do setor agropecuário e as maiores exportadoras de produtos agrícolas, com investimento na produção de fertilizantes, alimentação animal, industrialização de produtos alimentícios e setor financeiro. Esse poder econômico possibilita que essas empresas tenham grande espaço de interferência nas estratégias de desenvolvimento da agricultura do País (NUNES, 2007).

Segundo Teixeira (2013) esse modelo de modernização conservadora ao mundo rural brasileiro, com destaque ao chamado agronegócio, vem provocando uma nova configuração da produção agrícola alimentícia do país. Tanto que entre os 31 (trinta e um) produtos da categoria lavoura temporária¹⁴ (estabelecido pelo IBGE)¹⁵ alcançaram no ano de 2012 pouco mais de 63 milhões de hectares de área plantada em contraposição a 6.1 milhões de lavoura permanente, sendo que em comparação ao ano de 1990 sofreu o decréscimo de 37%. Esses dados

13 Modernização da agricultura Amazônia em questão, de autoria de Gilberto Marques e Indira Rocha Marques, a ser editado.

14 Lavouras permanentes- Compreendeu a área plantada ou em preparo para o plantio de culturas de longa duração, que após a colheita não necessitassem de novo plantio, produzindo por vários anos sucessivos. Foram incluídas nesta categoria as áreas ocupadas por viveiros de mudas de culturas permanentes. Lavouras temporárias - Abrangeu as áreas plantadas ou em preparo para o plantio de culturas de curta duração (via de regra, menor que um ano) e que necessitassem, geralmente de novo plantio após cada colheita, incluíram-se também nesta categoria as áreas das plantas forrageiras destinadas ao corte. (<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/conceitos.shtm>)

15 Segundo IBGE os produtos são os seguintes: abacaxi, algodão herbáceo, alho, amendoim, arroz, aveia, batata-doce, batata-inglesa, cana-de-açúcar, cebola, centeio, cevada, ervilha, fava, feijão, fumo, girassol, juta, linho, malva, mamona, mandioca, melancia, melão, milho, rami, soja, sorgo, tomate, trigo, triticale.

demonstram que as culturas que garantem a alimentação da população brasileira tem perdido espaço na área total com a lavoura temporária, tanto que áreas que plantavam trigo, arroz, feijão e mandioca em 1990 correspondiam a 32% da área total e em 2012 declinou para 15%, em contrapartida, a soja passou de 25% para 40%.

Nas áreas plantadas de lavoura temporária quem lidera é a soja, cana de açúcar e milho que correspondem a 79% da área total, como exemplo do impacto de mudanças se desta a mandioca que teve a maior participação relativa de 28% em 1990 e passou para 12% de produção total em 2012; o arroz que tinha 8% de participação caiu para 6%; o feijão de 3% para 1%; o trigo de 2% para 1%. Todavia, num movimento oposto, tem-se a soja que saltou de 23% em 1990 para 33% em 2012 e o milho de 24% para 38%. (TEIXEIRA, 2013).

Quando se observa o período de 2000 a 2012 acerca dos números de contratos de financiamento de custeio do arroz, feijão, mandioca, trigo e soja no âmbito do Programa Nacional de Agricultura Familiar (PRONAF) se verificam os processos de declínio de recursos injetados para o manejo das lavouras temporárias de produção de alimentos, enquanto que os financiamentos para o trigo e soja apresentam um aumento expressivo, tanto que no referido período a soja registrou um acréscimo de 84% de contratos. A partir desses dados se constata que vem se efetivando um processo progressivo de migração dos camponeses familiares para a contratação de operações de crédito da soja, em contrapartida uma diminuição de créditos para as culturas básicas da alimentação como arroz, feijão e mandioca (TEIXEIRA, 2013).

Tabela 1 - Número de contratos de financiamento de custeio pelo PRONAF entre 2000 a 2012.

PRODUTO	Contratos 2000	Contratos 2012	%	
			Queda	Crescimento
Arroz	16.083	9.121	43%	-
Feijão	29.828	11.462	62%	-
Mandioca	41.394	23.465	43.3%	-
Trigo	4.5 mil	19.9 mil	-	-
Soja	56 mil	103 mil	-	84%

Fonte: Teixeira (2013). Adaptado pela autora.

Esse processo de reestruturação produtiva no campo teve impactos importantes na agricultura brasileira tanto acerca da segurança alimentar do país

com no impulsionamento do boom dos *commodities*, como soja que vem mudando o panorama da agricultura, inclusive influenciando na dinâmica produtiva da agricultura camponesa. A seguir se observará esses processos ocorridos na agricultura do camponês familiar.

3. 4 Uma caracterização do campesinato familiar na agricultura

As mudanças na agricultura do campesinato familiar serão observadas a partir dos estudos realizados pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) e Organização das Nações Unidas para Alimentação e Agricultura (FAO) que fazem suas considerações a partir do Censo Agropecuário de 1995/1996 e o Censo Agropecuário 2006, mediante parceria entre o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA). Pela primeira vez foi produzida estatística oficial sobre agricultura familiar.

Para identificação da população camponesa existente no Brasil o estudo da FAO/INCRA (2000) identificou no Censo 1995/96 a presença de 4.859.865 estabelecimentos familiares, ocupando 353,6 milhões de hectares e para o Censo de 2006, 5.175.489 estabelecimentos, com área total de 329,9 milhões de ha. Em número de estabelecimentos, de um censo para o outro, houve um acréscimo de 6,5% de estabelecimentos, enquanto que as extensões de áreas totais apresentaram um decréscimo de 6,7% (23,7 milhões ha). Essa mudança de extensão de terra pode representar uma tendência à diminuição de estabelecimentos agropecuários e suas respectivas áreas. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006).

No estudo da FAO/INCRA (2000) traz uma consideração interessante destacando que os camponeses familiares no meio rural brasileiro representam 80,2% (4.139.369 estabelecimentos familiares) do total de estabelecimentos, ocupando 30,5% (107,8 milhões de ha) de área, responsável por 37,9% (R\$ 18,1 bilhões) do Valor Bruto da Produção (VBP) da Agropecuária Nacional, porém recebendo somente 25,3% (R\$ 937 milhões) do montante de financiamentos disponíveis à agricultura. Todavia, os chamados agricultores patronais (que podem ser chamados também de latifúndios) que apresentam 554.501 estabelecimentos, ocupando 240 milhões ha, são responsáveis por R\$ 29.139.850 de VBP, recebendo

R\$ 2.735.276 mil de financiamentos. Isso demonstra que os camponeses familiares possuem eficiência produtiva, mesmo diante da desproporcionalidade de financiamentos em relação aos agricultores patronais e tendo um VBP superior aos recursos que são disponíveis.

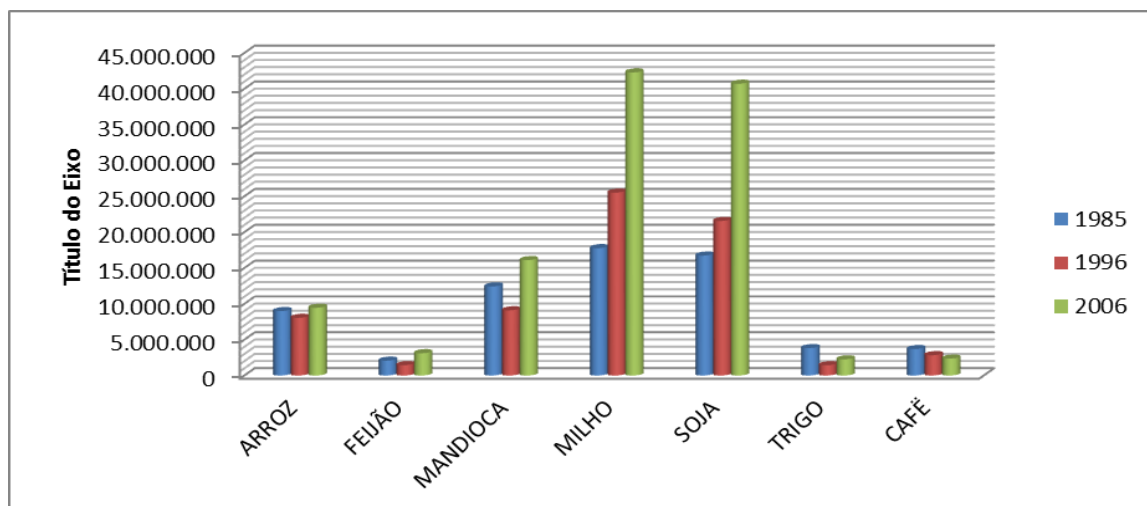
Tabela 2 - Comparativa entre os produtos e financiamentos entre os agricultores familiares e patronais

Tipo	Nº de estabel. Familiares.	%	Ocupação de área (ha)	%	Valor Bruto de Produção R\$	%	Valor de financiamento recebido R\$	%
Agricultura familiar	4.139.369	80,2	107,8 milhões	30,5	18,1 bilhões	37,9	937 milhões	25.3
Patronal	554.501	18	240 milhões	65	29.139.850	60,2	2.735.276 mil	75

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). Adaptado pela autora.

No Censo Agropecuário de 2006, a partir de atividades produtivas consideradas as mais comuns na agricultura camponesa, independente da quantidade, é possível observar a sua importância na dinâmica da segurança alimentar no Brasil. Assim, destaca-se que a produção nacional esteve representada pela mandioca de 87%, feijão 70% (sendo 77% do feijão-preto, 84% do feijão-fradinho, caupi, de corda ou macáçar e 54% do feijão-de-cor), 46% do milho, 38% do café (parcela constituída por 55% do tipo robusta ou conilon e 34% do arábica), 34% do arroz, 58% do leite (composta por 58% do leite de vaca e 67% do leite de cabra), 59% do plantel de suínos, 50% do de aves, 30% dos bovinos, 21% do trigo e 16% de produção. No gráfico 1, apresenta-se a quantidade colhida, por tonelada entre os períodos de 1985 a 2006.

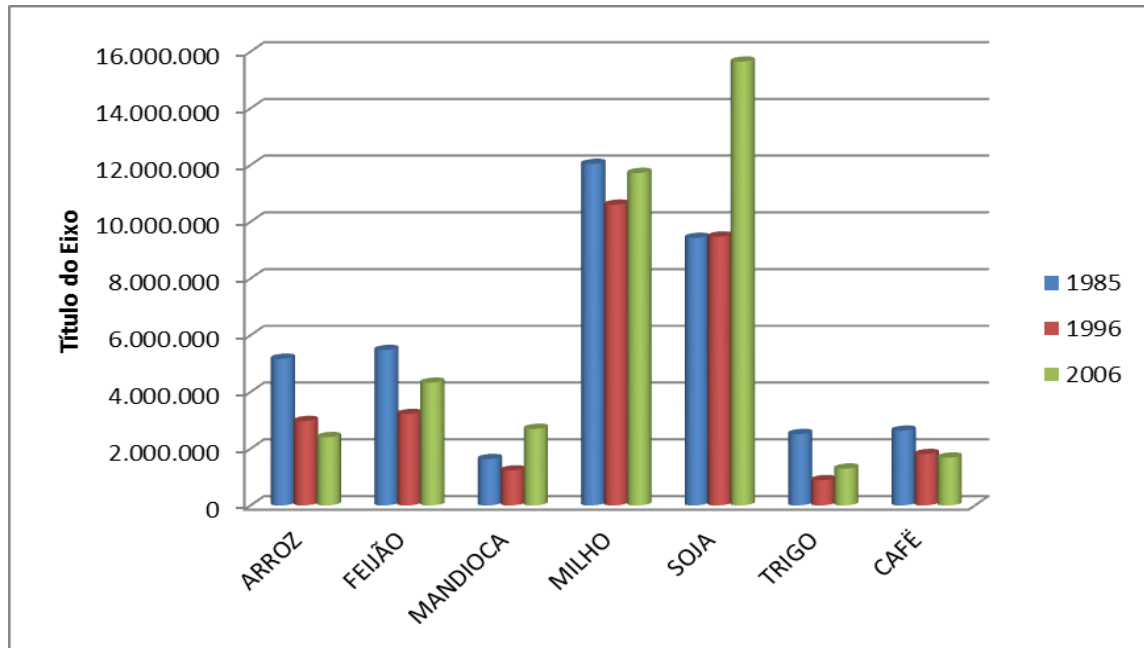
Gráfico 1- Quantidade colhida (t) de produtos selecionados de 1985 a 2006.



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). Adaptado pela autora.

Importante reiterar que mesmo havendo a participação da agricultura familiar na produção de alimentos existe nos dados quantitativos a expressão clara do crescimento de área e produção dos produtos de exportação como o trigo e soja em comparação com os produtos essenciais para cesta básica da população, exceto a mandioca que apresenta um crescimento de área total plantada.

Gráfico 2 - Área (ha) colhida (t) de produtos selecionados de 1985 a 2006



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). Adaptado pela autora.

Os estabelecimentos do campesinato familiar apresentam uma significativa variação com os estabelecimentos patronais e entre as regiões do País, em relação ao acesso à tecnologia e insumos para produção agrícola. Tanto que dos agricultores familiares somente 16,7% dispõem de assistência técnica. Na Região as variações são maiores, pois apenas 2,7% dispõem na região Nordeste, enquanto que 47,2% dispõem na região Sul. Em relação a patronal 43,5% dispõe de assistência técnica, sendo que 64,4% estão na região Sul, 55,1% no Sudeste, 51,9% no Centro-Oeste, 20,7% no Norte e apenas 18,9% no Nordeste.

Tabela 3 - Demonstração da agricultura familiar por Região do Brasil

Agricultura familiar					
ATIVIDADE	NORTE	NORDESTE	SUL	SUDESTE	
Assistência técnica	-	2,7%	47,2%	-	
Uso de tração animal	-		48,4%	-	
Não usa de tração animal	87%	-	-	-	
Uso de tração mecânica	-	-	37%	-	
Uso Insumos agrícolas	9%	16,8%	77,1%	-	
Conservação de solo	1%	-	44,9%	-	
Agricultura patronal					
ATIVIDADE	NORTE	NORDESTE	CENTRO-OESTE	SUL	SUDESTE
Assistência técnica	20,7%	18,9%	51,9%	64,4%	55,1%

Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). Adaptado pela autora.

Quanto ao uso de tração animal ou mecânica 23% dos agricultores familiares utilizam apenas tração animal e outros 27% utilizam tração mecânica, sendo que 50% utiliza somente a força manual nos trabalhos produtivos. Na Região Norte 87% não utiliza tração animal ou mecânico, trabalhando unicamente com a força manual. Por sua vez, os estabelecimentos familiares da Região Sul, 48,4% utilizam tração animal e 37% mecânica. Quanto a utilização de insumos agrícolas para produção, os agricultores familiares 36,7% usam adubos e corretivos, sendo que 9% na região Norte, 16,8% no Nordeste até 77,1% nos estabelecimentos da região Sul. Quanto à conservação de solos na região Sul 44,9% realiza algum tipo, na região Norte esta atividade é realizada somente por 1% dos estabelecimentos familiares. (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006).

Na dinâmica de ocupação de pessoas no mundo rural, a agricultura camponesa tem desempenhado um papel eficaz e importante, pois 12,3 milhões (74,4% ocupados) de pessoas acima de 14 anos foram encontradas ocupando postos de trabalho na agricultura familiar, nos postos não familiares foram localizados 4,2 (25,6%) milhões de pessoas. No período de 1985 até 2006 foram eliminados 6,8 milhões (19%) de postos de trabalho, ou seja, a diferença é de 1.363.346 pessoas o que representa uma queda de 7,6%. Das pessoas ocupadas nos estabelecimentos familiares 11 milhões (90%) tem vínculos de parentesco com o (a) agricultor (a) que gerencia a produção familiar, sendo que 81% são membros do próprio estabelecimento. Quanto à ocupação em atividades não agropecuárias fora do estabelecimento da agricultura familiar foram de 169 mil pessoas, sendo que 26% o agricultor que gerenciava a produção não podia dispor seu tempo em dedicação exclusiva (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006).

Outro dado importante é que nos estabelecimentos agropecuários foram identificadas 1.062.301 crianças e adolescentes ocupadas, sendo que abaixo de 14 anos foram encontradas 909 mil vinculadas nos postos de trabalho. A agricultura familiar responde por 86% do total de crianças e adolescentes ocupados na agropecuária (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006).

Acerca da questão fundiária, os dados do Censo 2006 apresentam que dos 4,3 milhões de estabelecimentos familiares identificados na pesquisa, 3,2 milhões (74,7 % dos estabelecimentos) foram acessados pelos agricultores em condição de proprietários, sendo que 170 mil acessava a terra como assentado sem titulação definitiva¹⁶ (691 mil agricultores tinham acesso temporário ou/e precário, sendo caracterizados como arrendatários 196 mil)¹⁷, parceiros¹⁸ (126 mil) e ocupantes (368 mil).

Em relação ao Estado do Pará, o Censo 2006 aponta que existem 203.985 estabelecimentos da agricultura familiar que representa 88%, abrangendo uma área total de 6.909.156 ha (31%). Quanto às pessoas ocupadas existe 665.762, porém 80.350 pessoas com menos de 14 anos de idade. Na participação de produção dos produtos agropecuários se destaca os seguintes números de estabelecimentos: criação de 93.148 bicos de aves, bovino em 67.704, produção de mandioca em 64.078, seguido do trigo de 34.3, arroz de 22.559 e feijão em 17.896 estabelecimentos (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2006).

Mesmo estando o campesinato familiar em evidência como sujeito importante para o desenvolvimento rural, estando presente nas pautas governamentais para efetivação de políticas públicas, isso não tem minimizado as condições de subalternidades desse público em relação ao capital, pois se verificam

16 As terrassem titulação definitiva são as terras concedidas por órgão fundiário, ainda sem título definitivo.

17 O Decreto nº 59.566, de 14 de Novembro de 1966, em seu artigo 3º, conceituou o arrendamento rural, seguindo o conceito de locação urbana. Tal Decreto regulou os artigos 92 a 96 da Lei nº 4.504/64 – o chamado Estatuto da Terra. O arrendamento constitui-se na cessão onerosa do uso e gozo de imóvel rural e não de urbano, como é na locação urbana, integralmente ou não, com a finalidade de exploração agrícola, pecuária, agroindústria, extrativa ou mista, mediante retribuição ou aluguel, sendo observados os limites percentuais da Lei nº 4.504. http://www.jurisway.org.br/v2/dhall.asp?id_dh=5147

18 Parceria Rural é o contrato agrário pelo qual uma pessoa se obriga a ceder a outra, por tempo determinado ou não, uso específico do imóvel rural, incluindo, ou não, benfeitorias, outros bens e/ou facilidades, com o objetivo de nele ser exercida atividade de exploração agrícola, pecuária, agroindustrial, extrativa vegetal ou mista. (Crepaldi, Silvio Aparecido. Cont. Rural)

profundas desigualdades, tanto entre essas famílias camponesas e o latifúndio (ou empresas rurais), como as diferenças regionais.

Na Agricultura familiar, em sua dinâmica produtiva para garantia da segurança alimentar, se observa um processo de avanço das culturas que sustentam a exportação do País, ameaçando a redução de áreas totais ocupadas com as lavouras de arroz, mandioca, feijão, entre outros, gerando um arrefecimento da produção desses produtos.

Outro elemento é que existe um processo sistemático de fomento de empresas, Estado e alguns setores dos movimentos sociais para que agricultores familiares introduzam em seus estabelecimentos culturas a partir do modelo monocultivo, como por exemplo, a soja e dendê, a partir de um discurso que isso trará qualidade de vida e renda para suas famílias. A seguir será abordado como esse processo vem se efetivando no campo com o avanço da produção da palma de óleo na agricultura familiar.

3.5 Por que produzir a palma de óleo?

O desenvolvimento do sistema capitalista sempre esteve ligado a estratégias de avanço da humanidade no domínio da natureza e na apropriação de recursos disponíveis. Tanto que a partir do século XVII, com o surgimento da máquina a vapor, mediante a utilização do carvão mineral, ocorreu uma maior eficiência técnica na capacidade produtiva, passando a ser de suma importância para alavancar a economia mundial, a Primeira Revolução Industrial, na Inglaterra. No Século XIX, outro recurso natural aparece como um dinamizador produtivo, o petróleo com a invenção do motor a diesel por Rudolph Diesel (1858-1913). Porém, é somente no século XX que ele se torna a base de geração de energia mundial (CALDAS, 2013).

O petróleo e seus derivados, mesmo sendo um impulsionador importante ao avanço do capital, também trouxe no bojo de seu consumo consequências que vem determinando crises no sistema capitalista de ordem ambiental, econômica e política. No âmbito ambiental, destaca-se para os resíduos liberados pela queima do petróleo que são lançados na atmosfera, com a emissão de gases causadores do efeito estufa que aceleram os problemas do aquecimento global e alterações climáticas. Outro elemento é o aumento dos preços provocados pelo cartel da Organização dos Países Produtores de Petróleo (OPEP), formado pelos principais

países produtores que estão localizados no Oriente Médio, território de constantes instabilidades políticas e econômicas, provocadas pelas guerras étnicas e religiosas. Além disso, observa-se que o aumento dos preços dos barris do petróleo é impulsionado pelo seu esgotamento na natureza, em virtude do consumo mundial frenético (CALDAS, 2013).

O impacto ambiental e a provável escassez do petróleo futuramente são os componentes que justificam as atuais estratégias mundiais e nacionais de gestão de políticas que garantam a segurança energética para a continuidade de avanço do capital, caso contrário, os países que não conseguirem desenvolver seus mecanismos de geração de energia estarão fadados ao aprofundamento da pobreza. Assim, uma dos mecanismos para tal vem sendo a busca por energias renováveis para substituição do petróleo, como o caso dos biocombustíveis a partir da biomassa¹⁹ vegetais e animais.

Da biomassa vegetal pode-se produzir o etanol a partir das plantas ricas em açúcar e amido como a cana-de-açúcar e mandioca, ou o biodiesel a partir de oleaginosas como a soja, o dendê etc., se tornando a principal alternativa à gasolina em motores de ciclo Otto ou ao óleo diesel nos motores de ciclo Diesel (CALDAS, 2013, p. 29).

A produção da palma de óleo, ou como comumente se chama dendê, está inserido como um dos principais óleos vegetais para responder ao mercado dos chamados agrocombustíveis ou biocombustíveis que vem sendo produto de investimento de diversas empresas nacionais e internacionais no mundo e no Brasil, tendo o Estado do Pará como seu maior produtor.

A palma de óleo (dendê) é uma palmeira (*Elaeis guineenses*) de origem africana, podendo ser encontrada em diversos países da faixa do trópico Úmido²⁰. Atualmente estão envolvidos 43 países na produção da palma de óleo, sendo que 80% da produção é direcionada para a indústria alimentícia, 15% para oleoquímica e 2% para o biodiesel, sabendo que óleo de palma anualmente tem apresentado um crescimento de mais de 10% (MONTEIRO, 2013).

19 Biomassa abrange os derivados recentes de organismos vivos utilizados como combustíveis ou para a sua produção. Do ponto de vista da ecológico, biomassa é a quantidade total de matéria viva existente em um ecossistema ou numa população animal ou vegetal (Wikipédia, a enciclopédia livre)

20 Países da faixa do tropico unido: Indonésia, Malásia, Papua Nova Guiné, Filipinas, Camarões, Uganda, Costa do Marfim, Tailândia, Brasil, Colômbia, Equador, Peru, Guatemala, México, Nicarágua, Costa Rica, dentre outros.

cultivada correspondia a 72,2 mil ha passando para 224 mil ha em 2007, entre os outros países com produções inferiores (MONTEIRO, 2013).

A partir dos anos de 1990, se identifica no mercado mundial um processo de valorização ascendente da produção do óleo de palma em alta escala para a garantia dos biocombustíveis, em virtude de sua alta produtividade. Estruturado nos países do continente asiático e latino americano, o dendê tem acarretado sérios impactos ambientais e sociais, como por exemplo, a substituição de extensas florestas por plantações de palma de óleo, expulsão de camponeses familiares de suas terras para instalação das fazendas de monocultivo das empresas agroindustriais capitalistas, entre outros problemas (BIONDI; MONTEIRO; GLASS, 2008).

Importante destacar que esse processo de expansão dos biocombustíveis, tanto nos países asiáticos, quanto latino americanos, no caso também o Brasil, recebem como elemento propulsor as políticas públicas de seus países, tanto que no Brasil esses processos estão como prioridade para as pautas governamentais, tanto para os investimentos internos quanto externos. Para tanto, a seguir será feita uma reflexão o papel que o Estado vem desempenhando na expansão da palma.

3.6 As políticas internas e externas de expansão dos agrocombustíveis

A expansão da produção da palma no Brasil está relacionada ao fortalecimento de políticas de produção de agrocombustíveis que deverão substituir paulatinamente os derivados do petróleo, como o etanol para substituição da gasolina e biodiesel para troca do diesel. As condições climáticas e disponibilidade de terra no País são os elementos favoráveis no cenário de negócios para que o governo brasileiro venha realizar expressivo investimento ao estímulo da produção de biodiesel em regiões do Brasil e em outros países, por meio de cooperação internacional principalmente com o continente africano (SCHLESINGER, 2012).

A clareza desse processo se faz necessária para entender o nível de prioridade que os agrocombustíveis vêm tendo para o governo brasileiro. A título de exemplo, destacam-se as negociações de comercialização do produto com o mercado internacional que contou com a participação pessoal do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva durante sua passagem no executivo. Atualmente nas agendas da Presidenta Dilma Viana Rousseff com o Presidente Obama, é posto em pauta o

diálogo estratégico acerca da produção e comercialização de produtos como etanol. Internamente no Estado brasileiro, o Ministério das Relações Exteriores (MRE) é inserido nas agendas de negociação do biocombustível, dispondo de uma Divisão de Recursos Energéticos Novos e Renováveis do MRE (DRN) e de uma Coordenação-Geral de Cooperação em Agropecuária, Energia, Biocombustíveis e Meio Ambiente (CGMA), além do desdobramento de outros ministérios (SCHLESINGER, 2012).

Na estrutura para a gestão da estratégia de agrocombustíveis, o governo desempenha seus objetivos a partir da participação intensa da Petrobras Biocombustíveis na linha de investimento para aumento e descentralização da produção aos estados mais pobres do Brasil e para o campesinato familiar, na perspectiva que este seja o principal fornecedor da matéria prima. O Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES) atua como o suporte financeiro do governo para investir na internacionalização das empresas brasileiras e a Empresa Brasileira de Pesquisas Agropecuária (EMBRAPA), a qual cabe a coordenação da transferência de tecnologia tropical para outros países, em destaque para a África e América Latina. Isso fica manifesto quando se identifica que em 2011 foi aprovado uma Medida Provisória do Executivo, transformada em Lei que autorizava à Embrapa sua operação em outros países, tanto que atualmente possui escritórios em Gana (Embrapa África), no Panamá (Embrapa Américas) e na Venezuela, mantidos por financiamento do Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), o Banco Internacional para Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e o Fundo Internacional para Desenvolvimento Agrícola (FIDA), da ONU (SCHLESINGER, 2012).

O investimento do governo brasileiro na estratégia externa de agrocombustíveis traz como finalidade principal tornar o país liderança global de comercialização do etanol e biodiesel, assim como transformar esses produtos em *commodities*. Mas para tal o Brasil não pode incorrer na mesma forma de organização como a do petróleo por meio dos carteis, pois este modelo não tem aceitação por mercados compradores como o norte americano e europeu. Assim realiza uma intensa ação de cooperação internacional, tanto que até fins de 2011 haviam acordos firmados com 78 países para estudos de viabilidades, organização de marco regulatório, entre outros.

Importante destacar que o modelo produtivo brasileiro tanto utilizado no território nacional quanto o exportado segue o padrão norte americano de monocultura da soja que utiliza uma base pesada em máquinas, equipamentos, insumos e intenso uso de agrotóxicos. Esse padrão é conduzido primordialmente por empresas multinacionais contribuindo para um processo de desnacionalização das empresas brasileiras. (SCHLESINGER, 2012).

Como política interna do Brasil, para essa estratégia de expansão dos agrocombustíveis, se destacam o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB), lançado em 2003, com objetivo de “promover a eficiência econômica, ambiental e social simultaneamente”. Para efetivação do Programa, são estabelecidas as seguintes estratégias: a obrigatoriedade de mistura de um percentual do biodiesel com o diesel fóssil comercializado no país; a comercialização do produto só poderá ser realizada nos leilões centralizados pela Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustível (ANP); estímulos tributários com objetivo de fomentar a inclusão social e reduzir disparidades regionais; estímulo às linhas de pesquisa de tecnologias agrônomicas e industriais; política de financiamento, com reduções nas taxas de juros para investimento no setor. A gestão do PNPB se estabelece mediante uma Comissão Executiva Interministerial (CEIB) com 12 Ministérios, com atribuições de coordenação e avaliação do Programa e um grupo que efetiva a sua operacionalidade. (FAVARETO; KAWAMURA; DINIZ, 2012).

O Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA) tem como ação para efetivar o Programa, a estratégia social de inclusão do campesinato familiar na cadeia produtiva do biodiesel mediante o Selo Combustível Social (SCS), a partir do Decreto nº 5.297 de 06 de dezembro de 2004, para as empresas agroindustriais do biodiesel. O Selo garante às empresas, redução diferencial na alíquota do Programa de Integração Social e Programa de Formação do Patrimônio do Servidor (PIS/PASP) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (CONFINS) e o direito a participarem preferencialmente nos leilões de compra do biodiesel. Para tanto, cada empresa devesse cumprir os seguintes pré-requisitos: aquisição de matérias primas da agricultura familiar (em percentuais definidos para cada grande região), garantia de assistência técnica aos agricultores e a concordância de representações coletivas da agricultura familiar aos contratos firmados. Atualmente 40 empresas possuem o referente Selo. (FAVARETO; KAWAMURA; DINIZ, 2012).

Outra política do governo federal de incentivo ao biodiesel tem sido o Programa de Produção Sustentável de Palma no Brasil (PPSPO), implantado em 2010, com a finalidade de “disciplinar a expansão da produção de óleo de palma no Brasil e ofertar instrumentos para garantir uma produção em bases ambientais e sociais sustentáveis”. Como diretrizes, o Programa trouxe a preservação da floresta e da vegetação nativa; a expansão da produção integrada com agricultura familiar; destacando como territórios prioritários áreas degradadas na Amazônia Legal e reconversão de áreas utilizadas para cana-de-açúcar. As ações estratégicas são: Zoneamento Agroecológico da Palma de Óleo (ZAE), pesquisa, Desenvolvimento Tecnológico e Inovação, ampliação da oferta de assistência técnica, aprimoramento dos instrumentos de crédito, regularização Ambiental, regularização fundiária e Câmara Setorial (BRITO, 2010)

Como ação estratégica do PPSPO (Decreto 7.172, de 07 de maio de 2010) para o fortalecimento da cadeia produtiva da palma de óleo, foi realizado o Zoneamento Agroecológico (2010) pela Embrapa Solo, que se constituiu num instrumento de orientação técnico-científico para regulação das atividades da referida cadeia no país de forma sustentável. A partir desse Zoneamento foi definido que para a garantia de sustentabilidade da produção, a área máxima de plantio de palma deveria ser de 13,4% de área apta (3,7% de área total do território nacional), correspondendo a 31,8 milhões. Para a agricultura camponesa foi delimitado que as áreas disponibilizadas para a produção da palma não poderiam ultrapassar 10 ha. Essas áreas aptas ao plantio da palma de óleo são de baixo risco climático, devendo ter sido alteradas até 2008. Os estados para a cadeia produtiva são: Acre, Amazonas, Amapá, Maranhão, Mato Grosso, Pará, Rondônia, Roraima, Alagoas, Bahia, Espírito Santo, Pernambuco, Rio de Janeiro e Sergipe. O zoneamento considerou inapropriado o plantio da palma em áreas de vegetação nativa, área protegida como unidades de conservação, terra indígena, quilombola e áreas urbanas de domínio público. (MONTEIRO, 2013).

É nesse contexto internacional e nacional que a produção da palma de óleo tem avançado nos estados brasileiros, sendo que no Estado do Pará a expansão da cadeia produtiva tem sido bastante expressiva, em virtude do território paraense reunir características favoráveis, assim a seguir será abordado esses elementos.

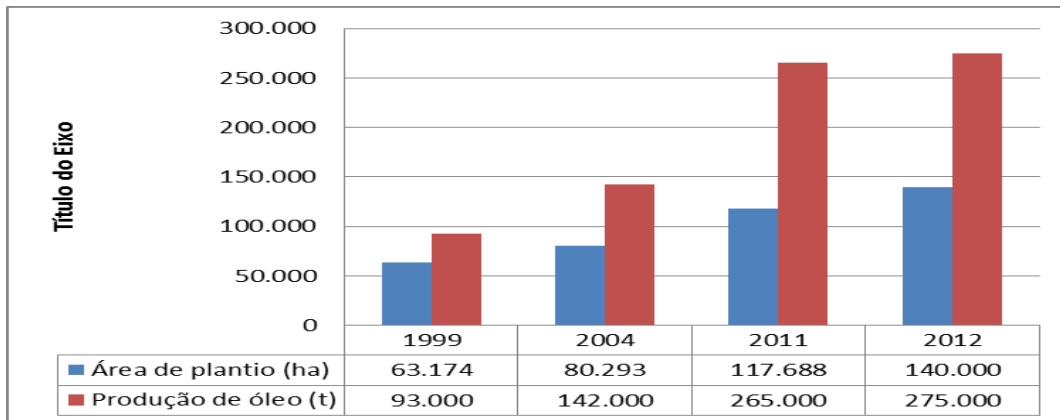
3.7 A expansão da cadeia produtiva da palma de óleo no Pará

No Brasil, o processo de produção da palma de óleo também vem em franca ascensão sendo o Estado do Pará o principal produtor, ainda que na Bahia exista uma pequena produção. A área cultivada no País é de 140.000 ha, estando distribuídos entre empresas agroindustriais capitalistas, que ocupam 90% das áreas, médio agricultores com 5,1% de área ocupada e os camponeses familiares, inclusive da reforma agrária totalizando 4,9%. No ano de 2010, o Estado do Pará alcançou uma produção de 232.269 milhões de t/óleo ano, que ainda se configura numa produção pequena para garantia do mercado interno e a exportação. (MONTEIRO, 2013).

No Estado do Pará a produção da palma de óleo está distribuída nas seguintes Mesorregiões: de Belém, nos municípios de Benevides, Santa Isabel do Pará e Bujaru; no Nordeste paraense nos municípios de Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tomé-Açu e Tailândia, São Domingos do Capim, Castanhal, Igarapé-Açu, Baião, Igarapé Miri, Mocajuba, Cametá, dentre outros (MONTEIRO, 2013).

Como foi pontuado anteriormente, os anos de 1990 foram decisivos para o crescimento de investimentos, principalmente das empresas agroindustriais capitalistas na produção da palma de óleo e no beneficiamento do óleo nas Mesorregiões com instalações de extensas fazendas e usinas de refinamento do óleo. As empresas nacionais e internacionais produtoras da palma são as seguintes: Agropalma, ADM (norte americana) Brasil, Biopalma/Vale, Denpasa, Dentauá, Marborges, Mejer, Palmasa e PBIO/GALP (empresa portuguesa). A média de capacidade produtiva dessas empresas é de 3.400 cachos de fruto fresco - CFF/hora com grande perspectiva de crescimento progressivo com o passar dos anos (MONTEIRO, 2013).

Gráfico 3 - Crescimento da palma de óleo de 1999 a 2012 no Pará



Fonte: EMBRAPA (2011); USDA (2012). Adaptado pela autora

A expansão da produção da palma de óleo no Pará, e em destaque na mesorregião do nordeste paraense, dá-se em virtude de reunir condições favoráveis em relação à geografia, com áreas de planícies ideais para a utilização de mecanização (tratores), pluviométricas, incidências de radiações solares ideais e solos não muito argilosos e nem muito arenoso. Outro destaque positivo é a logística para escoamento da matéria prima pela malha terrestre e hidrográfica.

O ingresso do campesinato familiar na produção do óleo de palma no nordeste paraense se inicia por volta do ano 2000 com o estabelecimento da Carta de Compromisso entre os sujeitos para a implantação de um “programa de dendê no nível da agricultura familiar”. Para tanto, em 2002, foi garantida a assinatura de um Termo de Cooperação Técnica entre o Governo do Estado do Para, Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Moju, Prefeitura Municipal do Moju, Banco da Amazônia e Empresa Agropalma, para a implantação do “Projeto piloto da cultura do dendê no município de Moju”, se efetivando as primeiras iniciativas de inserção da força de trabalho campesina na produção da palma em suas propriedades (REBELLO; COSTA, 2012, p. 2).

A motivação das famílias para ingressarem no programa piloto foi desenvolvida a partir dos discursos feitos pela Empresa, Sindicato, Estado e Município de que o cultivo da palma era uma oportunidade para melhoria da renda e da qualidade de vida dessas famílias, por meio do estabelecimento de uma parceria entre empresa e agricultor. No referido Programa foram incluídas 185 famílias, cada uma disponibilizando 10 ha de área em seu estabelecimento, sendo esse processo

foi realizado no decurso dos anos de 2002 a 2006, em que cada família recebeu financiamento pelo PRORURAL E PRONAF, na tabela 4.

Tabela 4 - Financiamento do dendê ente 2002 a 2006.

ANO	COMUNIDADE	FINANCIAMENTO	Nº DE FAMILIAS	VALOR POR FAMÍLIA DE FINANCIAMENTO
2002	Soledade	PRORURAL	50 famílias	18.126,78
2004	Arauí I	PRONAF - D	50 famílias	22.475,18
2005	Arauí II	PRONAF - D	50 famílias	26.864,76
2006	Camaria II	PRONAF - A	35 famílias	16.255,75

Fonte: Rebello; Costa (2012).

A partir de 2010 no cenário da produção da palma de óleo novas empresas passam a buscar parcerias com o campesinato familiar como a Biopalma (uma Empresa Vale), Petrobras Biodiesel, subsidiária da Petrobras, e ADM do Brasil. Esse processo gerou uma ampliação para novos 581 contratos de financiamento firmados junto ao Basa e para aumento de área plantada de 5.810 ha, sabendo que a projeção para a Safra 2012/2013 é de 1.610 contratos, com 15,3 mil ha de área plantada (GLASS, 2013).

A Amazônia oriental brasileira, assim com o Brasil e a América Latina, traz como legado de identidade a expansão colonialista de países europeu e norte americano que a constituiu também como uma Região agroexportadora a partir da retirada de suas riquezas em recursos naturais com a finalidade de abastecimento da economia do País e do mundo. Esse processo vem com a contradição de deixar nas comunidades e populações locais amazônicas um rastro de impacto ambiental desolador, e aprofundando a pobreza, elementos favoráveis à condição de maior subalternidade de seguintes como a agricultura e familiar e povos tradicionais.

É nesse contexto que as fronteiras do agronegócio têm avançado no Brasil e no Pará, reestruturando profundamente o espaço regional, além do impacto na agricultura brasileira, inclusive com o fomento de inserção do campesinato familiar. A adesão do agricultor familiar à produção da palma de óleo tem estado nesse cenário, em que sua importância está pautada em políticas governamentais do País, internas e externas, de expansão dos agrocombustíveis, onde ocupa destaque a expansão da cadeia produtiva da palma de óleo no Pará.

Assim, a adesão das famílias camponesas aos programas das empresas agroindustriais de palma de óleo é parte integrante de um agroestratégia de

reestruturação produtiva e avanço na acumulação do capital, em que as fronteiras territoriais são alargadas e as condições de subalternidades de populações locais são aprofundadas. No próximo capítulo, está a oportunidade de visualizar esse processo nas fronteiras do Nordeste do Pará.

4 ADESÃO DAS FAMÍLIAS CAMPONESAS À PARCERIA COM AS EMPRESAS AGROPALMA E BIOPALMA NA PRODUÇÃO DA PALMA DE ÓLEO NOS MUNICÍPIOS DE MOJU E CONCÓRDIA DO PARÁ

A presente pesquisa sobre a adesão²¹ das famílias camponesas às parcerias para a produção da palma de óleo com as empresas Agropalma e Biopalma problematiza como o campesinato vem se efetivando por meio de sua adesão aos projetos de produção da palma de óleo em suas propriedades, a partir de parcerias com empresas agroindustriais do ramo do óleo de dendê. Importante destacar que essa adesão não representa somente a cessão de sua propriedade a uma atividade produtiva completamente diversa daquilo que tradicionalmente fez, mas traz um arranjo ideológico fortíssimo de que esse ato de aderir representa a solução de seus problemas sociais e econômicos, caminhando para o desenvolvimento do território em que moram.

Essa ação está envolta de estratégias do capital de convencimento para adesão das famílias aos projetos agroindustriais de palma de óleo, em que se utiliza de um arsenal de forças que envolvem o Estado, a sociedade civil e as empresas por meio de diversos arranjos para o estabelecimento dos projetos produtivos das empresas com a participação do campesinato familiar.

Conforme sinalizado na introdução desta dissertação, esta pesquisa foi desenvolvida a partir do levantamento bibliográfico, documental e de campo.

O trabalho de campo foi realizado no período de 16 a 26 de setembro de 2013, em dois Municípios, Moju e Concórdia do Pará, com famílias agricultoras que estabelecem parcerias com a empresa Agropalma e Biopalma. Para cada município foi escolhido de forma aleatória 10 agricultores que estabelecem parcerias com as empresas para produção do óleo de palma em sua propriedade. Por questão didática foram organizados dois grupos para a coleta de dados:

- *Grupo 01:* agricultores que têm em sua propriedade o projeto de dendê há 7 anos, inseridos no Programa da Empresa Agropalma, que residem no Assentamento Calmaria II, na divisa do Moju e Tailândia. Nesse Grupo foram entrevistados 10 (dez) agricultores.

21 A palavra adesão vem do latim que significa se unir e se juntar a algo; diz respeito à participação na construção de uma ideia, opinião ou projeto. (<http://www.dicio.com.br/adesao/>)

- *Grupo 2*: agricultores que têm em sua propriedade o projeto de dendê a 3 anos, inseridos no Programa da Empresa Biopalma/Vale, que moram no Município de Concórdia do Pará. Foram entrevistados 08 (oito) agricultores

Para responder às perguntas da pesquisa, este capítulo discute o processo de adesão das famílias camponesas à parceria com as empresas AGROPALMA e BIOPALMA na produção da palma de óleo nos municípios de Moju e Concórdia do Pará, em que será abordado a partir dos seguintes tópicos: a) A Mesorregião do Nordeste Paraense e a Microrregião de Tomé-Açu na produção da palma de óleo; b) As estratégias das empresas AGROPALMA e BIOPALMA para parceria com as famílias camponesas na produção da palma de óleo; c) Caracterização das famílias pesquisadas; d) Agricultura camponesa: porque aderir a produção de palma de óleo e e) Mudanças na renda familiar das famílias parceiras.

4.1 A Mesorregião do Nordeste Paraense e a Microrregião de Tomé-Açu na produção da palma de óleo

As parcerias entre as empresas agroindustriais e a agricultura familiar para efetivação de projetos de produção palma de óleo vem se desenvolvendo com maior incidência na Mesorregião do Nordeste Paraense, especificamente na Microrregião de Tomé-Açu onde envolve os municípios de Acará, Moju, Tailândia, Tomé-Açu e Concórdia do Pará.

Segundo o Programa Nacional de Produção de Uso do Biodiesel (PNPB) a Mesorregião do Nordeste Paraense apresenta condições propícias para expansão da palma de óleo podendo ser uma grande produtora mundial, por reunir extensas áreas agricultáveis, condições climáticas e solo favoráveis ao cultivo das oleaginosas.

Esses elementos estão relacionados também ao processo de formação da região que inicia sua ocupação e expansão por meados do século XVII, tendo a fundação da cidade de Belém como elemento propulsor, em razão de sua proximidade e pelos seus rios que facilitavam o acesso das pessoas às mercadorias, tanto que os Rios Guamá, Moju, Capim, Acará e seus afluentes formavam um círculo agrícola para o abastecimento de Belém. (DIAGONAL, 2012). .

O estudo da base de ocupação e desenvolvimento socioeconômico do Nordeste Paraense contraria as teses historiográficas de vazio populacional na

região no período colonial²², pois a formação da força de trabalho motora da produção agroextrativista eram os povos indígenas, mas que a partir do século XVIII foi proibida pela Coroa Portuguesa de ser envolvida como mão de obra nas áreas produtivas, sendo substituída pela população negra vinda na condição de escrava da África²³. Os escravos estavam voltados para a garantia de atividades produtivas como a produção do tabaco, o cacau que era disponibilizado para exportação na Europa, a cana-de-açúcar para o mercado interno com o beneficiamento da água ardente, rapadura e açúcar, além das lavouras tracionais de subsistência com a produção da mandioca, milho e arroz (CALDAS, 2013).

A partir da crise da borracha no século XX foi introduzido o uso no Nordeste Paraense de uma nova atividade econômica, a produção da pimenta-do-reino, que influenciou mudanças na economia regional e na dinâmica produtiva dos municípios com implantação de instituições como da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural – EMATER, linhas e crédito para o financiamento de maquinário, introdução de defensivos agrícolas, gerando uma corrida frenética com efeito de produção de mais de um milhão de pés de pimenta-do-reino. Mas com o declínio da produção em razão das questões fitossanitárias e pela queda do preço no mercado internacional que passou a ser dominado pelo mercado asiático, o impacto foi desastroso para economia local sendo a razão do endividamento de muitos camponeses familiares. (CALDAS, 2013).

O Nordeste Paraense por ser um dos mais antigos a serem ocupados foi um território de disputa de terra, fruto das pressões dos ciclos econômicos como o da borracha (1860) e o movimento migratório da colônia japonesa (1925) para exportação de artigos como cana-de-açúcar e cacau. Todavia, a partir dos anos de 1970 o cenário de uma população, em sua maioria rural, começa a ser alterado em detrimento da instalação de grandes projetos estruturais, como o Projeto JARY, implantado as margens do Rio Jari, com o apoio do governo Militar; em virtude do crescimento das cidades; e do movimento migratório de pessoas às áreas urbanas. (DIAGONAL, 2012).

22 O período colonial português compreende entre o ano da fundação de Belém (1616) e o início do Império (1822). (REGO; MARQUES, 2010).

23 Depois de Belém, Cametá foi a Cidade que mais aglutinava a população negra, tanto que no território foi formada uma base expressiva de quilombos, comunidades formadas por negros oriundos de fuga dos engenhos. (DIAGONAL, 2012)

A expansão socioeconômica para a Região, no século XX, mais especificamente a partir da década de 1970, representou um processo dinâmico de implantação de projetos de desenvolvimento na Amazônia, direcionados basicamente para o planejamento estrutural que teve como resultado a instalação de várias obras como: BR-010 (Belém/Brasília), Rodovia PA-01(atual PA-252), Rodovia PA-140, entre outras que tiveram uma contribuição decisiva para o processo migratório, de ocupação e de formação de municípios na Microrregião de Tomé-Açu (DIAGONAL, 2012).

Os anos de 1970 a 1980 representaram para o Nordeste Paraense um período de intensos e violentos processos de luta pela terra numa disputa entre a campeonato familiar e os projetos empresariais agroindustriais, como o da Reasa, hoje conhecida como Marborges, que efetivou um acúmulo de terra expressivo para o plantio da palma de óleo, por meio da apropriação de terras de muitas famílias, tanto que na Rodovia PA 252, que liga o Moju a Acará, um representante da Empresa supracitada foi morto, resultado dos conflitos pela terra. Nesse cenário, o Sindicato dos Trabalhadores Rurais, na figura do Senhor Virgílio, Adenor, Padre Sérgio Tonetto, entre outras lideranças, fizeram grande esforços para que as famílias não abrissem mão de suas terras, mas em 1987 o Senhor Virgílio foi assassinado. (SANTOS; SACRAMENTO, 2013).

Como ocorreu em outras regiões, no Nordeste Paraense a instalação das empresas agroindustriais foi efetivada, por um lado, mediante apoio do Estado e, por outro, com resistência das populações locais e suas entidades representativas na perspectiva de garantia e preservação de suas formas de relações sociais e de seu ambiente que vinha garantindo a sua subsistência e de suas famílias. Entretanto, mesmo com a resistência, o avanço do monocultivo da produção da palma de óleo não foi evitado, tanto que a partir dos anos 2000 é percebida uma notória modificação na posição dos movimentos sociais que resistiam nos anos de 1980 à implantação do projeto da palma. Todavia, a partir de 2002, com o estabelecimento da primeira parceria com agricultura familiar e a empresa Agropalma, se percebe que o Sindicato dos Trabalhadores Rurais e as associações de moradores passaram a apoiar, contribuindo com sua participação na implantação dos projetos agroindustriais na Região. (SANTOS; SACRAMENTO, 2013).

O cenário do século XXI para a Região do Nordeste Paraense trouxe sensíveis mudanças na dinâmica produtiva da agricultura com o ingresso definitivo

da cultura da palma de óleo (dendê), tornando um ramo do agronegócio mais atraente para o território. Atualmente, o Pará está como o maior produtor nacional de dendê, sendo parceiro principal do Programa Nacional de produção de palma para o biodiesel do Governo Federal, tanto que em 2010 o Presente Luís Inácio Lula da Silva esteve no Município de Tomé-Açu e lançou o Programa Nacional de Óleo de Palma, com a expectativa de 215 mil hectares de palma plantada na primeira fase. Todavia, em 2009 o Estado tinha 50.206 hectares de área plantada, e em 2010, essa área saltou para 90 mil hectares, sendo que entre as metas do governo do Estado, está previsto até 2014 chegar a 210 mil hectares, com o envolvimento de 44 municípios do Nordeste Paraense. (CALDAS, 2013).

A cultura da palma de óleo tem tomado um lugar tão importante na região que enquanto cultura perene ou permanente está no ranking da produção agrícola do monocultivo como a principal com 53% da área total, tornando-se especialidade de alguns municípios como Moju, Tailândia, entre outros, seguido do coco (19%) e cacau (9%). Enquanto que a cultura temporária está concentrada na produção da mandioca, arroz e milho como produtos mais destacados (BASTOS et al., 2010).

É nesse contexto, as empresas agroindustriais, Estado, municípios, sindicatos e algumas associações têm motivado e mobilizado agricultores com o discurso de que o processo de expansão da palma de óleo é a oportunidade de modernidade da Região, em que muitos camponeses familiares poderão ter rendas no valor mensal de R\$ 2.000,00 a R\$ 4.000,00 para suas famílias (sendo melhor que uma aposentadoria) no pico do 5º ao 6º ano de produção e com a possibilidade de qualidade de vida às suas comunidades, bastando o agricultor aderir e se dedicar a produção com todo esforço e dedicação (GLASS, 2013).

Esses benefícios do empreendimento da palma de óleo na agricultura familiar foram afirmados a partir do estudo realizado em 2010 pela EMBRAPA e Empresa de Dendê do Pará S.A. (DENPASA). A partir do qual foram estabelecidos os parâmetros de orientação para os critérios do financiamento do PRONAF Eco Dendê²⁴ do Banco da Amazônia. Assim, o PRONAF disponibiliza atualmente.

24 PRONAF Eco Dendê - Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF) foi criado em 1996, com institucionalidade a partir do Decreto Presidencial nº 1.946, de 28/07/1996. O programa visa o fortalecimento da agricultura familiar, mediante apoio técnico e financeiro, para promover o desenvolvimento rural sustentável. Seu objetivo geral consiste em fortalecer a capacidade produtiva da agricultura familiar; contribuir para a geração de emprego e renda nas áreas rurais e melhorar a qualidade de vida dos agricultores familiares. O PRONAF eco dendê é uma linha de crédito para investimento em energia renovável e sustentabilidade. www.ufrgs.br/pgdr/arquivos/394.pdf

[...] até R\$ 80 mil por família com prazo de 14 anos (prorrogáveis por mais seis) para quitação dos débitos. A estimativa das empresas é que, se manejado de acordo com as indicações técnicas, uma família poderá produzir de 80 toneladas de dendê por ano, em 10 ha, a partir do terceiro ano, e até 280 t/ano, a partir do 10º ano⁷. (GLASS, 2013, p. 6).

Segundo estudo realizado, a produção de palma de óleo e o envolvimento da agricultura familiar têm gerado certas mudanças no contexto do Nordeste Paraense. Acerca dos aspectos sociais e de trabalho, entre 2008 a 2010 muitas das terras vendidas às empresas foram oriundas de famílias agricultoras que, após a venda, ou tornaram-se trabalhadores rurais dessas empresas em suas indústrias e fazendas, ou passaram a ser agenciadores de trabalhadores (os chamados gatos) para os plantios das agroindústrias de palma de óleo. A título de exemplo, destaca-se o estudo de caso de uma família que em 2009 vendeu seu estabelecimento familiar de 400 ha a Empresa Biopalma/Vale, recebendo em troca ajuda para construção do negócio de agenciamento de força de trabalho que até meados de 2013 agenciava 30 agricultores para desempenhar atividades no manejo da palma nas fazendas da empresa. Segundo o agenciador, cada trabalhador terceirizado tem em média um rendimento de R\$ 1.200/mês, sendo que para cada 20 mudas plantadas se recebe um salário mínimo, além de mais R\$ 0,20 (vinte centavo) por mudas adicionais, com a mesma regra para poda e R\$ 0,86 (oitenta e seis centavos) para adução de mudas também adicionais. (GLASS, 2013, p. 11)

Outro elemento a destacar-se é o processo penoso e árduo do manejo da palma, principalmente em seus primeiros três anos, em que os trabalhadores ficam debaixo de sol, chuva, exposições a bichos peçonhentos como cobras, nos campos de plantio do dendê. Essas condições e a necessidade de cumprimento de metas tem sido um dos motivos que tem levado alguns trabalhadores ao consumo e vício de drogas como a cocaína e o crack, em que pelo menos 04 dos 30 trabalhadores citados pelo agenciador, são atualmente viciado em cocaína na frente de trabalho da palma (GLASS, 2013, p. 11).

Ressalta-se o impacto da produção da palma em parceria com a agricultura familiar em que se observa que pela própria natureza de penosidade da atividade produtiva que é tomadora de tempo e de força de trabalho para seus tratos culturais e colheita, tem sido um elemento que vem contribuindo para que as famílias ou se dediquem menos tempo e com menos pessoas ou abandonam definitivamente suas roças temporárias de feijão, mandioca e outros. Segundo o Dieese/PA o principal

responsável pelo aumento em 12% da cesta básica no Estado do Pará foi gerado também impacto na cesta básica em 2012, em virtude da farinha de mandioca que teve um crescimento de 90% em seu valor (GLASS, 2013, p. 10).

De todos os depoimentos colhidos a campo em cinco anos de pesquisa do **Centro de Monitoramento de Agrocombustíveis (CMA) da Repórter Brasil** nos municípios de Abaetetuba, Acará, Concórdia do Pará, Moju, Tomé-Açu e Tailândia, apenas um produtor não deixou de cultivar alimentos e roças, em função de um sistema de organização microempresarial da propriedade. Estes dois fenômenos já têm sido relacionados por especialistas a uma alta de preços de itens básicos dos alimentos, tanto na região nordeste quanto na capital paraense Belém. De acordo com levantamentos do Departamento Intersindical de Estatística e Estudos Socio-econômicos no Pará (Dieese/PA), o principal responsável pela alta de 12% da cesta básica no Estado entre janeiro e dezembro de 2012 (quase duas vezes a inflação do ano calculada pelo IBGE) foi a farinha de mandioca, que sofreu um aumento de 90% neste período (GLASS, 2013, p. 11).

O investimento nacional e estadual na produção da palma de óleo tem se expandindo em vários municípios do Nordeste Paraense, mas como lócus desse estudo serão destacados dois municípios, Moju e Concórdia do Pará, que estão localizados na Microrregião de Tomé-Açu.

4.1.1 Microrregião de Tomé-Açu: Moju e Concórdia do Pará.

4.1.1.1 Município do Moju

A Microrregião de Tomé-Açu sofreu uma expansão frenética da dendecultura, mediante investimento nacional e internacional, por meio do Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) e o Programa de Produção Sustentável de Palma de Óleo, lançados respectivamente em 2004 e 2010. Esse estímulo de atração à região foi sustentado por um potencial identificado em virtude dos municípios reunirem características favoráveis como: condições de clima e solo para o cultivo, população em sua maioria rural, com baixo Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) e número expressivo de famílias incluídas no Programa Federal Bolsa Família. (NAHUM; MALCHER, 2012).

Tabela 5 - Empresas agroindústrias da Palma de óleo na Microrregião de Tomé-Açu

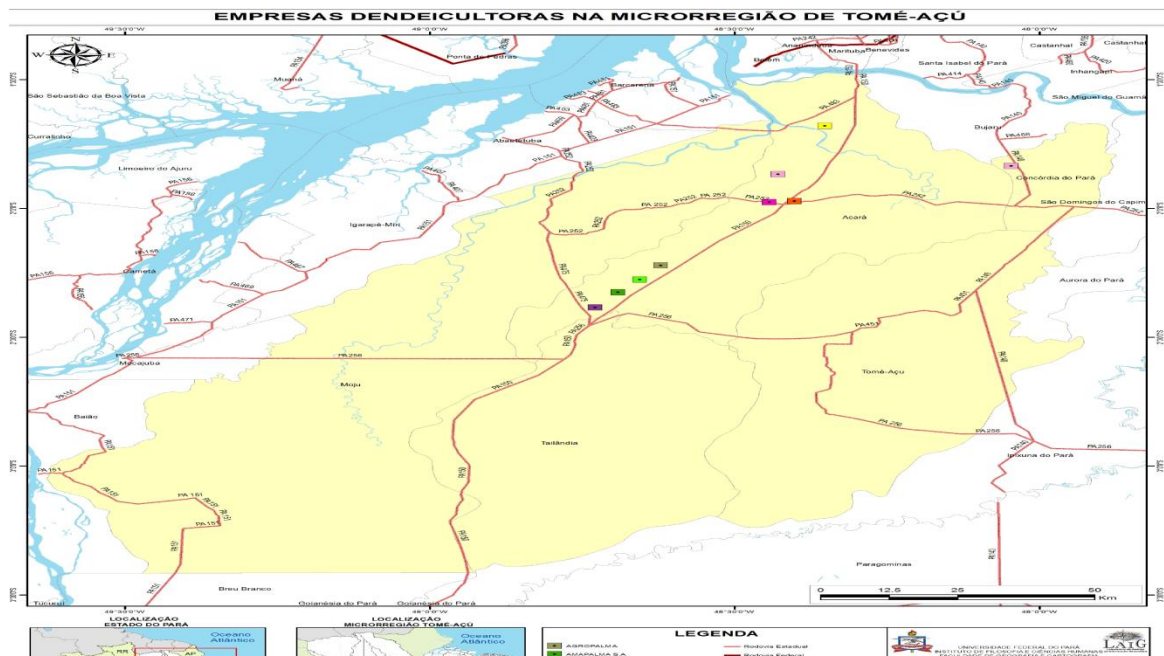
MUNICÍPIO	LOCALIZAÇÃO	EMPRESA
Moju	Rodovia PA 150, na altura do km 09	Guanfeng Group
	Km 34	Biopalma, empresa Vale.
	km 57	Grupo Marborges
	km 75	AMAPALMA S.A
Tailândia	PA 151, na altura do Km 74	AGROPALMA
	km 75	Companhia Agroindustrial do

		Pará (AGROPAR) Crai Agroindustria S/A
Acará	PA 252, na altura do km 50	Companhia Palmares da Amazônia (CPA)
Concórdia do Pará	PA 140, na altura do km 51	Biopalma, empresa Vale.

Fonte: NAHUM; MALCHER (2012)

No mapa é possível visualizar o nível de expansão da produção da palma de óleo na Microrregião de Tomé-Açu percorrendo uma extensão de área territorial considerável com mais 100.000 hectares de terra.

Figura 2 -Empresas de dendecultura na Microrregião de Tomé- Açú



Fonte: NAHUM; MALCHER (2012)

Para estudo do objeto desta pesquisa destaca-se na Microrregião de Tomé-Açu, os Municípios de Moju e Concórdia do Pará sendo que observa-se o início do cultivo da dendecultura, no Município do Moju e sua expansão no Município de Concórdia do Pará. Para tanto, a seguir será feito uma breve análise do cenário socioeconômico desses municípios.

O Município do Moju foi palco para implantação da palma de óleo, a partir da Empresa Agropalma nos de 1982. Moju tem como municípios limítrofes, ao Norte os municípios de Abaetetuba e Barcarena, a Leste Acará e Tailândia, ao Sul Município de Breu Branco e a Oeste com Baião, Mocajuba e Igarapé-Miri. Em tamanho possui

uma área de 9.094,135 km², sendo banhado pelo rio Moju e possui 70.018 habitantes em 2010 (IBGE, 2010).

O Município de Moju apresenta um dos piores IDH do Brasil (0,64 em 2000), apesar de ser a quarta maior economia da Microrregião de Tomé Açu, em que historicamente vem apresentando como formação de ocupação a concentração de terra e renda, principalmente sob a condução das empresas agroindustriais que passaram a se instalar em Moju a partir dos anos de 1970. Antes desse período, o município dispunha de uma economia essencialmente extrativista de subsistência, com a extração do látex, da malva e do plantio da roça (CALDAS, 2013).

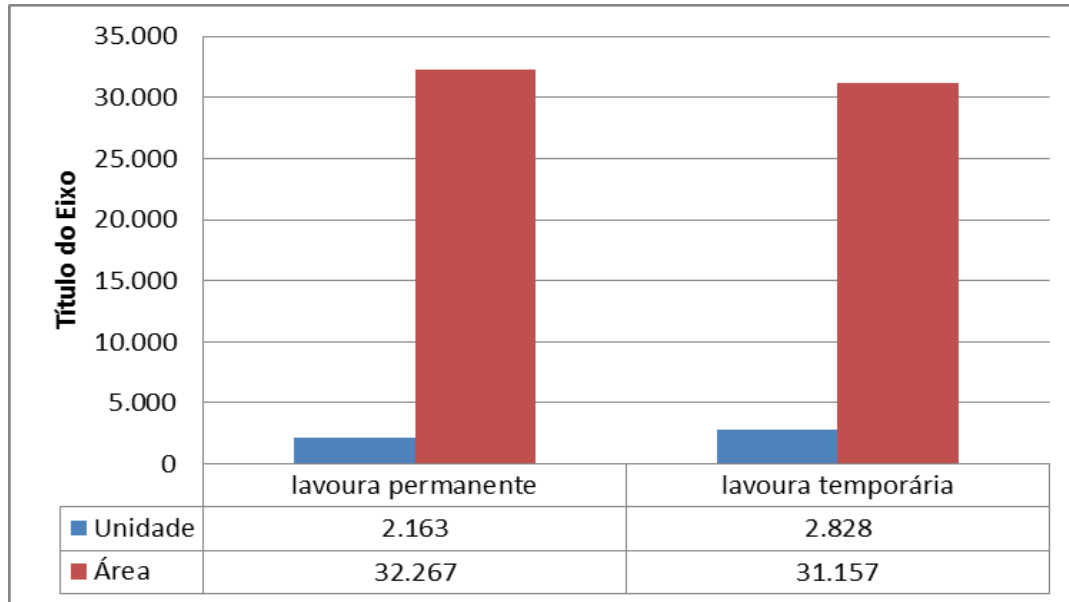
No contexto brasileiro, nos anos de 1970, era prioridade o governo federal estabelecer uma política para a Amazônia Oriental que investisse em infraestrutura para implantação dos grandes projetos, gerando processos para integração e ocupação de terra na Região. Para tanto, a abertura de rodovias era prioridade para viabilizar tais estratégias, garantindo a interligação entre áreas isoladas para atrair empresas agroindustriais e viabilizar o escoamento de produtos. Foi nessa perspectiva que o município do Moju construiu as rodovias PA 150 e a PA 252, principais vias de ligação de Moju com o restante do Estado (CALDAS, 2013).

O discurso para construção das rodovias de acesso ao Moju com outros pontos do Estado estava fundamentado na oportunidade de desenvolvimento local para Região do Nordeste Paraense, mas representou na verdade a abertura do território ao capital, facilitando o acesso à terra e aos recursos naturais às empresas agroindústrias, entre a Empresa Agropalma na PA 252, que liga Moju ao município de Acará. Nos anos de 1970 e de 1980 o Moju foi palco de um intenso processo migratório de agricultores em busca de trabalho, além de pistoleiros a serviço das empresas para expulsar os camponeses de suas propriedades para o avanço do monocultivo, havendo um aumento expressivo do índice de violência no campo na região de Moju. A instalação das empresas agroindustriais também representou uma expressiva mudança no cenário da dinâmica econômica do Município de Moju, com aumento em 900% o número de estabelecimento do setor comércio, serviços, agricultura, etc. (CALDAS, 2013).

Moju dispõe de 3.744 mil estabelecimentos agropecuários, com uma extensão total de terra de 178.610 hectares, tendo uma população prioritariamente rural com 25.162 hectares na área urbana e 44.856 hectares na área rural. A produção da agricultura em relação à lavoura permanente e temporária se apresenta

conforme gráfico 04 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

Gráfico 4 - Lavoura permanente e temporária no município de Moju



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). Adaptado pela autora, 2014

A dinâmica da agricultura no Moju tem na lavoura temporária a produção da mandioca, milho, arroz e abacaxi, assim como de banana, coco-da-baia, e na lavoura permanente o dendê e pimenta-do-reino. Nessas atividades, o Município está na região como principal produtor, sabendo que nos últimos períodos as lavouras temporárias, como arroz e milho sofreram um processo de redução produtiva, gerando um impacto na segurança alimentar, tanto na redução de circulação de produtos quanto no aumento dos preços no mercado local e regional. Todavia, as lavouras permanentes vêm numa tendência de crescimento, tanto na expansão de áreas quanto na quantidade de produtos que via de regra, é escoada para o beneficiamento nas empresas agroindustriais. (CALDAS, 2013).

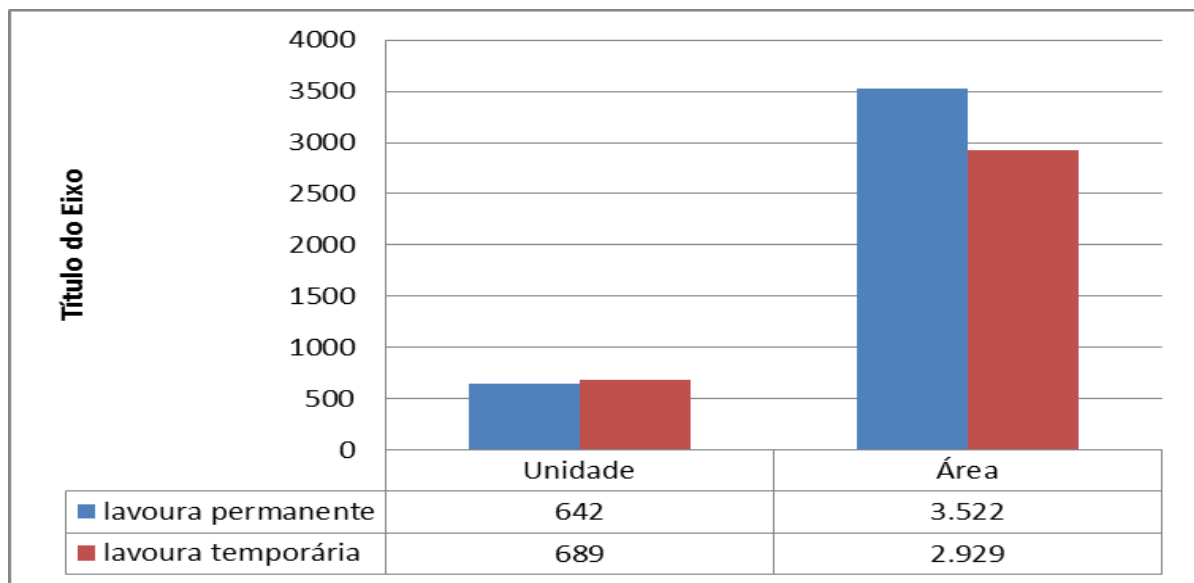
4.1.1.2 Concórdia do Pará

O Município de Concórdia do Pará surge mediante o avanço das fronteiras e expansão da ocupação da Amazônia nos anos de 1960, a partir das Rodovias PA-152 com a PA-140. Atualmente o município tem uma população de 28.216 habitantes, sendo 20.956 habitantes na área urbana e 13.130 habitantes na área

rural, com área de 690, 947 km², além do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) de 0.66 (INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA, 2010).

No cenário produtivo registrou-se 848 estabelecimentos agropecuários, totalizando uma área 47.157 hectares, distribuídos entre a lavoura permanente com cacau, dendê, urucu, banana, entre outros, e a lavoura temporária com mandioca, milho, feijão e cana-de-açúcar.

Gráfico 5 - Lavoura permanente e temporária no município de Concórdia do Pará



Fonte: Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (2006). Adaptado pela autora, 2014

Diante do exposto, percebe-se que o município de Concórdia do Pará e Moju apresentam características similares que correspondem aos requisitos necessários para implantação dos projetos agroindustriais das empresas de produção de palma de óleo, apresentando condições de clima e solo, disponibilidade de terra e força de trabalho barata associado a condições de pobreza do camponês. Outro elemento é a tendência de aumento das áreas de lavoura permanente onde se encontra o monocultivo do dendê em detrimento das áreas de lavoura temporária onde estão os cultivos de alimentos.

A seguir serão apresentados os resultados da pesquisa que aborda a atuação das empresas agroindustriais Biopalma e Agropalma, destacando as suas respectivas estratégias para o ingresso das famílias agricultoras as parcerias na produção da palma de óleo em suas propriedades.

4.2 Estratégia das empresas Agropalma e Biopalma para a parceria com as famílias camponesas na produção da palma de óleo

As análises das estratégias de expansão das empresas Agropalma e Biopalma na produção da palma de óleo no Nordeste Paraense estão no cerne dos processos de mundialização do capital, num movimento de monopolização da cadeia produtiva pela expansão do capital financeiro em escala mundial.

No campo quem vem garantindo essa dinâmica é o agronegócio pautado pela doutrina Neoliberal, que traz como plataforma a redução ou retirada de direitos humanos conquistados em troca da abertura comercial e financeira da economia do País.

A seguir será observado como esse processo tem se materializado no Pará, por meio da atuação das Empresas Agropalma e Biopalma na Região do Nordeste Paraense.

4.2.1 Estratégia da Empresa Agropalma S.A para adesão das famílias do Moju

A empresa Agropalma S.A, uma empresa articulada com a Companhia Refinadora da Amazônia (CRA), iniciando suas atividades no Município de Tailândia a partir do ano 1982, mediante o Grupo Real (Banco Real) que realizou investimentos na Microrregião de Tomé Açú, começando pelo Município de Tailândia, com o plantio da palma de óleo em conjunto com a Companhia Real Agroindustrial S.A (CRAI). Nos anos de 1989, o grupo adquiriu a Empresa Mendes Júnior Agrícola S.A (AGROMENDES), atual AGROPALMA, depois constituiu mais duas empresas, a saber: Companhia Agroindustrial do Pará (AGROPAR) e a AMAPALMA S.A. Em 1997 implanta a refinaria Companhia Refinadora da Amazônia (CRA) (CALDAS, 2013).

O processo de instalação da empresa AGROPALMA está diretamente ligado ao mercado financeiro de investimento pelo banco holandês que a partir de 1998 compra o Banco Real, criando o Conglomerado Alfa que desenvolvia suas atividades em vários ramos do setor econômico, através de várias empresas como: Banco Alfa, Banco Alfa de Investimentos, Financeira Alfa, Alfa Arrendamento Mercantil e Alfa Corretora de Câmbio e Valores Mobiliários, o Grupo AGROPALMA, Águas Pratas, Alfa Seguros e Previdência, Companhia Transamérica de Hotéis,

C&C (Casa & Construção), Teatro Alfa, La Bosque, Passaporte Brasil, Rádio Transamérica e Transamérica Expo Center. A partir de 2007 a AGROPALMA realizou sua última reorganização societária, efetivando o grupo AGROPALMA formado pela AGROPALMA S.A e a Companhia Refinadora da Amazônia (CRA) (CALDAS, 2013).

O grupo AGROPALMA possui empreendimentos em quatro municípios paraenses (Acará, Moju, Tailândia e Tomé-Açu), compreende 107 mil hectares de terra, 39 mil hectares de palmeira plantadas, 1.600 km de estradas próprias, cinco indústria de extração de óleo bruto, um terminal de exportação, uma indústria de refino de óleo de palma e de óleo de palmiste, uma indústria de produção e acondicionamento de gorduras vegetais, creme vegetal e margarina, quatro laboratórios de controle de qualidade, geração própria de energia elétrica para o processo industrial e quatro estações para tratamento de água. Além desses, o grupo pretende inaugurar até o final de 2013 a sexta indústria de extração de óleos com capacidade de produzir 160 mil toneladas de cachos/hora com estimativa de gerar 300 novos empregos diretos totalizando 4.500 empregos diretos e investimentos que em 30 anos de existência já ultrapassam os US\$ 250 milhões. (CALDAS, 2013, p. 90).

Como foi destacado anteriormente a Empresa Agropalma vem efetivando seus projetos por meio de parcerias com agricultores familiares e produtores de pequeno e médio porte desde 2000 por meio da articulação de parceria entre o governo do Estado do Pará, Prefeitura do Moju, Sindicato dos Trabalhadores Rurais, Banco da Amazônia e empresa AGROPALMA. O fundamento do discurso para adesão das famílias ao cultivo da palma em suas propriedades estava na seguinte eficácia do projeto:

Com essa iniciativa, pretendia-se consolidar uma nova oportunidade de renda e ocupação para os pequenos agricultores da região, uma vez que o cultivo dessa palmeira é intensivo em trabalho, vindo, assim, a contribuir para melhoria da qualidade de vida desse contingente populacional. (REBELLO, COSTA, 2012).

A parceria entre empresa agroindustrial e agricultura familiar esteve desde suas primeiras iniciativas estabelecidas em um discurso de fomento ao desenvolvimento no campo, com a possibilidade de aumento de renda para qualidade de vida do agricultor, sua família e comunidade, através da agregação do cultivo da palma de óleo em suas atividades produtivas como incremento. A parceria se firmava a partir dos seguintes acordos (REBELLO, COSTA, 2012):

a) Agropalma com contrapartida não reembolsável pelo produtor, correspondendo a aproximadamente 40% do investimento, compreendendo os seguintes itens: preparo da área, topografia, piqueteamento, mudas, sementes de

puerária, adubação de fundação (fósforo de cova), acompanhamento técnico, garantia de compra, garantia de preço mínimo;

b) Como estratégia de redução de inadimplência foi feita retenção de 25% do valor da receita do cultivo do dendzeiro, em depositado em conta poupança de cada titular de operação de crédito, no Banco da Amazônia (agência de Abaetetuba), para ressarcimento do financiamento e garantindo bônus de adimplência ao produtor;

c) Garantia de uma remuneração para pagamento de mão de obra do agricultor realizada com os tratos culturais na atividade, desembolsada a cada dois meses, até que o dendezal entrasse em produção.

Em 2002, foi implantado o projeto piloto de cultivo de dendê com a agricultura familiar no Moju, e posteriormente os demais em 2004, 2005 e 2006. A seguir, apresenta-se como foram efetivados os processos para implantação dos projetos.

O projeto do Grupo Agropalma de produção de palma de óleo destaca haver 220 parceiros entre produtores integrados 185 agricultores familiares das comunidades de Soledade, Araçuaí I, Araçuaí II e o Assentamento Calmaria II, sendo que as três primeiras envolveram cada uma 50 famílias, com financiamento junto ao Banco da Amazônia, pelas linhas de crédito do FNO/PRORURAL e PRONAF, de 10 ha de plantio de palma de óleo, porém no Assentamento Calmaria II foram envolvidas 35 famílias com financiamento de 06 ha de plantio de dendê (REBELLO; COSTA, 2012).

4.2.2 Estratégia da Empresa Biopalma, Uma Empresa Vale para adesão das famílias de Concórdia do Pará

A Biopalma é uma empresa controlada pela Vale, com atuação no Nordeste do Pará, em sete municípios, a partir de quatro polos: Polo Vera Cruz em Tomé-Açu, Polo Concórdia em Concórdia do Pará, Bujaru e São Domingos do Capim, Polo Moju e Abaetetuba, nos municípios dos respectivos nomes do Polo e Polo Tomé-Açu em Tomé-Açu. A fundação da empresa deu-se em 2007, sendo que em 2009 foi efetivado um Consórcio com a Vale em que comprou 41% da Empresa Biopalma e no ano de 2011 adquiriu 70% das ações para produção de óleo de palma. (CARELLI, 2011).

A finalidade das ações da Biopalma com a produção da palma de óleo tem sido voltada para atender a própria demanda da empresa Vale, misturando 20% de biodiesel (B20) ao óleo diesel que serão utilizados na frota de locomotivas, equipamentos e máquinas pesadas. Para um primeiro momento a produção virá cobrir as operações do grupo em Carajás (PA), mas a meta é a partir de 2015 responder a toda sua frota no Brasil. Para garantia dessas finalidades a empresa tem como metas implantar no estado do Pará, um cultivo de 60 milha de plantio próprio e 20 mil ha com a agricultura familiar, com adesão de 2000 famílias. Atualmente a empresa dispõe de aproximadamente 52 fazendas, com quase 50 mil há e 300 famílias da agricultura familiar parceiras, com um total de 300 ha de terra. (REBELLO; COSTA, 2012).

Quanto às parcerias com a agricultura familiar, a empresa implantou o PAF/BIOPALMA a partir de 2010, que fomenta a adesão das famílias ao Programa a partir das seguintes diretrizes²⁵ :

- Venda de mudas selecionadas que são pagas a partir do financiamento.
- Assistência técnica rural ao cultivo da palma por técnicos da Biopalma.
- Assessoramento para obtenção de crédito bancário, como a elaboração do projeto e viabilização das documentações necessárias.
- Compra integral da produção do agricultor.
- Fidelização dos parceiros na parceria.

As dimensões de execução do PAF/BIOPALMA são as seguintes:

4.2.2.1 Adesão de famílias PAF/BIOPALMA ²⁶

A Adesão das famílias da agricultura familiar ao PAF/BIOPALMA se efetivava obedecendo as seguintes etapas (BIOPALMA, 2012):

Mobilização social para cadastramento do agricultor Familiar ao Programa

²⁵As informações disponibilizadas são relatos de experiência da autora a partir de vivência efetivada na Empresa Biopalma, no período de agosto de 2012 a abril de 2013.

²⁶ O PAF/BIOPALMA é o Programa de Agricultura Familiar da Biopalma que tem como objetivo implantar nas propriedades de agricultores familiares, em áreas de 10 hectares por família, cultivo de Palma de Óleo (Dendê), com a finalidade produzir frutos para ser vendido a Biopalma, através de contrato de parceria.(Programa Agricultura Familiar/ BIOPALMA)

Este procedimento se efetiva a partir de uma reunião com as comunidades, sindicatos e associações de agricultores para divulgação do Programa e cadastro dos agricultores interessados de aderirem ao PAF. Os encontros são agendados com e por lideranças comunitárias que dispõem de significativa contribuição, tanto para a divulgação como para o convencimento das famílias a participarem das reuniões e aderirem ao empreendimento. As 18 famílias entrevistadas na pesquisa de campo destacaram que suas decisões tiveram de alguma forma influência da opinião das lideranças que apoiam a produção da palma de óleo pela agricultura familiar.

Nesses encontros de mobilização também são informados aos agricultores os critérios de inclusão no Programa, como:

- i. Possuir lote de terra medindo entre 20 a 240 hectares, sendo que 10 ha fica para o pomar do dendê, 50% de reserva legal e o restante para o plantio tradicional, entre outros;
- ii. Morar na propriedade ou em locais próximos;
- iii. Ter no mínimo 50% da renda familiar oriunda de atividades agropecuárias;
- iv. Não ter outra atividade ou participar de empresa que gere renda superior a 20% da base da renda familiar
- v. Não possuir restrições de crédito para acesso ao financiamento (SPC - Serviço de Proteção ao Crédito, CADIN - Cadastro de Inadimplentes junto ao Tesouro Nacional e CIOB - Cadastro de Impedidos de Operar com o Banco) (BIOPALMA, 2012).

A partir desses encontros com as famílias potenciais a aderirem a ao Programa, são identificadas as que são interessadas em plantar o dendê em suas propriedades. Assim, profissionais da BIOPALMA passam a garantir apoio técnico para obtenção de crédito bancário (BANCO DO BRASIL e BANCO DA AMAZÔNIA) para o plantio por meio de financiamento do Programa Nacional de Agricultura Familiar PRONAF – crédito eco/dendê. Esse apoio diz respeito à elaboração do projeto de produção apresentado ao PRONAF, organização de obtenção de documentação necessária e acompanhamento direito junto ao banco acerca do encaminhamento do processo de financiamento (BIOPALMA, 2012).

Situação de crédito dos agricultores familiares

A partir das reuniões de mobilização social, em que agricultores apresentam interesse de ingresso ao PAF é recolhido dos mesmos os seus documentos pessoais como Cadastro da Pessoa Física (CPF), Registro Geral (RG), do proponente e da esposa, e comprovante de residência do casal para verificação de situação de crédito. Junto ao SERASA, SPC - Serviço de Proteção ao Crédito, CADIN - Cadastro de Inadimplentes junto ao Tesouro Nacional e CIOB - Cadastro de Impedidos de Operar com o Banco.

Seleção dos agricultores

Para a seleção dos agricultores são identificados os que têm ou não restrição de crédito, os que são adimplentes devem receber visita em suas respectivas propriedades para avaliação das condições sociais da família, e físico-ambientais do imóvel, relativas à área de implantação do plantio, entre outros itens. Nesse procedimento é observado aspectos da mão de obra da família, como idade do proponente e esposa, número de filhos do casal, número de adultos capazes, moradia no imóvel ou às proximidades. Quanto às características físicas do imóvel, são observados o tamanho da área, existência e tamanho da área degradada a ser usada para o plantio, existência de reserva, culturas existentes e seus rendimentos, acesso aos ramais, etc.

Importante destacar que a Empresa Biopalma tem como decisão institucional estratégica o cumprimento de uma meta de adesão de 2000 (duas mil) famílias agricultoras, para garantir os 25% de produção oriunda da agricultura familiar. Na empresa esse elemento tem gerado internamente na dinâmica de trabalho dos técnicos uma corrida ao cumprimento dessa meta em que alguns procedimentos necessários aos processos de adesão são eliminados, entre eles destaca-se a realização da avaliação técnica da família, propriedade e produção, sabendo que essa avaliação é fundamental, pois identifica preliminarmente a possibilidade de viabilidade do empreendimento com a família.

Documentação necessária adesão ao PAF: Declaração de Aptidão ao PRONAF (DAP) e Cadastro Ambiental Rural (CAR)

Aos agricultores, prováveis parceiros na produção da palma de óleo junto com as empresas agroindustriais são solicitados documentações do imóvel, como título definitivo, documento de compra e venda, Comodato, etc.; DAP – Declaração de Aptidão ao PRONAF, e ambientais como o CAR - Cadastro Ambiental Rural ou protocolo deste, com vistas a compor o dossiê da proposta.

O CAR e a DAP são documentos que normalmente os agricultores não possuem e comumente ainda tem muita dificuldade de obter, para tanto, no caso para a viabilização do crédito para a produção da palma, a Empresa dispõe de articulações diretas com as organizações que emitem os documentos, como por exemplo, a EMATER e as entidades de classe dos agricultores, em destaque os sindicatos e Federações. Esse processo se concretiza pela disponibilização de técnicos para viabilizar com rapidez a emissão dos documentos.

Assinatura do Termo de Compromisso de Compra e Venda da Produção pela Biopalma

Após aprovação de crédito do agricultor, é feita a Assinatura do Termo de Compromisso de Compra e Venda da Produção, onde a Biopalma firma a parceria de assistência técnica e responsabilidade de compra de toda produção por um período de 25 anos.

a. Implantação e acompanhamento dos projetos de produção de palma nas propriedades dos agricultores

Para o processo de implantação dos projetos de produção de palma nas propriedades dos agricultores a empresa Biopalma efetiva os seguintes procedimentos a partir das ações de assistência técnica desenvolvidas por seus profissionais da área agrícola:

- Treinamento de Campo
- Preparo de área
- Piqueteamento da área para plantio
- Fornecimento e Transporte das mudas e insumos
- Manejo da plantação (coroamento e rebaixo)

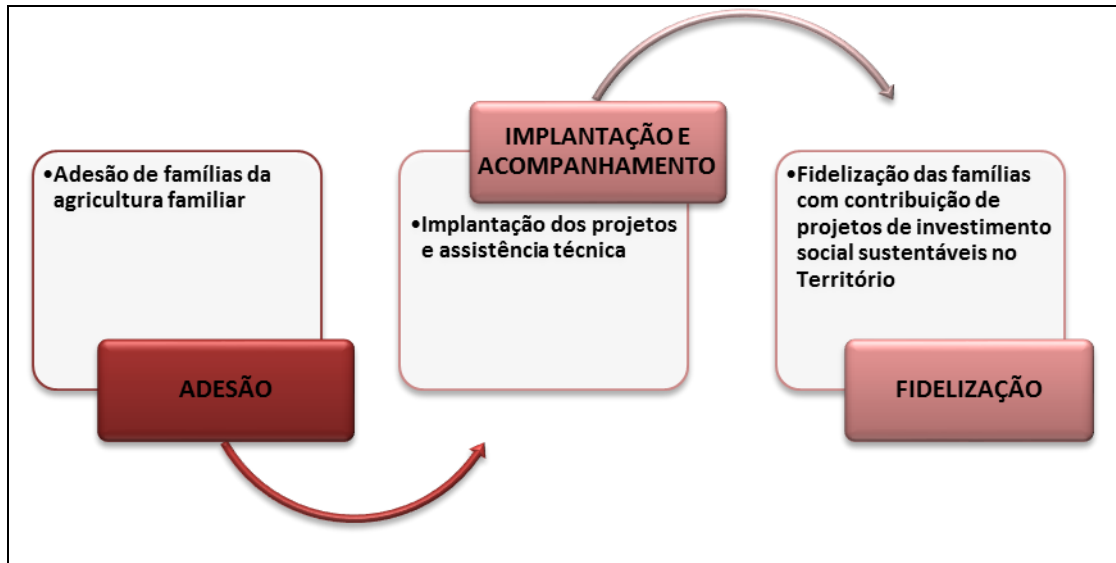
Para o trabalho de acompanhamento o PAF/Biopalma desenvolve como procedimento a emissão de laudos trimestrais, sendo realizados por profissionais da Biopalma que avaliam o andamento da produção e sua qualidade. Os relatórios dos laudos são enviados a instituição financeira para servir de base à liberação das parcelas subsequentes do financiamento e justificar os repasses de recursos à Biopalma, referentes aos insumos fornecidos no período.

b. Fidelização com as famílias agricultoras parceiras do PAF/Biopalma.

A terceira etapa que inicia sua ação a partir de 2012, diz respeito à *fidelização*, que se pauta num esforço de articulação para elaboração e execução de projetos de investimento socioambientais com o agricultor parceiro no sentido de sua fidelidade de venda do produto (dendê) à Empresa. A ação de fidelização envolve as seguintes dimensões: organização social, qualidade de vida (com prioridade de atuação em saúde, educação e trabalho), adequação ambiental (envolvendo educação ambiental e questão fundiária), diversificação produtiva, segurança alimentar, gestão e comercialização dos projetos produtivos. Para cada dimensão é proposto um conjunto de projetos e ações para serem realizados junto com as comunidades onde estão localizadas as famílias incluídas no Programa (BIOPALMA, 2012).

Para efetivação das ações de fidelização, que são projetos socioambientais de investimentos nas comunidades em que existem parceiros com a Biopalma na produção da palma. Na figura 3 são apresentados os fluxos dos eixos do PAF:

Figura 3 - Fluxo dos eixos do PAF/Biopalma



Fonte: BIOPALMA 2012, Adaptado pela autora, 2014

A empresa Biopalma no trabalho de inclusão das famílias da agricultura familiar na produção da palma no Nordeste do Pará tem disponibilizado recursos para efetivação desse processo, em que a adesão é um movimento em sua maioria estimulado por um grupo de profissionais contratados pela a empresa que apresenta qualificação para tal, com um planejamento sistemático dos procedimentos de convencimento a serem aplicados. Isso expressa o tamanho do interesse dessas organizações privadas por este público, podendo ser em virtude das vantagens fiscais que isso agrega e em segundo pelo que representa o investimento na atividade, pois na parceria o maior custo sai do orçamento do agricultor.

4.3 Adesão das famílias camponesas à produção da palma de óleo: resultados da pesquisa de campo nos municípios de Moju e Concórdia do Pará

A seguir apresenta-se os resultados da pesquisa de campo, com abordagem dos seguintes subtópicos:

- Caracterização das famílias pesquisadas.
- As estratégias das empresas para adesão da agricultura familiar na produção da palma de óleo no Moju e Concórdia do Pará.
- As estratégias de adesão da Agropalma junto aos agricultores do município do Moju.

- As estratégias de adesão da Biopalma junto aos agricultores do município do Moju de Concórdia do Pará.
- A renda familiar das famílias parceiras.

4.3.1 Caracterização das famílias pesquisadas

O mundo rural tem experimentado mudanças que vem influenciando na caracterização da família agricultora. Para Silva (2013) essa dinâmica se estabelece em virtude da força urbana de crescimento das demandas por bens e serviços, não se configurando numa alteração interna do setor agrícola, mas num movimento externo de pressão das forças produtivas desenvolvidas nas cidades. Isso pode ser visualizado no aumento do número de membros da agricultura familiar envolvidos diretamente em atividades não agrícolas ou atividades fora dos estabelecimentos familiares.

Autores como Chayanov (1925), Fernandes (2013), Costa (2012), entre outros, destacam que a agricultura familiar tem como característica fundamental e comum o papel da família como núcleo central de produção de subsistência, estabelecendo seu modo de vida, pois tanto a propriedade da terra, como a produção dos recursos naturais, materiais, quanto do trabalho são dinamizados pela organização em torno da família. Assim, o núcleo familiar é a razão de existir da agricultura familiar, a sua consolidação e fortalecimento se efetiva como elemento estratégico à sua própria existência.

Essa redução no número de membros em cada unidade familiar e a reorientação no papel desempenhado pelos mesmos quanto à atividade produtiva vem provocando impactos significativos no perfil da agricultura família. A saída de pessoas para as outras atividades não agrícolas como agrícolas fora do estabelecimento familiar tem modificado significativamente o processo de gestão do trabalho produtivo com a diminuição de mão de obra, passando a ter um caráter mais individualizado. Assim, poucos membros da família se envolvem na atividade agrícola, sendo necessária a contratação de outros agricultores para efetivação das atividades, onerando os custos de suas da produção agrícola.

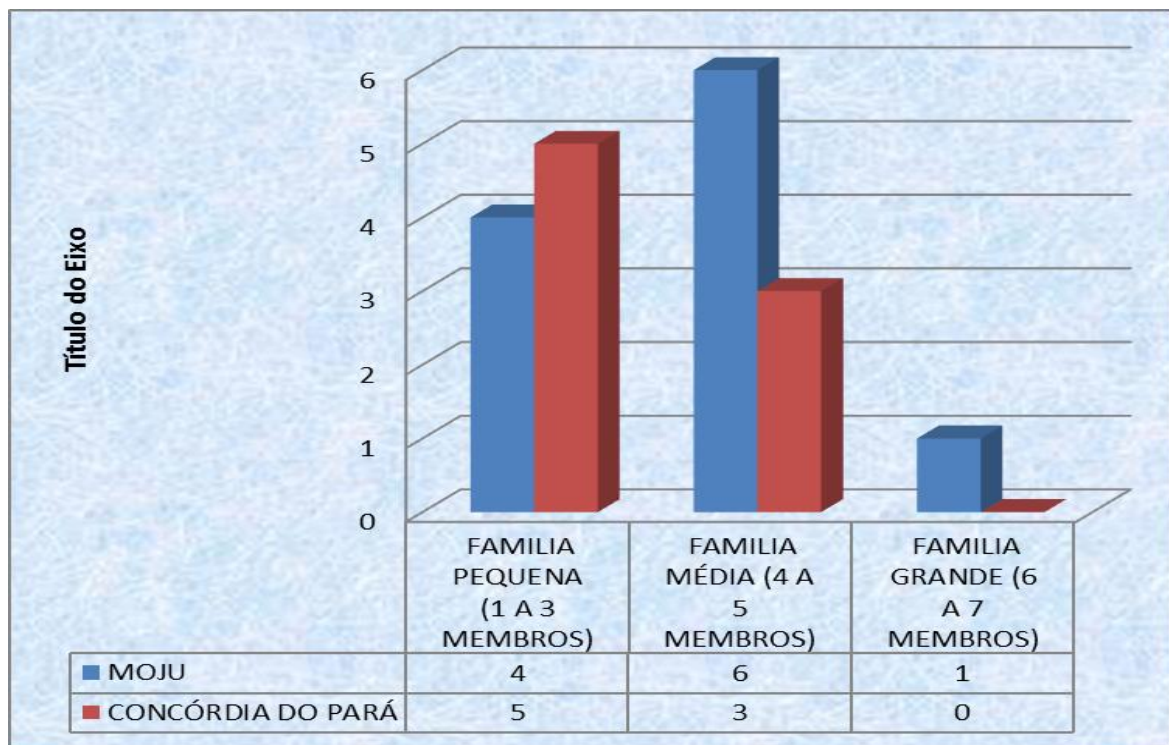
Esse cenário pode ser observado na composição das famílias entrevistadas na presente pesquisa, pois em relação ao número de membros, identifica-se que 95% das famílias possuem entre 01 a 05 membros. Para melhor visualizar foi

estabelecido um parâmetro das famílias a partir do número de membros, quais sejam:

- Pequena, as famílias de 01 a 03 membros;
- Média, as famílias tendo de 04 a 05 membros;
- Grande, as famílias de 06 a 07 membros.

Diante disso, identificaram-se que no Moju, 55% das famílias são parâmetro médio, 36% de pequeno e 9% de grande. No entanto, as famílias de Concórdia do Pará entrevistadas, 62% caracterizavam-se como famílias de parâmetro pequeno, enquanto 34% eram de médio e não se encontrou famílias grande (gráfico 06).

Gráfico 6 - famílias que participaram da pesquisa de campo em setembro de 2013



Fonte: Elaborado pela Autora.

Quanto ao número total de membros foram identificadas 79 pessoas, sendo 21% entre crianças e adolescentes, 52% adultos e 27% idosos. Desse universo, 62% declararam morar no estabelecimento familiar onde se desenvolve as atividades produtivas, em quanto que 37,97% declararam trabalhar nas atividades agropecuárias da propriedade familiar, morando ou não no estabelecimento familiar.

Entre as décadas 1970 a 1980 o Brasil vivenciou um intenso processo migratório do campo para a cidade, resultado do movimento de mecanização da agricultura e expulsão de mão de obra, mas a partir das décadas seguintes foi observado o decréscimo nesse processo no sentido geral, exceto na Região Norte e Centro-Oeste, celeiros de avanço do agronegócio (IBGE, 2010).

Na pesquisa realizada com as famílias parceiras das empresas Biopalma e Agropalma é percebida que as famílias variam em número de membros entre pequeno e médio, onde estes membros economicamente ativos 37,97% estavam diretamente envolvidos com as atividades agropecuárias. Isso pode ser em razão dos projetos agroindustriais que tem provocado um novo movimento da força de trabalho no campo, pois uma boa parte dos trabalhadores rurais passaram a ser absorvidos para trabalharem nas fazendas de monocultivos das indústrias como assalariados, deixando a produção agrícola familiar em segundo plano ou a abandonando definitivamente.

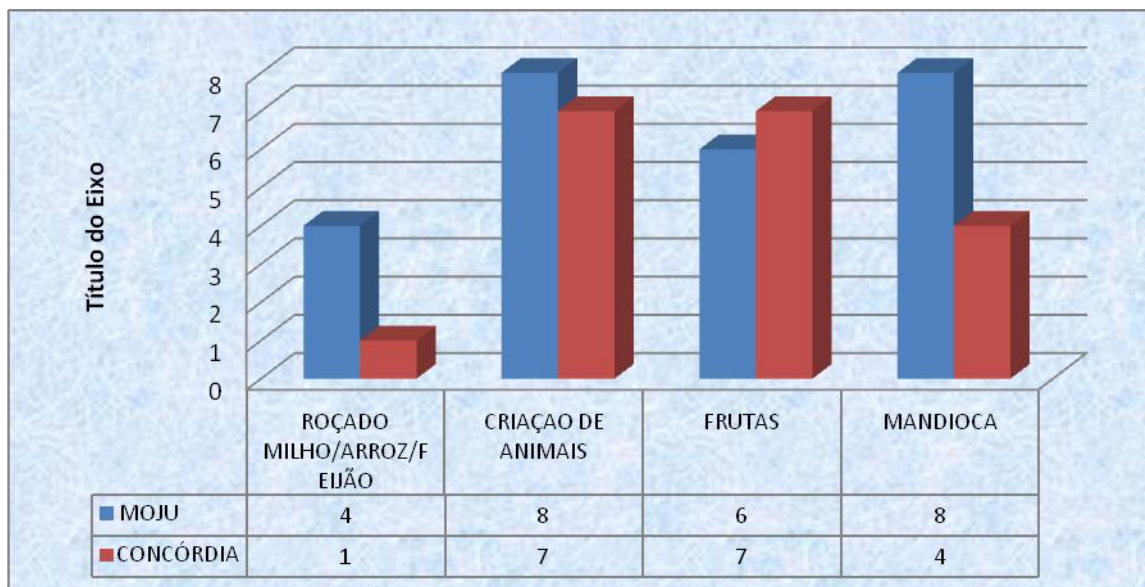
Outra forma comumente utilizada tem sido os sistemas de arrendamento de terras e parcerias estabelecidas entre as empresas e a agricultura familiar, para a produção agroindustrial. As famílias dispõem alguns hectares de terra de suas propriedades para o plantio e bastante tempo de trabalho para o manejo e tratamentos culturais das plantações, que são totalmente monopolizadas pelas empresas compradoras por meio de contratos.

Esse modelo de desenvolvimento para muitos é considerado como moderno e inovado, mas para autores como Teixeira (2012), Lustosa (2012), entre outros é uma sagaz reorientação do capital no enfrentamento das crises que vem se acentuando desde o século XX, tendo um caráter fortemente conservador, onde vem se aprimorando as estratégias de exploração dos trabalhadores e os subjugando a uma maior condição de subalternidade.

Nesse reordenamento produtivo as atividades voltadas à subsistência da família têm sido prejudicadas, como a produção de alimentos levando regiões para maior condição de insegurança alimentar. Tanto que durante pesquisa de campo foi possível identificar que dos 18 agricultores entrevistados no Município do Moju e em Concórdia do Pará, somente 15% (05 agricultores) conseguem manter uma produção de milho, arroz, feijão, abóbora, etc. direcionado unicamente para alimentação de sua família, ou seja, nenhum desses agricultores tem produção escoada ao mercado local. Outro dado é que 14 agricultores produzem farinha,

sendo que destes somente 9 vende o produto no mercado local e o restante utiliza para comer com a família; 15 agricultores tem criação de animais de pequeno porte para sua subsistência e 14 tem frutas em seus estabelecimentos.(Gráfico 7)

Gráfico 7- Produção alimentar das famílias entrevistadas em setembro de 2013



Fonte: Elaborado pela Autora.

Tanto os agricultores que estabelecem parcerias na produção da palma de óleo com a Empresa Agropalma quanto com a Biopalma é identificado uma tendência de não garantia de segurança alimentar de suas respectivas famílias, estando presente uma baixa produção em suas propriedades com uma dinâmica de abandono do que existe muito em breve. Tanto que dos 19 agricultores entrevistados em pesquisa de campo 33% declarou ter uma produção de alimentos só para subsistência de família, 28% tem uma produção para subsistência e para comercialização, 17% declarou não produzir nada de alimentos, 11% afirmou produzir para vender e investir o recurso na produção da palma e outros 11% pontuou que tinha produção de milho, arroz, feijão, etc. em seu estabelecimento familiar, mas com a chegada do dendê teve que abandonar.

Tinha mais hoje não tenho mais, antes a gente tinha arroz, mandioca, milho a gente plantava tudo, mas agora agente não tem mais, pois a minha área é pequena e ainda tem um campo da natureza por trás. (Entrevistado 3 – Município do Moju).

A baixa produção de alimentos está presente tanto nas propriedades dos agricultores que produzem a palma de óleo, parceiros da Agropalma (há sete anos),

como os agricultores parceiros da Biopalma (há três anos). Esse fato tem algumas justificativas como: a) os três primeiros anos de plantio de dendê são bastante penosos exigindo dos agricultores uma dedicação nos tratos culturais²⁷; b) a produção da palma é considerada uma atividade produtiva tomadora de mão de obra, ou seja, exige um número expressivo de trabalhadores no manejo e colheita; c) a produção da palma de óleo é considerada uma cultura competitiva com outras culturas tradicionais da agricultura familiar, como por exemplo, a produção da mandioca.

A gente tem mandioca para produção de farinha em 01 tarefa para comer e vendemos 02 sacas, com a produção de 20 [...] a gente não tem mais tempo, pois a gente fica mais ocupado com o dendê... ai a gente não pode ampliar a roça para produzir milho, arroz, feijão pois agente vive mais ocupado no dendê. (Entrevistado 7 - Município do Moju)

Até agora mudou um pouco, eu trabalhava na agricultura familiar, na roça plantando nativa, milho, arroz, feijão, banana, coco, pimenta. Essas plantas, depois desses 3 anos no dendê eu deixei, dei o roçado para os meu filho e fiquei só com a palma. Depois que eu entrei na palma eu parei, até abandonei o roçado. Até agora estou me dando bem, faço duas colheitas no mês e pego o dinheiro na conta. Pego o dinheiro pra comer e pago os trabalhadores. (Entrevistado 4 - Município de Concórdia do Pará).

Quando Costa (2012) pontua acerca da agricultura familiar na Amazônia ele destaca que as unidades familiares em sua maioria apresentam padrão pequeno em relação ao seu número de membros, com baixo nível tecnológico, tanto em produção quanto em gestão, com uma produção voltada em sua maioria para subsistência e, em segundo plano, para troca de produtos, não se identificando à produção de mercadorias, mas existe uma produção de valor de uso que pode, após suprir as necessidades da família, - “aquilo que sobra” - ser transformado em produto para circulação.

Diante disso, nas famílias pesquisadas essas características são marcantes, pois nas unidades familiares foi possível verificar desafios históricos tanto na produção quanto na gestão de suas atividades produtivas, como: a) não se desenvolvem nenhum tipo de planejamento e acompanhamento de seus empreendimentos; b) o trabalho de assistência técnica garantido por organizações como a EMATER e pontual e em alguns casos não ocorre; c) foi pontuada por todos os agricultores uma resistência das agências financeiras em liberar crédito para

27 “Entende-se por tratos culturais, o conjunto de práticas que permitem que uma lavoura expresse ao máximo sua potencialidade produtiva.”
<http://sistemasdeproducao.cnptia.embrapa.br/FontesHTML/Algodao/AlgodaoCerrado/tratosculturais.htm>

produção das culturas alimentares como mandioca, feijão, arroz, etc.; d) existe problemas sérios com tecnologia para produção, transporte, condições de infraestrutura das estradas, isolamento, entre outros.

O cenário do mundo rural onde as famílias parceiras dos programas da Agropalma e Biopalma estão inseridas tem consonância com aquilo que um fenômeno histórico de subalternidade dos agricultores ao latifúndio, em que sua autonomia fica em segundo plano e os deixa vulneráveis as agroestratégias de expansão do capitalismo no campo.

A adesão do campesinato familiar às parcerias de produção da palma de óleo vem se constituindo em uma dessas agroestratégias em que o dendê tem sido o produto principal do agronegócio na Mesorregião do Nordeste Paraense gerando consequências danosas nas dimensões, sociais, políticas, ambientais e econômicas, ainda que no discurso dos agricultores se afirme que sua vida melhorou com o dendê. A seguir será analisado essas questões acerca dos desdobramentos dessas agroestratégias na agricultura família, verificando o que se vem desenvolvendo em mecanismos técnicos, políticos e ideológicos para incluir as famílias nesses megas projetos.

4.3.2. As estratégias das empresas para adesão da agricultura familiar na produção da palma de óleo no Moju e Concórdia do Pará

A adesão da agricultura camponesa à produção da palma de óleo em seus estabelecimentos familiares, numa parceria direta com as empresas Agropalma e Biopalma estão imbricadas por motivos diferenciados, sabendo que essas motivações se encontram em explicações tanto imediatas, que podem ser claramente identificadas nos discursos dos camponeses familiares, quanto mediatas a partir das análises conjunturais e estruturais do envolvimento do agricultor familiar com a agroindústria nesse final de século XXI.

Como elemento mediato de análise se observa que envolta da agricultura familiar, historicamente, foi sendo difundida uma ideologia de que ela carregaria em sua estrutura atraso, onde o tradicional estaria associado ao arcaico e ausente de processos inovadores, pois o seu modo de vida estaria relacionado modelos primitivos de relações sociais, vinculado a uma rede de laços de parentescos e comunitários. Isso levou modo de vida camponês a ser qualificado como secundário

tanto na esfera política, como social e econômica em que estaria fadada a ser extinta conforme a dinâmica de avanço do sistema capitalista no mundo rural.

Quando se trata de ideologia se compartilha da perspectiva de Poulantzas (2000) em que não é uma simples e simbólica ideia ou representação da cabeça de alguns homens, mas a ideologia se efetiva como prática concreta de sujeitos e grupos concretos que se instrumentaliza e consolida na cultura, desenvolvendo uma forte influência nas práticas sociais das sociedades. Assim a ideologia está a serviço de um domínio, de uma forma de exploração de que vem contribuir para garantia hegemônica de uma determinada classe social.

Como continuidade das análises dos elementos mediatos, destaco que para autores como Abramovay (1992) na agricultura familiar as redes de parentescos para efetivação de sua produção, as condições de isolamento, a baixa comunicação dos agricultores com as grandes cidades, a baixa tecnologia em suas atividades, precariedade em serviços públicos básicos como educação, saúde, transporte, entre outros tem formado uma base social empobrecida na campesinato familiar, em que vem o desqualificando de participar efetivamente do mercado, espaço destacado ideologicamente como o parâmetro de modernidade e desenvolvimento para um território.

Como alternativa a esse cenário é proposto à agricultura camponesa que para seu avanço e desenvolvimento é necessário que galgue outro padrão, como uma agricultura familiar profissional, impessoal, eficiente e competitiva conforme o modelo norte americano. Pontua-se que desde 1990 essa visão da agricultura camponesa tem tomado a primazia nos espaços das universidades entre os pesquisadores, movimentos sociais, sindicais, e na orientação de políticas públicas para o mundo rural, tendo se constituído em elemento importante e oportuno para as políticas neoliberais do FMI e Banco Mundial no sentido de abertura de novos mercados, exploração mais acentuada de matéria prima ainda não explorada, força de trabalho barata, entre outros.

O Estado na efetivação dessa concepção de uma agricultura familiar eficiente e competitiva tem desempenhado um papel fundamental e estratégico, ratificando aquilo que Poulantzas (2000) aborda quando afirma que o Estado não se configura num simples e monolítico poder da classe dominante para coerção e violência, mas é habilidoso na difusão e efetivação de ideologias que articulam

consenso, desempenhando um papel crucial de organizador, unificador e condensador de relações de forças das classes e frações de classe.

As políticas neoliberais têm concretizado suas diretrizes no mundo rural por meio do chamado agronegócio que traz no bojo de suas ideologias a perspectiva de que é o modelo ideal de modernidade e desenvolvimento sustentável para o campo. Para tanto, é propagada, principalmente pelo governo brasileiro e a mídia: a) todos os resultados promissores da agropecuária no País são oriundos do agronegócio, onde a agricultura familiar é invisível ou quando aparece esta vinculada a esse padrão; b) uma suposta fragmentação da agricultura camponesa, que parte do pressuposto de que existe uma agricultura familiar profissional competitiva, eficiente e uma outra agricultura camponesa descapitalizada sem condição de ingressar no mercado competitivo; c) o agronegócio seria o único modelo capaz de garantir a desenvolvimento e modernização no mundo rural.

A expansão da produção da palma está alicerçada nessas afirmativas, onde, as políticas Neoliberais, por meio de governos como o de Fernando Henrique Cardoso, Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff tem disposto investimentos na perspectiva de fortalecimento e expansão da produção dos agrocombustíveis tanto no território nacional quanto em Países africanos e latino americanos na intenção de se constituir como o maior produtor do mundo. Para tanto, cito como exemplo, o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel (PNPB) que contou como o envolvimento direto do Ex-Presidente Luiz Inácio Lula da Silva na implantação no Pará; as políticas de cooperação internacional do Ministério das Relações Exteriores com a negociação para comercialização de produtos.

A partir da perspectiva dos agricultores é possível visualizar que as adesões dos agricultores familiares à produção da palma de óleo no Moju e Concórdia do Pará estão inseridas e fundamentadas nessas ideias que tem tomado espaço no mundo rural paraense. A seguir se abordará as categorias que foram observadas nas entrevistas com os agricultores.

4.3.2.1. As estratégias de adesão da Agropalma junto aos agricultores do município do Moju

Para a análise das parcerias entre agricultura familiar e a Empresa Agropalma foi feita a pesquisa de campo do presente estudo no Assentamento

Calmaria II de desapropriação do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA)²⁸, que esta localizado entre os municípios de Moju e Tailândia, com uma área de 13.487 hectares, podendo ter até 299 famílias assentadas, mas dispõe de apenas 282 famílias. A empresa Agropalma estabeleceu parcerias com os agricultores familiares a partir de 2006, com articulação entre Ministério do Desenvolvimento Agrário (MDA), Banco da Amazônia, Prefeitura, Associação de Moradores do Assentamento Calmaria II. Para implantação da palma de óleo nas propriedades dos agricultores foi viabilizado o financiamento pelo BASA, a partir da linha de crédito do Fundo Constitucional do Norte e Programa Nacional de Agricultura Familiar (FNO/PRONAF), a 35 famílias. Os parâmetros da parceria foram os seguintes:

Para motivação da adesão das famílias camponesas à parceria com a empresa para produção da palma foi estabelecido um acordo de cooperação técnica e parceria que envolveu Estado, empresa, movimentos sociais e sindicais.

O BASA, através do PRONAF financiou R\$ 15.082,00 a implantação do meu projeto de palma, nessa época, ai a Agropalma entrou com a topografia (veio tirar os pontos da quadra onde ia ficar o dendê), ou seja, trabalho de alinhamento, demarcação de onde ia ficar a quadra pra plantar o dendê e entrou também com o fornecimento de mudas, ficou tudo por 22.000,00, pois agente tinha dívida com a Agropalma e com o Banco (Entrevistado 01- Município do Moju).

A pesquisa identifica três respostas, em que se consideram as mais significativas a que vem justificar a adesão dos agricultores familiares a produção da palma de óleo:

- Campanha de mobilização social da Agropalma para adesão da agricultura familiar no Moju.
- Mobilização social para adesão das famílias em ação conjunta Agropalma e Associação de Moradores do Assentamento Calmaria II – Moju.
- Adesão a produção da palma por razão de terem trabalhado na Agropalma.

28 A desapropriação pelo INCRA foi efetivada 1988, dando origem ao Assentamento Calmaria II.

a. CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL DA AGROPALMA PARA ADESÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR NO MOJU

A Empresa Agropalma realizou uma campanha de mobilização social das famílias camponesas para aderirem ao Programa, segundo a pesquisa esse processo foi intenso tanto nas abordagens individuais de casa em casa dos agricultores quanto nas abordagens coletivas nas reuniões com a comunidade.

Os agricultores foram unânimes ao afirmar que o discurso dos empregados da Agropalma para o convencimento das famílias a aderirem ao Programa, era o seguinte: i) Que o dendê se estabelecia na região como a alternativa (ou até a única alternativa), possibilitando melhoria de vida, com mais renda as famílias; ii) Que para o dendê render lucro era necessário que o agricultor disponibilizasse o seu maior tempo para se dedicar ao cuidado do plantio da palma pelo grau importância que ela teria para mudança de vida do agricultor. Durante conversa com lideranças da Associação que vivenciou a implantação dos projetos em 2006, destaca que o teor do discurso dos empregados da Empresa era o seguinte:

[...] os empregados da empresa diziam o seguinte pra gente: O dendê é importante para melhoria da renda do agricultor, o dendê é como um ouro, se cuidado rende para a família. (Informação verbal - Município do Moju)²⁹.

Teve o Claudiomar que não trabalha mais na firma, que começou esse negócio, ele falava que era bom e só vinha reforçar, pois a gente já sabia que dava certo. Eles falavam que era muito bom; se a gente quisesse plantar o tempo era aquele, que a gente não ia se arrepender e teria um grande retorno, pois ele tinha conhecimento disso. (Entrevistado 03, Município do Moju)

O discurso principal de motivação aos agricultores aderirem ao Programa de parceria para produção da palma foi a perspectiva de aumento de renda familiar, a possibilidade de haver uma mudança na qualidade de vida das famílias, qualidade essa expressa principalmente pelo aumento de seu poder de compra e de aquisição de bens de consumo, em que se estabelecia que o rendimento das famílias na alta da produção da palma poderia chegar de R\$ 3.000,00 a R\$ 4.000,00. Isso porque, os agricultores passariam a ter uma produção mensal e de longo prazo, ou seja, se destacava as vantagens da produção da palma por que o dendê teria produção

²⁹Discurso do empregado da empresa citado pela liderança da comunidade

mensal, comprador certo, pois a Empresa compraria toda a produção e teria um tempo de vida de 25 a 30 anos.

Porque da melhoria do dendê, se fosse pra trabalhar na roça eu não teria vindo. Trabalhei na Agropalma e vi que dava lucro [...] hoje não estou mais trabalhando na Agropalma [...] trabalhei na roça com a mãe, mas não gostava, pois a roça só dá mal pra comer. (Entrevistado 2 - Município do Moju).

Esse discurso das vantagens da palma vinha responder a necessidade crucial para os agricultores em suas atividades produtivas, pois via de regra a produção de outras culturas apresentam sérios problemas no escoamento e transporte, como exemplo, destaco a mandioca que é a cultura mais presente na agricultura familiar do Pará, mas que tem sérias dificuldades de venda, pois a maioria das vezes a produção da mandioca vai para mão do chamado atravessador, onde o resultado financeiro não é considerado muito bom.

A partir dos discursos da empresa-se verifica que o mote das campanhas de adesão, refere-se a atração do agricultor a partir de suas maiores necessidades, tais como ter dinheiro para comer e comprar objetos que representassem um melhoria em seu padrão de vida.

Outro elemento estratégico nos discursos para adesão das famílias era fazer comparações entre a produção da palma e de produtos de atividades tradicionais como a mandioca, alegando que o dendê poderia ser menos penoso e com resultados financeiros mais eficazes, em relação ao tempo e a quantidade de seu saldo líquido.

Esses argumentos dos empregados da Empresa para motivar as famílias a aderirem ao Programa foi um elemento que de certa forma reforçaram uma perspectiva nos agricultores que futuramente poderiam abandonar as lavouras de produção de alimento e outras culturas, num sentido de diminuição do trabalho exaustivo com a possibilidade de garantia de aumento da renda.

A campanha de mobilização social da Agropalma para adesão da agricultura familiar no Moju tinha como base nos argumentos dos empregados da empresa o crescimento da renda para aumento do poder de compra da família para aquisição de bens outro elemento era a afirmação de que o empreendimento da palma daria certo.

Importante destacar que esse processo de adesão contava com a participação direta e efetiva dos movimentos sociais e sindicais nos processo de visita às famílias junto com a empresa.

b. MOBILIZAÇÃO SOCIAL PARA ADESÃO DAS FAMILIAS: AÇÃO CONJUNTA AGROPALMA E ASSOCIAÇÃO DE MORADORES DO ASSENTAMENTO CALMARIA II - MOJU

Outro ponto destacado de forma unânime pelos agricultores foi o apoio da Associação de Moradores do Assentamento Calmaria II, no Moju as campanhas de mobilização da empresa Agropalma. Esse processo se estabeleceu de maneira decisiva com a participação direta do Presidente da Associação, que facilitava o diálogo da empresa com os agricultores, além de referendar o mesmo discurso que era feito de que o dendê traria renda para as famílias e desenvolvimento para a comunidade.

Nesse tempo o nosso representante era o Cambito, liderança da associação era muito sabido do dendê, já tinha trabalhado na Agropalma e sabia que dava certo. (Entrevistado 3 - Município do Moju).

Eu entrei porque a firma deu esse apoio pra nós. estamos lutando. No início veio presidente da Associação de moradores do assentamento com a firma [...] (Entrevistado 2 Município do Moju).

Porque eu vi que era um projeto que ia beneficiar minha família e era um projeto de longa vida. Pois tem dinheiro todo mês. A gente recebeu o convite e participou de todas as reuniões quem nos chamou foi o cambito (presente da Associação). Fez muita força. Eu não estava querendo ele correu atrás. (Entrevistado 08 - Município do Moju)

Essa participação e envolvimento da entidade e seus membros é realizada até hoje, pois um membro da Associação é pago pela própria associação para realizar o acompanhamento de pesagem da produção da palma de óleo em período de colheita. Inclusive existem membros da diretoria da associação que aderiram ao projeto e possuem plantio de palma de óleo em suas propriedades.

A Associação passou a existir a partir da implantação dos projetos de palma no Assentamento, em 2006, tendo como associados membros somente os 35 produtores de palma. No próprio documento de pagamento da produção mensal, emitido pelo Banco BASA, vem descontado o valor de R\$ 10,00 do associado. A partir desse recurso a associação remunera o presidente, para realizar a fiscalização

da pesagem da produção mensal do dendê junto aos caminhões que transportam o fruto a ser enviado para Agropalma. Pode-se afirmar que esse trabalho beneficia principalmente a empresa e não o agricultor.

Em síntese, a Associação dos moradores, entidade representativa dos agricultores, surge no processo: a) como demanda da empresa para que sua relação pudesse ser estabelecida com uma pessoa jurídica, além de contribuir na organização dos agricultores facilitando a dinâmica do trabalho de articulação de forma coletiva; b) estabelece um elo facilitador fortíssimo entre os agricultores e a empresa, inclusive no sentido de legitimação do discurso da empresa; c) os membros da diretoria da associação apresentaram um nível de envolvimento que vai da fiscalização da produção da palma para não ocorrência de irregularidades até a terem plantações em seus estabelecimentos familiares.

Esses elementos demonstram que os agricultores parceiros estavam num processo de dependência da empresa em que os mecanismos possíveis de mediação de diálogo para pactuações de processos que lhe favorecessem, como sua entidade representativa, está sob a influência e gestão da Agropalma. Isso tem contribuído para maior vulnerabilidade dos agricultores em sua autonomia, além de não permitir que possam visualizar o empreendimento da palma como outros determinantes que demonstram seus danos sociais, políticos, econômicos e ambientais para as famílias e comunidade.

c. ADESÃO A PRODUÇÃO DA PALMA POR RAZÃO DE TEREM TRABALHADO NA AGROPALMA.

Para o processo de adesão das famílias do Moju ao Programa da Agropalma de produção da palma de óleo se destaca que 06 (seis) agricultores afirmaram que tiveram experiência de trabalho na Empresa como empregados, em períodos longos, nas atividades de tratamentos culturais nos plantios de palma das fazendas, isso tinha tido grande influência para sua decisão de adesão ao projeto. No discurso dos agricultores, eles afirmam terem observado na empresa que a produção da palma tinha uma alta produtividade, assim concluíam que se aderissem ao Programa implantando os projetos em seus estabelecimentos familiares poderiam ter um “lucro” na mesma proporção da Empresa ou superior.

Durante as entrevistas 03 (três) agricultores avaliaram que produzir dendê era mais rentável que as roças de mandioca que possuíam em seus estabelecimentos, pois o resultado produtivo da roça de mandioca foi considerado muito baixo, sendo insuficiente para alimentar a família.

Porque já trabalhei na AGROPALMA e conhecia a produtividade da palma [...] trabalhei 9 anos. Eu já tinha conhecido a produtividade do dendê [...] (Entrevistado 1 - Município do Moju).

Na visão dos agricultores que trabalharam na empresa Agropalma, antes de aderirem ao projeto de produção da palma de óleo, as oportunidades e condições objetivas postas para a empresa eram as mesmas disponíveis para eles, cogitavam que poderiam obter os mesmos lucros e até mais que a Agropalma, caso dedicassem seu tempo exclusivo para a cultura. Em nenhum momento se identificou a intervenção de alguém no sentido de esclarecer a diferença entre a natureza de uma empresa e a agricultura familiar, além de expressar os limites históricos e conjunturais que essa enfrenta. Assim, a adesão desses agricultores se efetivou numa forte esperança de ganhariam muito dinheiro com a produção da palma de óleo em suas propriedades.

O processo de adesão desencadeado pela empresa Agropalma junto a agricultura familiar foi realizado por meio de uma intensa campanha de mobilização social tendo como argumentos de convencimentos a promessa de crescimento da renda para aumento do poder de compra da família para aquisição bens e melhoria a melhoria de vida da comunidade. Isso foi sustentado e legitimado pela participação direta e efetiva dos movimentos sociais e sindicais nos processos de visita às famílias em conjunto com a empresa.

Na perspectiva do agricultor a produção da palma de óleo em sua propriedade poderá ser uma oportunidade única de ficar bem financeiramente, podendo chegar ao padrão de lucratividade da Agropalma.

Assim, o agricultor parceiro da Agropalma tem sustentado suas decisões de aderirem à produção da palma a partir de promessas contundentes de empresa com pleno apoio da associação de que o empreendimento lhe renderá bastantes recursos financeiros, em contrapartida o agricultor em uma expressiva esperança de que essa efetiva lucratividade.

4.3.2 As estratégias de adesão da Biopalma junto aos agricultores do município do Moju de Concórdia do Pará

No que se refere à empresa Biopalma a adesão das famílias agricultoras ao PAF/ Biopalma destaca-se que o ingresso foi feito a partir de 2010, todas residentes no município de Concórdia do Pará em diferentes comunidades. A pesquisa identifica duas respostas, em que se consideram as mais significativas a que vem justificar a adesão dos agricultores familiares a produção da palma de óleo:

- Campanha de mobilização social da Biopalma para adesão da agricultura familiar de Concórdia do Pará.
- O cerne da campanha de adesão foi aumento da renda familiar e qualidade de vida comunitária

a. CAMPANHA DE MOBILIZAÇÃO SOCIAL DA BIOPALMA PARA ADESÃO DA AGRICULTURA FAMILIAR DE CONCÓRDIA DO PARÁ

A adesão dos agricultores de Concórdia do Pará ao Programa da Biopalma foi produto de um processo intenso de mobilização e motivação realizado pela Empresa que disponibilizou empregados para efetivação dessa ação. Esses processos foram e tem sido realizado por meio de reuniões, tanto na comunidade quanto dentro da Empresa com os funcionários, e visitas domiciliares em que foram dispostos um conjunto recursos para o convencimento da família de que o empreendimento é rentável e seria um bom negócio, para mudar sua vida.

As campanhas de mobilização social de adesão da Biopalma é uma ação estratégica no plano de resultados da empresa, pois a produção da palma de óleo junto com a agricultura familiar corresponde a uma meta de 20 mil hectares, com o envolvimento de 2000 famílias. Esse fato tem gerado uma pressão interna intensa junto os seus funcionários em que direcionados a imprimir no cotidiano do trabalho uma “corrida” atrás de cumprimento da meta, ou seja, a busca de agricultores para serem incluídos no Programa.

Esse processo tem contribuído para que determinadas etapas necessárias a serem cumpridas para inclusão da família no Programa sejam relegadas ao segundo plano, como exemplo a realização de visita domiciliar com a finalidade de pesquisa acerca da situação da família, da propriedade e da produção da família. Esse

procedimento é importante por gerar um parecer que aponta a viabilidade de implantação do projeto na propriedade do agricultor.

Quando a pesquisa junto à família não é realizada se percebe que aderem ao Programa famílias que poderão não ter condições objetivas de permanecer no empreendimento da produção da palma, pois esta terá um ciclo previsto de produção de 30 anos. Assim entre os entrevistados foi possível observar que como membros das famílias 62% são adultos, sendo 36% mulheres, 21% idosos e 17% crianças, porte das famílias de 48% pequeno, 47% médio e 5% grande. A partir desses dados pode-se concluir que as famílias são pequenas e apresentam número de membros expressivos com idosos e mulheres, onde 80% dessas mulheres não trabalham no manejo da palma de óleo. Diante disso, daqui há alguns anos poderão não haver pessoas em algumas famílias para gerenciar o empreendimento.

O pessoal veio aqui e me mostrou como era, que era uma boa, legal, me mostraram como era, e ia da uma renda. Inclusive eu falei que eu não queria o dendê porque ia atrapalhar a minha aposentadoria, aí eles disseram que o dendê é melhor que uma aposentadoria [...] tu vai ter 3.000 todo mês na tua conta. aí eu me animei e entrei. (Entrevistado 1 – Município Concórdia do Pará)

Entre agricultores inseridos no Programa da Biopalma foi identificado que 50% (4) expressaram não conhecer a cultura, participando de negócio sem ter qualificação para tal. Em determinadas famílias foi observado certa resistência de ingresso ao projeto, mas em razão da intensa persistência da empresa os agricultores aderiram.

Porque eles andaram, andaram atrás de mim para fazer projeto. Aí eu não queria [...] o pessoal da vale andou atrás de mim [...] aí eu não quis, mas eles tornaram a voltar aí eu entrei ramo. (Entrevistado 5 - Município Concórdia do Pará)

Assim como a Agropalma a Biopalma também manteve o cerne de suas campanhas de adesão na demonstração aos agricultores que a produção da palma em suas propriedades traria renda familiar e qualidade de vida comunitária, assim a seguir se detalhado um pouco esses argumentos da empresa.

b. O CERNE DA CAMPANHA DE ADESÃO: AUMENTO DA RENDA FAMILIAR E QUALIDADE DE VIDA COMUNITÁRIA.

As estratégias de convencimento das famílias agricultoras para aderirem ao programa são várias, mas todas trazem como pano de fundo o aumento do poder aquisitivo da família, associada à qualidade de vida. O crescimento de renda familiar e qualidade de vida são dois elementos fortes e presentes. A empresa traz como pano de fundo o discurso à promessa e garantia de que o dendê seria a redenção dos agricultores de sua situação de penosidade histórica em que vivem.

[...] o dendê acho que é o ouro vermelho e que vai mudar a vida desse povo aqui [...] eu acho que o dendê veio pra redimir esse povo tirar ele dessa condição porque ele vai agregar muito valor à vida desse povo, pois é uma cultura permanente e em comparação com a mandioca que é uma cultura temporária que tem que desmatar todo ano uma nova área, além de todo ano eles não explorados pelos atravessadores. (Vídeo Biovale- discurso do empregado da Biopalma)

Estabelecendo uma comparação entre as empresas Biopalma e Agropalma em suas campanhas de adesão, percebe-se que não dispõem de informações claras e objetivas acerca dos desafios que envolvem a produção da palma na realidade da agricultura familiar. Assim, a) nota-se que a atividade produtiva de produção da palma é tomadora de mão de obra, ou seja, exige um número expressivo de pessoas envolvidas, e de tempo de trabalho no plantio, principalmente em seus três primeiros anos, sendo uma atividade bastante penosa aos agricultores; b) Como a atividade é tomadora de mão de obra e a maioria das famílias é de porte pequeno, o número de pessoas da família para manejo palma, poderá ser insuficiente, tendo o agricultor que contratar mão de obra externa; c) outra é que a dendecultura necessita de bastante cuidado em seus tratamentos culturais para que possa gerar uma boa produção, exigindo uma qualificação permanente dos agricultores, entre outras coisas. Esses elementos passam ser de conhecimento do agricultor após a implantação do projeto de produção de palma em seu estabelecimento familiar, ou quando esses agricultores vieram de experiências de emprego em empresas de produção da palma.

[...] ninguém sabia como era isso, no começo ninguém sabia como começa. Hoje a gente já sabe um pouco do dendê. Fomos numa reunião na rua e já demos o nosso nome e na outra semana já começamos trabalhar na terra. Saiu um cheque e a gente começou a trabalhar (Entrevistado 4 - Município Concórdia do Pará).

[...] eu entrei no projeto da palma porque eu não tinha dúvida que ia dar certo. Eu prestava atenção no exemplo da firma, pois dentro da firma se trabalhava com o dendê e pagava milhares e milhares de funcionários, com

aquele trabalho sem depender de outro, eu achava que dava certo muito mais comigo[...] Trabalhei na AGROPALMA por poucos dias [...] (Entrevistado 3 – Município do Moju)

[...] porque eu já trabalhava com dendê e achava que era bom. Trabalhei na Agropalma, BEMPASA [...] eu achava que o dendê era bom porque só cortando o coco a gente ganhava dinheiro.. sendo dando do projeto a gente ia ganhar mais... ganhava uma salário e tinha produção. (Entrevistado 4 – Município do Moju)

Os mecanismos motivacionais das empresas capitalistas de adesão das famílias agricultoras para a produção da palma de óleo demonstram não ter prioritariamente a finalidade de melhoria da vida dessas comunidades, mas possuem um claro objetivo de expansão de seus empreendimentos empresariais, criando novas estratégias de exploração da força de trabalho dos agricultores.

As parcerias com a agricultura familiar vêm se configurando num processo sutil de não garantia dos direitos sociais, pois: a) absorve o produto do trabalho dos agricultores sem custos tanto na implantação quanto na manutenção dos empreendimentos, pois os mesmos são garantidos pelo crédito bancário liberado pelo Estado, a ser pago posteriormente pelos agricultores quando o plantio da palma começar a produzir b) não recebe absolutamente nada em relação aos seus direitos trabalhistas; c) não possui cobertura e vantagens fiscais, seguro, etc. como empreendedores, tanto que em caso de incêndio em seu plantio não existe nenhuma cobertura de seguro nem pelo Estado e nem pela empresa.

Durante as entrevistas observou-se que os agricultores parecem não tem consciência desses processos e dos impactos que envolvem sua adesão à produção da palma em seu estabelecimento familiar, além de que suas entidades representativas como associações e sindicatos que poderiam oportunizar e esclarecer essas questões que envolvem essas parcerias, também não contribui para tal, pois são convencidas de que esse empreendimento trará desenvolvimento para as famílias e a Região do nordeste Paraense.

Eu entrei porque a firma deu esse apoio pra nós. estamos lutando. No início veio o presidente com a firma [...] (Entrevistado 5 - Município do Moju)

A gente entrou para ver melhora da nossa renda que seria mensal, então o motivo foi pra melhorar a nossa renda. O nosso primo que era vereador nos falou e foi na Biopalma. (Entrevistado - Município de Concórdia do Pará).

As adesões realizadas pelas empresas agroindustriais tanto Agropalma quanto a Biopalma contaram e contam com o apoio e participação efetiva dos governos federal, estadual e municipal e organizações da sociedade civil, em destaque dessas organizações pontua-se: a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado do Pará (EMATER), Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), Universidade Federal Rural da Amazônia (UFRA), Universidade Federal do Pará (UFPA), Centro Universitário do Pará (CESUPA), etc., além dos sindicatos dos trabalhadores rurais dos municípios onde os projetos foram implantados, Federação dos Trabalhadores Rurais da Agricultura Familiar (FETRAF) e associações de moradores. A contribuição dessas instituições se efetiva por meio da garantia de acesso do agricultor à linha de crédito, disponibilidade de profissionais especializados para assessorar na gestão dos projetos, facilitação para emissão de documentos necessários aos agricultores para obtenção de financiamento junto aos bancos, como por exemplo, a Declaração de Aptidão do PRONAF (DAP) que só pode ser emitida pelos sindicatos, EMATER, INCRA e FUNAI, entre outros.

As campanhas de mobilização social para adesão da agricultura familiar para a Biopalma é uma de suas ações principais que tem disposto recursos financeiros e humanos para tal. Esse processo no município tem se efetivado de forma intensa em que o argumento estratégico continua sendo, como também a Agropalma, de que a palma vai gerar mais renda familiar e qualidade de vida à comunidade.

Nessas campanhas tem ocorrido um envolvimento intenso das organizações governamentais e não governamentais para contribuir na adesão das famílias a produção da palma em suas propriedades, onde existem situações em que determinadas famílias não dispõem de condições objetivas para entrar no empreendimento, mas mesmo assim é envolvida.

Tanto a Agropalma como Biopalma tem desenvolvido seus processos de adesão sem o estabelecimento de parâmetros legais que regulem isso, além de o Estado também não desenvolve mecanismos que fiscalizem essa dinâmica, deixando o agricultor numa condição vulnerável e suscetível a ingresso em contratos com baixo esclarecimento e transparência dos seus limites e possibilidades.

4.3.3 A renda familiar das famílias parceiras

As mudanças na renda das famílias camponesas que aderiram ao programa de parceria para produção da palma de óleo junto com a Empresa Agropalma foram identificadas entre os agricultores entrevistados que a média de produção anual de 2012 foi de 11.003,56 t/ano, com um custo de produção médio (gastos para manutenção e investimento) de R\$ 10.708,37, descontos da produção mensal na ordem de R\$ 2.737,53, com a média de saldo líquido anual de R\$ 17.402,30 e mensal da palma de R\$ 1.450,19.

Tabela 7 - Produção da palma de óleo pelos agricultores parceiros da AGROPALMA

ENTREVISTADO	PRODUÇÃO t	VALOR UNI t	VALOR PRODUÇÃO	CUSTO DE PRODUÇÃO	DESCONTOS	SALDO LÍQUIDO	
						ANUAL	MENSAL
01	213.5	253,00	54.015,50	18.777,25	4.920,30	20.054,26	1.671,19
02	79	253,00	19.987,00	7.936,50	2.319,74	9.730,76	810,90
03	84	253,00	21.252,00	10.454,00	2.345,04	8.052,96	671,08
04	192	253,00	48.576,00	11.712,00	2.891,52	33.972,48	2.831,04
05	144	253,00	36.432,00	10.904,00	2.648,64	21.329,36	1.777,45
06	144	253,00	36.432,00	9.784,00	2.648,64	23.999,36	1.999,95
07	98.060	253,00	24.809,18	8.184,41	2.416,18	13.608,59	1.134,05
08	95	253,00	24.035,00	9.752,50	2.400,70	11.381,80	948,48
09	122	253,00	30.866,00	10.387,00	2.392,26	16.341,68	1.361,81
10	112	253,00	28.336,00	9.192,00	2.392,26	15.551,74	1.295,98

Fonte: Pesquisa de campo realizada em setembro de 2013. Elaborado pela autora.

Quando os agricultores foram questionados acerca das mudanças em sua renda familiar a partir da produção da palma em sua propriedade foi identificado que todos do Moju consideraram que a palma gerou mudanças em sua vida financeira e que possuem expectativas de que para o futuro melhore ainda mais, pois esperam que haja um aumento da produção da palma, exceto 01 entrevistado que destacou que nada mudou em sua vida.

Os elementos que os agricultores parceiros da Agropalma e Biopalma indicaram como melhorias em suas vidas foram o seguinte: 06 pontuou que conseguiu comprar motos e objetos domésticos, 03 citou reformas na casa, 04 frisou que a palma tem ajuda na compra de alimentos para a família, 6 tem investido no próprio dendezal, 03 na roça de mandioca e 01 declarou esta utilizando o recurso da produção para pagar a universidade do filho

Houve um acréscimo de 50% na renda familiar. A despesa com a esposa que mora em Tailândia chega a torno de 1 salário mínimo. Com o queijo cubro minhas despesas do sitio. (Entrevistado 1 – Município do Moju)

Ajudou não, está ajudando [...] deixei o trabalho que em vez de pagar alguém faço eu mesmo. (Entrevistado 3 - Município do Moju)

Melhorou naquele sentido de não estar empregada por um salário. Aquilo que eu fizer é meu e me dá muito mais que um salário por mês. Antes eles viviam de um salário. Não tem renda de outro lugar, não, pois só tem o dendê. (Entrevistado 2 - Município do Moju).

[...] a gente já comprou uma moto, o Walter também tá tirando a moto dele juntando o dinheiro da palma e do suíno. (Entrevistado Município de Concórdia do Pará)

Assim as mudanças que a palma efetivou na vida das famílias observadas pelos agricultores é basicamente o fato de não serem mais assalariados e o poder de compra que alguns passaram a ter para aquisição de bens.

Com a vinda do dendê melhorou muitas coisas, pois tinha tempo que queria ter as coisas e hoje estou possuindo como minha motinha, até o alimento, antigamente faltava até alimento [...] porque a gente não tinha crédito, mas hoje tenho que as pessoas me oferecem, mas não me envolvo porque não posso, antes não tinha crédito, mas hoje eu tenho e que me deu isso foi o dendê. Vou possuir até carro, pois agora que ele começou a dá, está dando ainda cachinho pequeno. Já ajeitei minha casinha com dinheiro do dendê antes dele minha casinha era só um quartinho velho de tijolos. Hoje estou com uma casa bem feita, isso foi ele que fez, pois só as minhas forças não daria. (Entrevistado 5 - Município do Moju).

É notório nos discursos dos agricultores parceiros que a partir do ano de 2013 houve uma mudança no poder de compra das famílias parceiras da AGROPALMA, passando a adquirir coisas que antes não tinham como reforma de casa, moto, objetos domésticos, entre outros.

No período dos sete anos de implementação dos projetos de palma de óleo nos estabelecimentos familiares dos agricultores, a produção de fruto do dendê começou desde o terceiro ano. Assim no Moju os plantios de palma vem produzindo a quatro anos com uma média de saldo líquido mensal na ordem de R\$1.450,19, sabendo que durante as campanhas de adesão se sustentavam no valor de R\$ 3.000,00 a 4.000,00 mensal. Mesmo não tendo sido alcançado esse patamar de renda, os agricultores apresentaram uma forte esperança de melhora nos valores, com o aumento da produção da palma.

Quanto às famílias camponesas de Concórdia do Pará parceiras da Empresa BIOPALMA a média de tonelada anual produzida em 2012 em cachos de

fruto fresco (CFF) foram de 56 t, com valor médio de R\$ 8.222,18, custo de produção anual médio de R\$ 25.803,67. Essa diferença entre valor vendido do produto e o custo com implantação e tratamentos culturais de produção gerou uma média de saldo anual negativo de – R\$ 16.298,89 e mensal de – R\$ 1.358,24 para cada família entrevistada.

Tabela 8 - Produção da palma de óleo pelos agricultores parceiros da BIOPALMA

ENTREVISTADO	PRODUÇÃO t	VALOR UNI t	VALOR/ PRODUÇÃO	CUSTO DE PRODUÇÃO	DESCONTO	SALDO LÍQUIDO	
						Anual	Mensal
1	56	253,00	14.173,06	35.215,69	0,00	-10.781,94	898,50
2	17.21	253,00	4.354,13	24.983,54	0,00	-20.629,41	1.719,12
3	20.84	253,00	5.272,52	25.055,54	0,00	-19.783,02	1.648,59
4	21.99	253,00	5.563,47	24.421,75	0,00	-18.858,28	1.571,52
5	69.10	253,00	17.482,30	30.343,54	0,00	-12.861,24	1.071,77
6	33.45	253,00	8.462,85	23.326,25	0,00	-14.863,34	1.238,61
7	22.73	253,00	5.750,69	21.558,52	0,00	-15.807,83	1.317,32
8	18.65	253,00	4.718,45	21.524,54	0,00	-16.806,09	1.400,51

Fonte: pesquisa de campo realizada em setembro de 2013. Elaborado pela autora.

A justificativa para o saldo líquido negativo dos projetos de palma desses agricultores está inserida no argumento que a produtividade nos projetos nos 03 anos primeiros ainda é baixa, pois a alta da produção ocorre a partir dos 7 anos quando começam a ser gerados os frutos jovens das árvores de palma, enquanto isso, os agricultores deverão dispor de recurso para investimento na manutenção do plantio que exige bastante cuidados e pessoas envolvidas.

Até no momento a gente está mais gastando, a partir de 2016 a gente vai produzir mais e ter mais, hoje a gente tá gastando mais. (Entrevistado 4 - Município de concórdia do Pará)

Mesmo com os resultados de 2012 sendo o saldo negativo, 03 agricultores pontuaram que a produção da palma melhorou sua vida financeira, 02 descaram que melhorou um pouco e 04 afirmaram que nada melhorou. O recurso da palma tem sido utilizado em sua maioria para a manutenção da família e no pagamento de trabalhadores para trabalharem com o dendê em suas propriedades, 01 agricultor destaca que melhorou por que teve condições de deixar a roça de produção de alimentos que era muito cansativa. Todos, exceto 01 entrevistado, têm esperança de que a produção do dendê melhore suas vidas e de suas famílias.

A ajuda que este dendê está dando, melhorou demais [...] o dinheiro entra, porque terminou as parcelas, né? Mas o dendê entra, e dá para pagar trabalhador, dá pra me manter porque o dinheiro da minha aposentadoria é

cotó, manter meu tratozinho, colocar um pneuzinho no meu trator, essas coisas sai da desse dinheiro. Pago pra ajeitar minha roça, pra derrubar e plantar. Espero que ainda vai melhorar, mas vai melhorar ainda mais que Deus nos ajude. Que dê pra eu pagar minha dívida com o banco e ainda sobre alguma coisa, eu espero. (Entrevistado - Município de Concórdia do Pará)

Até agora a palma não melhorou não minha vida financeira, tá do mesmo jeito [...] Não sei daqui pra frente [...] A gente começou a colher agora e não sabe como vai ficar daqui pra frente [...] Começamos a colher o ano passado. (Entrevistado - Município de Concórdia do Pará).

Quando foi perguntado aos agricultores se a produção da palma vem ajudando para adquirirem objetos entre outras coisas para família, houve 02 agricultores que responderam que melhorou, que puderam adquirir moto, reformar sua casa, e outros que disseram que não mudou ainda a situação financeira.

O dinheiro do dendê ainda não dá pra ajeitar a casa, fazer poupança, etc. (Entrevistado - Município de Concórdia do Pará).

A gente já comprou uma moto, o Walter também está tirando a moto dele juntando o dinheiro da palma e do suíno. (Entrevistado - Município de Concórdia do Pará).

Os agricultores pontuaram acerca das outras atividades produtivas em que se identificou que existem poucos envolvidos com o roçado alimentar, tanto que somente 04 tem roça de mandioca 01 de arroz, milho e feijão.

A palma não ajuda a investir no roçado (Entrevistado - Município de Concórdia do Pará).

Agora não da pra investir nas outras culturas. A esperança é essa: eles dizem que daqui pra frente vai produzir mais. Eles dizem que daqui a 6 anos vai compensar.(Entrevistado - Município de Concórdia do Pará).

Quando os investimentos na comunidade para melhoria da qualidade de vida em relação à saúde, educação transporte, saneamento, entre outros, foi unânime entre os agricultores entrevistados do Moju e Concórdia do Pará a afirmação que durante a efetivação dos projetos se desconhece qualquer investimento em relação a políticas sociais que viessem melhorar a vida da comunidade em que se localizam os projetos de palma de óleo.

A produção da palma de óleo no Nordeste Paraense está inserida no plano estratégico do agronegócio, tem como característica essencial, o financiamento do Estado na efetivação de políticas públicas sociais com uma participação incisiva das corporações mundiais na regulação da agricultura, com destaque para a *commodity*

agrícola, tendo como finalidade a especialização de produtos e regiões. Nesse processo, o campesinato familiar tem sido alvo, em que se dispõe que a única alternativa para o desenvolvimento e qualidade de vida seria a adesão da região Amazônica, comunidade e família ao agronegócio.

As mudanças exercidas na vida dos agricultores que aderiram à produção da palma está estabelecida no marco da capacidade de maior consumo, sem que se avance em políticas de melhoria de qualidade de vida das comunidades, além de que os impactos da produção da palma são de ordem econômica, social e ambiental no mundo rural.

A adesão da agricultura camponesa às parcerias para produção da palma de óleo junto com as empresas agroindustriais Agropalma e Biopalma integram uma política de reestruturação no campo para a garantia da expansão do capital em fronteiras ainda não exploradas. Esse processo se efetiva a partir do agronegócio que tanto se territorializa na Região do Nordeste Paraense como também monopoliza as atividades da agricultura, inclusive e estrategicamente do campesinato familiar, avançando no monopólio das atividades agrícolas dentro de suas propriedades. No caso das empresas supracitadas existe um processo adiantado tanto de territorialização como de monopolização em que seus impactos têm sido visíveis e vivenciados principalmente pelas populações que vivem na Região.

A Promotoria Agrária de justiça da Região Agrária de Castanhal que envolve os municípios do Nordeste Paraense e da Microrregião de Tomé-Açu realizou em março de 2014 uma audiência pública para tratar acerca do avanço da produção da palma de óleo na região e os conflitos agrários existentes a partir de seu estabelecimento. Essa audiência foi resultado de um inquérito civil que surgiu de denúncias feitas pela Associação das Comunidades Remanescentes Quilombolas do Pará e pela Associação de Moradores e Agricultores Remanescentes Quilombolas do Alto Acará, que narraram fundamentalmente o conflito existente entre as populações locais e os plantios de palma de óleo de dendê, destacando as situações como a morte de 03 quilombolas e a tentativa de assassinato de outros 03, não necessariamente foram mortos a mando das empresas, mas em virtude do aquecimento do mercado de terras que tem gerado um acirramento dos conflitos provocados pelo avanço da dinâmica da palma no território.

A partir da audiência foram identificadas questões que são cruciais nesse processo de expansão da palma de óleo na Região do Nordeste Paraense, como: a) ausência de um marco regulador claro, tanto pela esfera federal como estadual, para execução da atividade produtiva na região, apesar de haver um protocolo socioambiental com assinatura de empresas entre outros sujeitos, não se identificou pela Promotoria nenhuma regra clara; b) outro elemento destacado foi a realização de um zoneamento ecológico que não considerou nos mapas as populações quilombolas (reconhecidas e em fase de reconhecimento) e de outros povos tradicionais existente no território, sendo considerado somente as terras indígenas; b) os impactos ambientais que são inviáveis de serem avaliados, pois as empresas atuam sem licença ambiental e nenhum ente nem do estado e nem dos municípios assumem a responsabilidade de monitoramento; c) identificação de uso de agrotóxicos sem serem registrados com grande possibilidade de contaminação; d) PRONAF é liberado sem clareza da regulação da atividade produtiva; e) a soberania alimentar também não estabelecida de forma clara nos empreendimentos implantados com as famílias; f) além da ausência de monitoramento das atividades para avaliação que estão sendo realizadas nas áreas liberadas pelo zoneamento e a verificação e possível correção de seus impactos socioambientais.

A pesquisa identifica que em tempo de crise tudo é lícito para garantia da continuidade de expansão do capital nas fronteiras da agricultura em que as populações locais ou são potenciais sujeitos que contribuirão para a garantia hegemônica do grupo dominante ou simplesmente não são vistas como sujeitos que fazem parte da história de seu território, isso se efetivando com uma participação massiva e decisiva do Estado que diante das exigências para o melhor funcionamento do capital, articula suas estruturas e superestrutura para a efetivação do avanço no sistema capitalista no campo.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O estudo revela que as relações de parceria das Empresas AGROPALMA e BIOPALMA com a agricultura camponesa familiar vêm seguindo uma tendência nos processos de adesão, em que o discurso de que a cultura do dendê é uma alternativa de aumento de renda e qualidade de vida à agricultura familiar, tem em seu fundamento uma lógica de relação que integra uma política mundial de reestruturação produtiva do campo, tendo como amparo o maior aprofundamento da falta de autonomia do agricultor em sua dinâmica produtiva, contribuindo para a sua subalternidade ao capital.

Essa afirmativa é perceptível na condução que vem se efetivando a partir da década de 1990, em que a agricultura familiar passa a vivenciar processos de motivação pelo estado e sociedade civil imprimindo mudanças em sua dinâmica de organização produtiva, mas que interfere no cotidiano de sua vida, com a adesão a procedimentos, espaços, práticas e culturas que historicamente foram desempenhadas pelas empresas capitalistas.

Essa adesão num primeiro momento tem a aparência de uma alternativa e uma priorização do Estado, empresas e movimentos sociais a garantir a melhoria de vida das populações rurais historicamente excluídas, onde nos discursos dos referidos sujeitos é pontuado que essa adesão é a “única” chance de retirar o agricultor familiar da pobreza e o incluir ao tão sonhado mercado que poderá garantir sua melhoria de vida e o desenvolvimento de sua comunidade. Todavia, a análise crítica do presente processo com um mergulho mais rigoroso nas reais determinações que o fundamentam nos revela que tudo articula-se a uma agroestratégia do sistema capitalista do século XXI de enfrentar suas crises crônicas e de criar e recriar novos mecanismos de expansão e maior exploração dos trabalhadores.

Durante a pesquisa foi possível observar que os motivos que fomentaram os agricultores camponeses a aderirem aos programas de agricultura familiar com as empresas AGROPALMA e BIOPALMA foram os seguintes que se abordará a seguir.

Primeiro ponto é que existe quase que unanimemente uma esperança de que a parceria com as empresas agroindustriais na produção da palma de óleo garantirá, em médio prazo uma maior renda familiar e melhoria na qualidade de vida, gerando um desenvolvimento para a Região. Essa percepção esta, inclusive

abarcada na ideologia de que os agricultores poderão ser iguais ou maiores produtores de palma que as empresas parceiras. Assim se percebe que os agricultores familiares apresentam uma grande expectativa de que a palma de óleo possibilitará autonomia em sua dinâmica produtiva e financeira.

O segundo ponto é que o desenvolvimento tão desejado na concepção dos agricultores está relacionado à sua capacidade de ampliação de consumo e aquisição de bens para a melhoria da vida da família. Não se observou a associação do desenvolvimento com a implantação e ampliação de políticas públicas à comunidade e com preservação do meio ambiente. Para as empresas e o Estado, a adesão às parcerias como elemento importante ao seu desenvolvimento está direcionado à ampliação de campos de trabalho e emprego na Região.

O terceiro elemento é que setores dos movimentos sociais e sindicais dos trabalhadores rurais até a década de 1980 estavam com um posicionamento claro de enfrentamento à expansão da palma de óleo no Nordeste Paraense, mas durante a pesquisa se observou que a partir dos anos de 1990, isso começou a ser alterado, em que setores estratégicos de organização dos trabalhadores rurais passaram a fazer alianças com as empresas sendo parceiros importantes para convencimento da adesão dos agricultores às parcerias com as Empresas AGROPALMA e BIOPALMA. No caso das associações o vínculo, com essas empresas é ainda mais profundo, tanto que as mesmas não fazem nenhum questionamento acerca daquilo que é estabelecido pelas empresas. Parece importante indicar como pontos para futuras investigações as seguintes questões: porque setores dos movimentos sociais e sindicais aderiram ao apoio de programas de parceria a de empresas com agricultores familiares? O que modificou na conjuntura para tal? Quais os impactos para os trabalhadores rurais quando suas entidades representativas passaram a defender o mesmo discurso de esse modelo do agronegócio e alternativa para o campo.

Registra-se que a produção da palma de óleo no Nordeste Paraense está inserida no plano estratégico do estado brasileiro, tanto no marco nacional quanto internacional, com uma participação incisiva das corporações mundiais na regulação da agricultura, com destaque para a *commodity* agrícola, tendo como finalidade a especialização do produto dendê na Região paraense, além da forte ambição de constituir o Brasil como o maior produtor de palma de óleo do mundo. Isso traz como contrapartida a quase ausência de financiamento do Estado na efetivação de

políticas públicas sociais no campo, contribuindo para que a tão falada qualidade de vida ao campesinato familiar seja negligenciada, levando a maior condição de subalternidade.

O quarto ponto a destacar é que para os processos de adesão das famílias agricultoras as empresas vêm dispendendo todo um arcabouço ideológico e técnico de articulação e mobilização social, como a contratação de profissionais qualificados para o trabalho comunitário, materiais de comunicação de excelente qualidade, garantia de apoio direto das lideranças locais, entre outros. Durante os processos de adesão junto às famílias não é informado que a dendecultura traz alguns desafios para as famílias, como: a possibilidade de o número de membros das famílias não ser suficiente para dar conta dos tratamentos culturais; outro que os tratamentos culturais são penosos e toma bastante tempo do agricultor, sendo uma atividade que compete com outras atividades, como exemplo aos cuidados com o roçado de alimentos.

Quinto ponto a ser evidenciado é que os agricultores familiares que aderiram à parceria de produção de palma de óleo em sua propriedade apresentaram uma baixa produção alimentar em seus estabelecimentos com dinâmica forte de abandono das lavouras existentes nos próximos anos, principalmente quando iniciar a fase mais intensa de produção do dendê. Diante disso, a produção do dendê tem uma tendência competir com a produção de produtos alimentícios, agravando ainda mais a insegurança alimentar da Região e do Estado.

O sexto ponto é que mesmo diante das contradições que envolvem a produção da palma de óleo, os agricultores apresentaram satisfação com a parceria, inclusive pontuando que a produção da palma melhorou sua vida financeira, mesmo com saldos negativos, pois tem ajudado na manutenção da família e no pagamento de trabalhadores para trabalharem com o dendê em suas propriedades. Assim, ainda não perceptivo os impactos imediatos do dendê para essas famílias, ainda outros problemas já sejam visíveis como a degradação ambiental de mananciais de igarapés nas comunidades, aumento da violência com circulação de drogas, entre outros.

Para agricultores familiares que foram entrevistados a palma de óleo ainda representa uma esperança de melhoria de suas vidas, em que consideram que nos últimos períodos, não houve oportunidades na produção agrícola semelhante ou superior a palma de óleo.

O processo instalado no Nordeste Paraense com a expansão frenética da produção de palma de óleo (dendê), como pontuou Mota (2009, p. 2), é parte de uma trama estratégica e histórica de enfrentamento às crises econômicas, sociais e políticas do capital que são inerentes ao sistema capitalista, num processo que envolve o convencimento de famílias agricultoras a aderirem a parcerias com empresas agroindustriais, existe um conjunto de contradições que podem levar essas famílias a uma condição maior de dependência dessas empresas, além de as condicionarem a maior situação de subalternidade.

Diante desse cenário já instalado na Região, resta abrir processos de diálogo com a sociedade como um todo para que se avalie como se vem efetivando o avanço da palma, estabelecendo procedimentos reguladores e fiscalizadores mais efetivos, punindo os abusos cometidos, além de fomentar pressão sobre as empresas e Estado para que as famílias agricultoras não fiquem com tantos prejuízos, pois isso deverá agravar ainda mais sua condição de pobreza. Essa pressão precisa ter como protagonista as entidades representativas dos povos tradicionais, movimentos sociais e movimento sindicais que necessitam despertar para os reais elementos que envolvem o avanço da palma no Nordeste Paraense.

REFERÊNCIAS

ABRAMOVAY, Ricardo. **Paradigmas do capitalismo agrário em questão**. São Paulo:HUCITEC/ANPOCS da Unicamp, 1992.

ALENTEJANO, Paulo Roberto R. O que há de novo no rural brasileiro?**Terra Livre**, São Paulo, n. 15, 2000.

Apresentação em PowerPoint. **“Programa de Agricultura Familiar - Biopalma”**. Belém, 2012.

BENAION, Noval. **A subordinação reiterada: imperialismo e subdesenvolvimento no Brasil**. Manaus: Ed. da Universidade Federal do Amazonas, 2006.

BIONDI, Antônio; MONTEIRO, Mauricio; GLASS, Verena. **O Brasil dos Agrocombustíveis: Palmáceas, Algodão, Milho e Pinhão-manso**. Impactos das Lavouras sobre a terra, o meio e a sociedade. Centro de Monitoramento e Agrocombustíveis. Repórter Brasil. Setembro de 2008

BOSI, Alfredo. **Dialética da Colonização**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

BRITO, Marcello. **A Indústria da Palma de Óleo. Desafios da Cadeia Produtiva da Palma no Brasil**. Brasília: Câmara Setorial da Cadeia Produtiva da Palma de Óleo, 2010. Disponível em: <http://www.agricultura.gov.br/arq_editor/file/camaras_setoriais/Palma_de_oleo/1_reuniao/Camara.pdf>. Acesso em: 25 out. 2013.

CALDAS, Benedito Barros, **A relação entre a produção familiar e a grande empresa capitalista na produção de dendê na região do Baixo Tocantins**. 2013. Dissertação (Mestrado em Economia) - Instituto de Ciências Sociais Aplicada, Universidade Federal do Pará, Belém, 2013.

CLARELLI, Mônica. **Vale compra Biopalma da Amazônia por US\$ 173 milhões**. Estadão, Economia. 02/02/2011. Disponível no link: <http://economia.estadao.com.br/noticias/geral,vale-compra-biopalma-da-amazonia-por-us-173-milhoes-imp-,674106>

COSTA, Francisco de Assis. **Economia camponesa nas fronteiras do capitalismo: teoria e prática nos EUA e na Amazônia Brasileira**. Belém: UFPANA/AEA, 2012. Coleção Economia Política. Série II – fundamentos teóricos metodológicos; v. 1.

COSTA, S.M.G da. **Grãos na Floresta: a estratégia expansionista do agronegócio na Amazônia**. 2012. Tese de Doutorado - Núcleo de Altos Estudos Amazônicos, Universidade Federal do Pará, 202.

DIAGONAL Transformação de Territórios. **Diagnóstico Sócio econômico Biopalma**. Janeiro, 2012.

DELGADO, Guilherme. Reestruturação da economia do agronegócio. In STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate da década de 2000**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

FAVARETO, Arilson; KAWAMURA, Yumi e DINIZ, João Fábio. **Controvérsias científicas e sociais na produção de biocombustíveis: uma avaliação do Programa Nacional de Produção e Uso do Biodiesel**. Contemporâneos: Revista de Artes e Humanidades, Laboratório de Estudo e Pesquisa da Contemporaneidade – LEPCON, nº 09, 2012.

FERNANDES, Bernardo Mansano. O Agronegócio nas Américas: O Mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato. In: ENCONTRO DE GEÓGRAFOS DA AMÉRICA LATINA, 10, 2005, São Paulo. **Anais**. São Paulo: USP, 2005.

FERNANDES, Bernardo Mansano. **Agronegócio nas Américas: o mito do desenvolvimento e a resistência do campesinato**. 2012.

FERNANDES, Bernardo Mansano. Questão Agrária: Conflitualidade e Desenvolvimento Territorial. In STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate da década de 2000**. São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

FREDERICO, Samuel. Agricultura científica globalizada e fronteira agrícola moderna no Brasil. **Revista Franco-Brasileira de Geografia**, n. 17, 2013.

GALEANO, Eduardo. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L&PM, 2011.

GLASS, Verena. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará**. São Paulo: Repórter Brasil, 2013.

GUANZIROLI, Carlos Enrique; CARDIM, Silvia Elizabeth de C. S. **Novo Retrato da Agricultura Familiar: O Brasil Redescoberto**. Projeto de Cooperação Técnica INCRA / FAO. Brasília, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. **Censo Agropecuário: resultados preliminares**. Rio de Janeiro, 2006. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/economia/agropecuaria/censoagro/2006/agropecuario.pdf>>. Acesso em: 15 jul. 2013.

LEAL, Alúzio Lins. Uma Sinopse Histórica da Amazônia. **Revista de Estudos Paraenses**, Belém, p. 1-134, 2010 a. Edição especial.

LEFEBVRE, Henri. **A Cidade do Capital**. Rio de Janeiro: Ed. DP&A, 1999.

LÊNIN, V. I. **O Imperialismo, fase superior do capitalismo**. 4ª.ed. São Paulo: Global, 1987. (Coleção bases; 23)

LUSTOSA, M^a das Graças Osório P. **Reforma Agrária à Brasileira: política social e pobreza**. São Paulo: Cortez, 2012.

MARQUES, Gilberto. Amazônia: Uma moderna colônia energético-mineral? **Revista Ciência e Tecnologia**, Brasília, v. 21, n. 49, jan. 2012.

MARX, K. O capital: crítica da economia política. São Paulo: Abril Cultural, 1984. Livro primeiro, tomo 2.

MESORREGIÕES paraenses. Disponível em: <<http://geomaurotorres.blogspot.com.br/2009/04/devido-grandeza-de-seu-territorio-o.html>>. Acesso em: 16 ago. 2013.

MESQUITA, Benjamim Alvino. A dinâmica recente de crescimento do agronegócio na Amazônia e a disputa por territórios. In: SAUER, Sergio; ALMEIDA, Wellington (Orgs.). **Terras e territórios na Amazônia: demandas, desafios e perspectivas**. Brasília: Ed. da UNB, 2011.

MONTEIRO, Kátia Fernanda Garcez. **Análise de indicadores de sustentabilidade socioambiental em diferentes sistemas produtivos com palma de óleo no Estado do Pará**. Tese (Doutorado em Ciências Agrárias/Agroecossistemas da Amazônia) – Universidade Federal Rural da Amazônia/Embrapa. Amazônia Oriental, 2013.

MOTA, Ana Elizabete. Crise contemporânea e as transformações na produção capitalista. In: SERVIÇO social: Direitos sociais e competências Profissionais. Brasília: [S.n.], 2009.

NAHUM, João Santos; MALCHER, Antônio Tiago Corrêa. Dinâmicas territoriais do espaço agrário na Amazônia: a dendecultura na microrregião de Tomé-Açu (PA). **Confins**, n. 16, nov. 2012. Disponível em: <<http://confins.revues.org/7947>>. Acesso em: 2 ago. 2014.

NASCIMENTO, Nádia Socorro Fialho. Amazônia e o desenvolvimento capitalista: a centralidade da região para acumulação de capital e a produção de expressões da “questão social”. **Revista de política pública**, São Luís, p. 203- 213, 2010.

NUNES, Sidema rPresotto. A agricultura familiar no Mercosul. **Deser Boletim Eletrônico**, n. 160, ago. 2007. Disponível em: <http://www.faser.org.br/anexos/AF_Mercosul.pdf>. Acesso em: 15 set. 2013.

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. Barbárie e modernidade: as transformações no campo e o agronegócio no Brasil. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate da década de 2000**. São Paulo: Ed. Expressão Popular. 2013.

PAULO NETTO, José; BRAZ, Marcelo. **Economia política: uma introdução crítica**. 7. ed. São Paulo: Cortez, 2011. (Biblioteca Básica. Serviço Social).

PAULO NETTO, José; **Introdução ao Estudo do Método de Marx**. 1ª ed., São Paulo: Expressão Popular, 2001.

PIRO, Patrick. Relatório do seminário. In: FÓRUM PARA UMA NOVA GOVERNANÇA MUNDIAL; IBASE (Orgs.). **De que Brasil e de que Amazônia o mundo precisa?**Rio de Janeiro: IBASE, 2008.

POULANTZAS, Nicos. **O Estado, o Poder, o Socialismo**. 4. Ed. São Paulo: Paz e Terra: 2000.

RAMBO, Graciele; FILIPPI, Ernesto e LIMA, Sandra Kitakawa. **Desenvolvimento territorial: Programa Nacional de Produção e uso do Biodiesel x projeto microdeslilarias**. Rio Branco: Sociedade Brasileira de Economia, Administração e Sociologia Rural, 2008.

REGO, José Márcio; MARQUES, Rosa Maria. **Economia brasileira**. 4. ed. São Paulo: Saraiva, 2010,

REBELLO, Fabrício Khoury; COSTA, Dulce Helena Martins. **Perspectivas da palma de óleo na Amazônia**. Banco da Amazônia. Ano 06, n. 25, dez. 2012.

REPÓRTER BRASIL. **Expansão do dendê na Amazônia brasileira: elementos para uma análise dos impactos sobre a agricultura familiar no nordeste do Pará. O relatório**. [S.I.]: FASE, 2013.

SANTOS, Waldinei Lima dos; SACRAMENTO, Elias Diniz. **A expansão do agronegócio e a expropriação das terras em Moju, para produção da monocultura do dendê**. Universidade de Campinas. Universidade Federal do Tocantins. Curso de Especialização em Gestão Pública e Sociedade.

SCHLESINGER, Sérgio. **Cooperação e investimentos internacionais do Brasil: A internacionalização do etanol e do biodiesel**. [S.I.]: FASE: 2012. Disponível em: <<http://www.formad.org.br/wpcontent/uploads/downloads/2012/12/Publica%C3%A7%C3%A3o-Portugu%C3%AAs.pdf>>. Acesso em: 12 out. 2013.

SILVA, José Graziano. Velhos e Novos Mitos do Rural Brasileiro. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate da década de 2000.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

STEDILE, João Pedro (Org.). Tendência do capital na agricultura. In: STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate da década de 2000.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

TEIXEIRA, Gerson. Os indícios do agravamento da concentração no Brasil no período recente. In STEDILE, João Pedro (Org.). **A Questão Agrária no Brasil: o debate da década de 2000.** São Paulo: Ed. Expressão Popular, 2013.

TORTELLI, Altemir Antônio. **Abastecimento e Segurança Alimentar: o crescimento da agricultura e a produção de alimentos no Brasil.** Brasília: Conab, 2008.

Apêndice 1

01: Formulário de Pesquisa Campo

Produtor (a):

Apelido:

Contato:

Endereço:

Data :

Denominação Imóvel:

1. A quanto tempo você entrou no projeto pra a produção da palma?
2. Por que você entrou no projeto da Palma? Convencimento
3. Como você entrou e implantou o projeto da Palma?
4. Você tem outras atividades agropecuárias em sua propriedade? Quais?

tem	Área	á	Período Produção.	Produção /mês	Valor unitário	Valor produção	Custo mensal (ferramentas, adubo/veneno, combustível)	Custo com transporte de produção
1	Palma							
2	Roçado							
3	Pimenta- do- reino							
4	Pomar							
5	Outras							
	Total							

1. A vida financeira da família melhorou com a entrada do projeto da palma? Como?
2. Recebe outra renda além das atividades produtivas? De onde?
3. Consegue fazer poupança, comprar objetos para família, investir nas outras culturas de sua propriedade? Como faz isso?
4. A produção da palma na propriedade gerou mudanças na produção das outras culturais tradicionais, como mandioca, arroz, feijão, entre outros? Se positivo, quais e como? Se negativo, qual sua opinião sobre isso?

5. O projeto da palma ajudou a melhorar sua vida na comunidade, como a educação, saúde, organização comunitária, trabalho, etc.
6. Tem alguma mudança que o projeto da palma provocou que você ainda não falou?